



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Economia e Gestão para Negócios

Dissertação

**Percursos profissionais dos diplomados do Ensino superior em
São Tomé e Príncipe**

Anain Diddier Amado Pires dos Santos

Orientador(es) | Maria da Conceição Rego

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Economia e Gestão para Negócios

Dissertação

**Percursos profissionais dos diplomados do Ensino superior em
São Tomé e Príncipe**

Anain Diddier Amado Pires dos Santos

Orientador(es) | Maria da Conceição Rego

Évora 2023



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Maria Raquel Lucas (Universidade de Évora)

Vogais | Maria da Conceição Rego (Universidade de Évora) (Orientador)
Pedro Damião Henriques (Universidade de Évora) (Arguente)

AGRADECIMENTOS

As nossas concretizações na vida nunca são ‘produções independentes’. Quero agradecer a todos os que, direta ou indiretamente, formal ou informalmente, contribuíram para este trabalho. Foram muitos e não poderei mencionar-vos a todos, mas mesmo os que não mencionarei estarão para sempre na minha memória.

Em primeiro lugar, quero exprimir a minha admiração pela Doutora Maria Conceição Rego, cujo trabalho enquanto orientadora foi determinante para me guiar neste percurso muitas vezes espinhoso. Agradeço a sua orientação científica, mas também a sua disponibilidade, generosidade, compreensão e exigência.

A todos os colegas e professores que na sua generosidade me dedicaram o seu tempo, as suas experiências, as suas explicações e perspetivas tão essencial que enriqueceram e propiciaram o presente trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio total, pelos sonhos, pela alegria. A minha família pela âncora e porto seguro, pela confiança em mim depositada e no meu comprometimento e pela compreensão pelos momentos em que não foram possível estar presente.

A minha esposa Tanya Aguiar José Barreto, pelo incentivo, por todo suporte, compreensão e companheirismo.

Aos serviços académicos da Universidade de São Tomé e Príncipe, pelo fornecimento de informações.

A todos os diplomados que se dispuseram para contestar o questionário, sem os quais não teria sido possível alcançar conclusões sobre seus percursos profissionais.

A todos de uma forma ou outra me apoiaram e estimularam ao longo deste trajeto, um sincero agradecimento!

Muito Obrigado!

RESUMO

Um dos principais contributos das instituições de ensino superior, para os locais onde estão inseridas, decorre da forma como os diplomados se integram no mercado de trabalho e assim contribuem para a criação de riqueza e para o desenvolvimento. Este estudo tem como objetivo caracterizar os percursos profissionais dos diplomados do Ensino Superior de São Tomé e Príncipe e, em particular, identificar e compreender os fatores que os influenciam e caracterizam. Estudar a empregabilidade implica investigar acerca dos fatores de ordem individual e familiar, que a influenciam, bem como das razões das escolhas, desde o percurso formativo, passando pelo percurso de inserção profissional e pelas opções e oportunidades encontradas após o final do curso. O conjunto de conhecimentos e competências pré-existente e adquirido ao longo da formação no ensino superior são fundamentais. Além das características associadas ao indivíduo e ao seu contexto, é necessário conhecer as exigências e preferências dos mercados de trabalho. Este estudo utiliza metodologias de natureza quantitativa, a partir da realização de inquéritos por questionário. Em geral, verifica-se que percursos de inserção profissional melhor sucedidos tendem a correlacionar-se com atitudes de procura de emprego mais pró-ativas.

Palavras-chave:

Conhecimento, Percursos profissionais, Diplomados do Ensino Superior, Empregabilidade, Universidade São Tomé e Príncipe.

ABSTRACT

One of the main inputs of Higher Education Institutions, to the places where they located, stems from the way in which graduated are integrated into the labor market and thus contribute to the creation of wealth and development. This study aims to characterize the professional paths of higher education graduated in São Tomé and Príncipe and to identify and understand the factors that influence and characterize them. Studying employability implies investigating the individual and family factors that influence it, as well as the reasons for the choices, from the training path, through the professional insertion path and the options and opportunities found after the end of the course. The set of pre-existing knowledge and skills acquired during the training in higher education are critical (fundamental). In addition to these characteristics liaised to the individual and his context, it is necessary to know the demands and preferences of the labor markets. This study uses methodologies of a quantitative nature, based in questionnaire surveys. In general, it appears that more successful career paths tend to correlate with more job-search attitudes.

Key words: Knowledge, Professional Paths, Higher Education Graduates, Employability, University São Tome and Principe.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE DE FIGURAS	VII
ÍNDICE DE QUADROS	VIII
ÍNDICE DE TABELA	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XI
LISTA DE ABREVIATURAS	XII
CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO	13
1.1 Enquadramento e justificação do tema	13
1.1.1 Definição do problema	14
1.1.1.1 Importância do estudo	15
1.1.1.2 Motivações pessoais e profissionais	15
1.2 Objetivos e questão de investigação	16
1.2.1 Questões de Investigação	16
1.2.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos	16
1.3 Estruturas da Dissertação	16
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1- Educação e desenvolvimento	18
2.1.1 Teoria do capital humano e desenvolvimento	21
2.1.2 Educação e mobilidade social	23
2.2. Relação entre o ensino superior e o mercado de trabalho	25
2.2.1 A inserção profissional dos diplomados e a melhoria das condições de competitividade e coesão	25
2.2.2. Determinantes da empregabilidade dos diplomados	28
2.2.2.1. Determinantes Institucionais	31

2.2.2.2. Determinantes Individuais.....	32
2.2.2.3 Determinantes Contextuais.....	33
2.2.3. Os efeitos da migração no mercado de trabalho.....	34
CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	37
3.1. Aspectos físico-geográficos.....	37
3.1.2. Organização política e administrativa.....	38
3.1.3. Contexto social.....	39
3.1.3.1. Redução da pobreza, proteção social e trabalho.....	40
3.1.3.2. Igualdade de género.....	41
3.1.3.3. Nível e repartição da população ativa.....	42
3.1.4. Contexto Económico.....	43
3.2 Sistema de educação de São Tomé e Príncipe: breve caracterização.....	44
3.2.1 Sistema Educativo Santomense por níveis de ensino.....	46
3.2.1.1 Ensino Pré-Escolar.....	50
3.2.1.2 Ensino Básico.....	50
3.2.1.3 Ensino Secundário.....	51
3.2.1.4 Ensino técnico e profissional.....	52
3.2.1.5 Ensino Superior.....	53
3.2.1.5.1 Breve caracterização da USTP – Universidade de São Tomé e Príncipe.....	56
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA.....	58
4.1. Procedimentos e instrumentos de recolha de dados.....	58
4.2. Respondentes.....	61
CAPÍTULO 5 – RESULTADOS.....	63
5.1. Análise estatística descritiva.....	63
5.1.1 Perfil sociodemográfico dos diplomados da USTP.....	63
5.1.2 Trajetória formativa dos diplomados da Universidade de São Tomé e Príncipe.....	71

5.1.3. Trajetória profissional dos diplomados da Universidade de São Tomé e Príncipe.....	76
5.1.4 Situação profissional dos diplomados da Universidade de São Tomé e Príncipe	78
5.1.5 Relação entre o curso e o exercício profissional dos diplomados da Universidade de São Tomé e Príncipe	82
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES	92
6.1. Apresentação dos resultados.....	92
6.2. Limitações da investigação.....	96
6.3. Recomendações ou sugestões para futura investigação.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
ANEXOS.....	101
Anexo 1 - Inquérito por questionário aos alunos diplomados da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de São Tomé e Príncipe (EX-ISP)	102

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de São Tomé e Príncipe.....	37
---	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Alguns conceitos de empregabilidade.....	29
Quadro 2 - Apresentação de seis pilares da empregabilidade segundo Minarelli.....	30

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1- Indicadores de desempenho e metas mensuráveis suscetíveis de medir os progressos.....	48
Tabela 2 - Números de escolas, salas, número de alunos e pessoal docente por níveis de ensino em STP, no ano letivo 2019/2020.....	49
Tabela 3 - Evolução do número de alunos no ensino superior.....	54
Tabela 4 - Estudantes inscritos por cursos nas IES de STP no ano lectivo 2015/2016.....	55
Tabela 5 - Articulação entre os objetivos a alcançar e o questionário	60
Tabela 6 - Universo (amostra dos diplomados) e respondentes por cursos da Faculdade de Ciências e das Tecnologias da USTP do ano letivo 2017/201.....	61
Tabela 7 - Idade dos diplomados da USTP no final da Licenciatura (% por grupo etário)	63
Tabela 8 - Género e Nacionalidade dos diplomados da USTP em 2017/2018.....	64
Tabela 9 - Diplomados em 2017/2018, segundo a nacionalidade e Licenciatura... ..	65
Tabela 10 - Análise cruzada das variáveis Início do Curso e Data da Conclusão... ..	65
Tabela 11 - Ano letivo em que iniciou os cursos. (em %)... ..	66
Tabela 12 - Local de residência antes da frequência na USTP.....	66
Tabela 13 - Local de Residência atual dos diplomados do curso.....	67
Tabela 14 – Estado civil dos diplomados inquiridos.....	67
Tabela 15 – Composição do agregado familiar dos diplomados (respondentes) por grupos etários (%)	68
Tabela 16 - Grau de escolaridade e situação profissional dos pais.....	68
Tabela 17 - Grau de escolaridade das Mães e situação profissional das Mães.....	69
Tabela 18 - Atual situação profissional dos Pais.....	70
Tabela 19 - Atual situação profissional das Mães.....	71
Tabela 20 - Habilitações escolares que tinha no momento que ingressou na USTP.....	72
Tabela 21 - Nota de ingresso na USTP.....	72
Tabela 22 - Opção inicial da Licenciatura dos Diplomados da USTP.....	73
Tabela 23 - Frequência de outro curso superior.....	74

Tabela 24 - Nota Final de Licenciatura.....	74
Tabela 25 - As principais razões que o levaram a ingressa no curso.....	75
Tabela 26 - Profissão exercida antes da conclusão do curso.....	77
Tabela 27 - Mudanças pelo facto de ter concluído o curso.....	77
Tabela 28 - Medidas para iniciar uma atividade profissional.....	78
Tabela 29 - Período de tempo entre a conclusão do curso e o início de uma atividade profissional remunerada.....	79
Tabela 30 - Caracterização da condição perante o trabalho.....	79
Tabela 31 – Profissões exercidas pelos diplomados.....	80
Tabela 32 - Categoria Profissional dos diplomados	81
Tabela 33 - Localização do Local de Trabalho.....	81
Tabela 34 - Atitude perante oferta emprego.....	82
Tabela 35 - Necessidade de formação complementar.....	83
Tabela 36 - Articulação das capacidades pessoais com o exercício profissional.....	85
Tabela 37 - Identificação das capacidades pessoais (%)......	86
Tabela 38 - Pontos Fracos do curso que frequentou.....	87
Tabela 39 - Pontos Fortes do curso que frequentou.....	87
Tabela 40 - Influência do curso nas capacidades pessoais.....	88
Tabela 41 - Importância das oito vertentes dos cursos.....	89

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Adequar formação ao trabalho profissional	83
Gráfico 2 – Grau de satisfação relativamente à frequência do curso.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS

FCT - Faculdades de Ciências e Tecnologias

INE - Instituto Nacional de Estatística

MECCC – Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação

MECF - Ministério da Educação, Cultura e Formação

MEES - Ministério da Educação e Ensino Superior

MLSTP – Movimento de libertação de São Tomé e Príncipe

MPFEA - Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul

ISCSVSM - Instituto Superior de Ciência da Saúde Victor Sá Machado

ISEC - Instituto Superior de Educação e Comunicação

ISP/STP - Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe

IUCAI - Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONU - Organização de Nações Unidas

OIT - Organização Internacional de Trabalho

RGPH - Recenseamento geral da população e habitação

STP - São Tomé e Príncipe

USTP - Universidade de São Tomé e Príncipe

CAPÍTULO 1- INTRODUÇÃO

Nesta introdução, o primeiro capítulo da dissertação, para além do enquadramento inicial do tema desta dissertação, apresenta-se a questão fundamental em investigação e a justificação da mesma bem como os seus objetivos gerais e específicos. Na última seção do capítulo descreve-se a sua organização.

1.1 Enquadramento e justificação do tema

As relações entre o sistema educativo e o mercado de trabalho têm sido objeto de análise ao longo do tempo, tanto no plano social, na medida em que isso respeita aos alunos e suas famílias e aos dirigentes políticos, e às respetivas expectativas, bem como também no plano científico interessando a distintas áreas disciplinares, em particular das ciências sociais (Sociologia, Economia, Psicologia, Educação, entre outras) uma vez que se trata de um tema central no conhecimento do funcionamento da sociedade e do mercado de trabalho, em particular.

A Teoria do Capital Humano procura explicar a decisão individual de prosseguir estudos e a subsequente transição para o mercado de trabalho. Segundo esta teoria, os indivíduos investem em educação no presente, incorrendo em custos diretos ou indiretos, que esperam que venham a ser compensados pelos rendimentos adicionais de que irão usufruir no futuro, pois o investimento em educação conduz à aquisição de capacidades produtivas e, portanto, a maior produtividade do trabalho da qual advém uma maior compensação salarial (Becker, 1993 citado por Neto, 2018 p.4). Aquilo que se espera é que as evidências decorrentes da Teoria do Capital Humano tenham consequências na formulação das políticas de emprego e formação (Oliveira, 1998) bem como nas escolhas dos percursos formativos e de emprego dos indivíduos (Cabrito, 1999). Assim, este estudo assume a educação como o principal fator promotor de desenvolvimento, em particular na medida em que indivíduos com níveis de formação escolar mais elevada acedem ao mercado de trabalho e exercem as suas atividades de modo mais competente.

O efeito da relevância da formação académica dos indivíduos e do seu subsídio no processo de desenvolvimento económico e social de São Tomé e Príncipe é um dos

pressupostos em que basearemos o nosso estudo. Esta interligação entre conhecimento-educação-desenvolvimento, sendo pertinente em todos os países e regiões do mundo, assume particular relevância nos países africanos em desenvolvimento de que São Tomé e Príncipe é um exemplo. O contexto atual assume-se como particularmente relevante para este estudo uma vez que, paralelamente com o crescimento populacional, e com a existência de uma grande proporção de população jovem, assiste-se a transformações muito significativas na sociedade São Tomense, em particular ao nível da estrutura empresarial e sistema de ensino superior. No caso do ensino superior, por exemplo, os anos mais recentes corresponderam ao início da generalização do acesso a este sistema de ensino, assistindo-se também à mudança dos ensinos e à expansão da rede de estabelecimentos de ensino superior.

Portanto, confrontados com o aumento crescente da população a frequentar o ensino superior e das suas expectativas de emprego e de mobilidade social, por um lado e, por outro, com as dificuldades inerentes à inserção no mercado de trabalho, numa conjuntura económica particularmente difícil, de grandes transformações e permanente inovação económica, tecnológica e social, propomo-nos caracterizar os percursos profissionais dos diplomados em São Tomé e Príncipe.

1.1.1 Definição do problema

Assim como é sugerido neste estudo, na caracterização dos percursos de inserção profissional dos diplomados do ensino superior, ter-se-á que ter em conta características de ordem pessoal, cultural e socioeconómica dos diplomados que acederam colaborar com este estudo.

Os universitários constituem, nas sociedades atuais, uma importante parte da população jovem, quer pelo seu protagonismo, quer por deles emergirem muitas das dinâmicas de transformação social. Por isso, o conhecimento acerca das características desta população e da forma como acede ao mercado de trabalho e nele evolui é determinante. A correlação entre mais educação e maior salário, que decorre da Teoria do Capital Humano, destaca a importância da formação académica para alcançar uma boa posição no mercado de trabalho e melhores condições de sucesso e progressão profissional. Estudar os percursos dos jovens diplomados no mercado de trabalho é procurar saber da forma como se processa a transição do sistema educativo para a vida

profissional, mas também saber como os trabalhadores acedem, integram e evoluem no mercado de trabalho. Paralelamente, este estudo analisa o modo o ensino superior dotou os diplomados de competências para os desafios do mercado de trabalho.

1.1.1.1 Importância do estudo

Em nosso entender, a análise do contributo global das instituições de ensino superior (IES) para o desenvolvimento implica o conhecimento da interação destas instituições com os mais diversos atores da comunidade local através das funções de ensino, investigação e extensão. O estudo das ligações das IES com o mercado de trabalho é uma das peças fundamentais para compreender o efeito local (seja este local uma comunidade, uma região ou um país) das IES. Nesse sentido, o conhecimento das trajetórias profissionais e sociais dos diplomados apresenta-se com uma importância bastante a justificar o estudo.

O conhecimento do modo de inserção profissional e dos problemas sentidos pelos diplomados com ensino superior constitui-se como uma ferramenta de análise referente não só às características das IES, como também um barómetro da abertura do mercado de trabalho a uma mão-de-obra jovem e qualificada que ambiciona a sua inclusão no mundo de trabalho.

1.1.1.2 Motivações pessoais e profissionais

As motivações pessoais e profissionais têm, obviamente, a ver com o desígnio de obter o título de mestre e avançar na carreira como gestor. A motivação principal é aprofundar conhecimentos e adquirir competências em matérias de análise de percursos profissionais dos diplomados em São Tomé e Príncipe, que serão de grande importância futura. A sua aplicação neste projeto possibilitará usar o mesmo como um guia prático de trabalho para aplicação em São Tomé e Príncipe. Esta temática é muito interessante, em particular para a Universidade de São Tomé e Príncipe, potencia um maior conhecimento do tema da transição do sistema de ensino para o mercado de trabalho e serve não apenas aos próprios investigadores como às IES.

1.2 Objetivos e questão de investigação

1.2.1 Questões de Investigação

Quais os fatores que influenciam e caracterizam os percursos dos diplomados do Ensino Superior em São Tomé e Príncipe?

1.2.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

- Identificar e compreender os fatores que influenciam e caracterizam os percursos dos diplomados do Ensino Superior em São Tomé e Príncipe.

Para conseguir o objetivo geral, devem cumprir-se os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar os perfis dos diplomados, enquanto estudantes, da Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP);
- Caracterizar a trajetória formativa dos diplomados da USTP;
- Conhecer a situação atual e a evolução, no mercado de trabalho, dos diplomados da USTP;
- Identificar a relação existente entre a formação académica e as competências necessárias ao exercício profissional.

1.3 Estrutura da Dissertação

Este estudo será organizado e prosseguido em várias etapas que incluem a pesquisa e revisão bibliográfica, o enquadramento teórico e metodológico, a realização de um inquérito por questionário e recolha de dados secundários, análise dos dados e apuramento de resultados, as conclusões e as propostas.

Com a introdução ao tema e apresentação do problema, a partir dos objetivos fundamentais já identificados, o projeto prosseguirá com uma revisão bibliográfica para definição e compreensão dos principais conceitos envolvidos no tema do projeto: percursos profissionais dos diplomados do Ensino Superior em São Tomé e Príncipe.

Segue-se a apresentação da abordagem metodológica do tema e dos procedimentos desenvolvidos para recolha de dados. Serão recolhidos dados de fontes

secundárias, como relatórios, publicações e assim como dados primários com base na elaboração inquéritos por questionário aos diplomados.

Os resultados apurados da análise de dados permitirão identificar e compreender os fatores que influenciam e caracterizam a empregabilidade dos diplomados de São Tomé e Príncipe.

Finalmente, serão enunciadas algumas conclusões e serão identificadas propostas de eventuais medidas de melhoria da ligação entre o ensino superior e o acesso ao mercado de trabalho.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA

Neste segundo capítulo, realçamos o desenvolvimento socioeconómico descrevendo de uma forma sucinta sobre a sua relação com a educação no contexto global, na perspectiva de desenvolvimento, do ensino superior e da ligação com o mercado de trabalho.

O percurso académico é estudado do ponto de vista da mudança do ensino secundário para o ensino superior e deste para o mundo laboral. O indivíduo passa por várias fases de transição ao longo da sua vida e todas estas fases exigem mais do indivíduo do que as anteriores.

Todo o trajeto académico é muito importante para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, pois é através de todo este percurso que são adquiridos os conhecimentos técnicos e as aptidões indispensáveis para aumentar a sua empregabilidade.

2.1- Educação e desenvolvimento

A educação tem hoje como objetivo genérico a formação “da criança para a vida” (Nobre e Soveral, 1995 citado por Mendes, 2006), mas teve como ponto de partida a formação do cidadão na sociedade ateniense, na qual foram “promulgadas leis, segundo as quais os pais tinham a obrigação de proporcionar instrução aos filhos. A educação elementar estava a cargo dos mestres” (Nobre e Soveral, 1995 citado por Mendes, 2006, p.150)

A educação é sempre apontada, por especialistas e pela sociedade civil, como a melhor resposta para a resolução dos problemas da sociedade. A educação proporciona uma melhor formação para os cidadãos, mais conscientes de seu papel social, mas também potencializa o desenvolvimento da sociedade como um todo; é através da educação que se têm alcançado progressos, inovações e melhorias para a humanidade. Por isso, a educação é classificada como um bem de mérito (ou seja, cujo consumo deve ser estimulado) na medida em que produz externalidades coletivas que ampliam em muito os benefícios privados a que também dá origem.

A educação para o desenvolvimento busca cada vez mais melhorar o acesso ao conhecimento, e que ele seja alcançado de forma qualificada, para que as pessoas consigam desenvolver-se por si próprias e tenham condições de melhorar as suas vidas. É comum considerar que a educação é o primeiro passo para reduzir as desigualdades sociais na sociedade. Para isso, é importantíssimo que se deem mais oportunidades aos indivíduos.

A educação está presente em todas as sociedades do mundo e passa por diferentes modificações ao longo do tempo. A sociedade, de uma forma ou de outra, educa-se e a educação adapta o ser humano. e, a Dependendo da finalidade na sociedade, a educação pode ser aproveitada como contorno de dominação ou de libertação (Gadotti, 1999 citado por Silva e Souza, 2018 p.1). É imprescindível que exista educação para que a sociedade evolua, tenha cidadãos críticos. O progresso da educação está vinculado à desenvolvimento da sociedade.

Na etimologia do conceito educação, até agora utilizado, pode-se localizar as suas raízes romanas (D'Ambrosio, 1998): ele é *educatio*, "a continuidade do modelo social e comunitário", e é igualmente *educere*, "fazer sair, tirar para fora" na prática social e *ducere*, "guiar, conduzir, levar".

Sachs (2015) considera que não obstante a ligação do desenvolvimento económico com investimentos em infraestruturas, com a construção de estradas, portos e vias de comunicação, entre outros, o mais importante investimento é na população, especialmente nas crianças, na formação do capital humano. Se a educação está vinculada ao desenvolvimento, deve existir investimento a fim de possibilitar aos indivíduos o acesso à educação de qualidade.

Atualmente, à Educação exige-se um papel de constante adequação às mudanças da sociedade, seguido da transmissão de saberes que têm vindo a ser descobertos pela existência humana. A educação pode ser vista como a composição dos processos de ensinar e aprender, a partir de diversas perspetivas: pela passagem às próximas gerações dos costumes culturais, para uma melhor convivência de uma pessoa em seu grupo; como processo de socialização (a educação acontece permanentemente, nos vários ambientes de convívio social, tanto para a adaptação das pessoas à sociedade quanto das pessoas ao grupo ou dos grupos à sociedade). A educação formal, desenvolvida nas escolas, por seu turno, pode ser definida como Educação Escolar; esse é um tipo de educação que visa o desenvolvimento intelectual do indivíduo (Oliveira, 2009).

A educação é o principal motor da melhoria do capital humano; deve ser incentivado e promovido para um país tenha um desenvolvimento que implique não só crescimento económico, mas também progresso social, diminuição das desigualdades e cuidados com o meio-ambiente (UNESCO, 2005, p.10). “O país, para competir em igualdade com os outros, precisa investir nos seus recursos humanos. Igualmente deve analisar se a performance educativa é eficaz para tornar os alunos capacitados e competidores para o desenvolvimento do país. Os países começam a interrogar-se se os alunos que se formam em seus sistemas educativos têm a capacitação necessária ao desenvolvimento económico do país” (UNESCO, 2005, p.6).

Num sentido amplo, a educação surge associada ao desenvolvimento social, mas também ao desenvolvimento económico, tendo o Estado um papel determinante na sua promoção.

Para ilustrar da relevância da educação, atente-se que o conceito de desenvolvimento criado pelo PNUD - o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - ajusta três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Nesta perspetiva do desenvolvimento o centro das preocupações é colocado no bem-estar das pessoas, assegurando-lhes a equidade de oportunidades, de acesso aos sistemas de educação e saúde bem como o desenvolvimento das suas capacidades. Este conceito parte do pressuposto de que as pessoas são a riqueza de um país pelo que o propósito primordial de qualquer política de desenvolvimento deve ser a conceção de um ambiente que proporcione aos indivíduos uma vida longa, saudável e criativa.

O desenvolvimento da cidadania, bem como o acréscimo do conhecimento, é uma das respostas fundamentais que a educação precisa dar aos reptos diversos da atual sociedade da informação (Delors, 2003). “A educação é um processo ativo (porque implica a informação de vários intervenientes, de forma ativa) de modificação, tendo como objetivo instruir a ser e a saber, colaborando para o conjunto de capacidades particulares que tornam o indivíduo singular” (Teodoro, 1994, citado por Mendes, 2006, p.23). A educação, é um instrumento de desenvolvimento, e isso consegue-se dando à escola, o mais emblemático dos meios educativos (para além da família e da própria sociedade, que também têm um papel essencial na educação), a oportunidade de responder aos desafios económicos e sociais (Teodoro, 1994, citado por Mendes, 2006, p.23).

2.1.1. Teoria do capital humano e desenvolvimento

Marshall é um dos primeiros teóricos que aborda a relação entre o conhecimento académico e a integração no mercado de trabalho. Na sua abordagem considera que ‘qualidades e agilidades’ são componentes do capital humano e é uma responsabilidade do Estado e dos pais impulsionar e investir em ensino (Marshall, 1890 citado por Kelnar et al., 2018, p.2). É a partir de 1950, com Schultz que a teoria do Capital Humano é formalizada (Kelnar et al., 2018, p.1)). Neste sentido, a Teoria do Capital Humano apontou o ser humano como um dos principais responsáveis pela produção de riqueza, através do conhecimento como forma de capital. A decisão de investir na capacitação do trabalhador passa a ser uma deliberação individual, ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade (Schultz, 1973 citado por Kelnar et al., 2018 p.1). A partir de então, destaca-se a importância desse capital para o crescimento económico e a sua relação com a educação e o rendimento. Estes autores realçam a importância da educação na medida em que o indivíduo que investir em conhecimento passa a ter maiores rendimentos e ascensão social. Os proprietários do capital humano são os trabalhadores e quanto mais conhecimento contraírem, melhor será a produção. Os trabalhadores passam a investir em educação na perspectiva de obter maior rendimento. Para este autor o desenvolvimento de capital humano dependia do investimento público, que tinha a capacidade de promover o planeamento educacional, para o qual é fundamental o papel dos professores, os quais assumem uma função central, como ‘peças essenciais’ para adaptar, configurar e concertar os estudantes ao desenvolvimento económico.

A Teoria do Capital Humano procura explicar a decisão individual de prosseguir estudos e a subsequente transição para o mercado de trabalho. Segundo esta teoria, os indivíduos investem em educação no presente, incorrendo em custos diretos ou indiretos, que esperam que venham a ser compensados pelos rendimentos adicionais de que irão usufruir no futuro, pois o investimento em educação conduz à aquisição de capacidades produtivas e, portanto, a maior produtividade do trabalho da qual advém uma maior compensação salarial (Becker, 1993 citado por Neto, 2018 p.4).

De acordo com Becker (1975 citado por Almeida, 2014), a escola pode ser definida como uma “instituição especializada na produção de formação” que pode funcionar como fonte de determinado tipo de competências (Becker, 1975, citado por Almeida, 2014). Este autor ilustra o efeito do investimento no capital humano

nomeadamente na área do ensino e do emprego, admitindo que quanto maior for o nível de escolarização, menor será o risco de precariedade face ao emprego. Esta teoria do capital humano pressupõe que o investimento dos indivíduos na sua própria formação académica, embora seja dispendiosa em termos económicos - uma vez que durante o período em que estuda o aluno ou não trabalhar ou fá-lo em part-time (para Becker toda a formação académica é realizada antes da entrada no mercado de trabalho) - trará retornos pelo facto de proporcionar no mercado de trabalho melhores condições por comparação com os indivíduos que optam por não estudar. Estas condições podem ser económicas (remuneração), sociais (estatuto) e culturais. É o próprio indivíduo quem se responsabiliza e investe no seu processo de inserção, desenvolvendo competências que abrangem a área profissional, pessoal e social. Cada um opta por gastar em educação o que considera mais adequado no seu caso, comparando o valor presente dos custos do investimento em educação com o valor esperado dos benefícios que vier a receber no futuro.

A partir destas abordagens iniciais, muitos investigadores mostram a importância do capital humano para o desenvolvimento económico, e qual sua relação com a educação, com a produtividade do trabalho e com o rendimento. O contexto dos estudos desenvolvidos tem sido muito distinto: há os que analisam o custo benefício de investir em qualificação durante um determinado número de anos; os que colocam no Estado a incumbência de melhorar a qualidade da educação; os que estudam as condições em que as escolas devem fazer a oferta educativa de forma mais eficiente. Porém, todos são de opinião que o caminho para o desenvolvimento da nação, o aumento do rendimento e o bem-estar dos trabalhadores está fortemente associado ao nível de conhecimento individual.

O capital humano é um catalisador de mudanças permanentes e também um diferencial competitivo das organizações e dos países. Os recursos humanos são uma das preocupações prioritárias dos governos e empresários, já que sem mão-de-obra adequada às necessidades, as organizações têm dificuldades em executar a sua atividade seguindo critérios de qualidade.

É difícil enumerar todos os benefícios sociais da educação, mas podemos citar alguns que se transformam com a melhoria no ensino (Becerra, 1998):

- Mudanças nas atitudes e valores da sociedade, liberdade de pensamento, o cosmopolitismo, a perspetiva histórica das coisas, etc.

- Aumento da participação social nos assuntos públicos, tanto a nível local como nacional.
- Melhoria da eficiência e do crescimento da economia já que os trabalhadores são mais criativos e produtivos quando possuem maior qualificação.
- Avanço do entendimento internacional e extensão do conhecimento e das inovações tecnológicas nas sociedades menos desenvolvidas.
- Aumento da quantidade e qualidade da investigação em seus múltiplos âmbitos.
- Menor delinquência e redução dos custos com sua previsão e seu acompanhamento.
- Aumento na arrecadação de impostos.
- Melhoria da mobilidade social que implica uma maior igualdade ou equidade na distribuição das oportunidades sociais.

2.1.2. Educação e mobilidade social

Com exceção das corporações organizadas em castas, em que não há probabilidade de migrar de uma casta para outra, em distintas sociedades as pessoas têm a possibilidade de se movimentar de um estrato para outro. Este fenómeno é denominado mobilidade social, que pode ser decorrente de melhorias nos rendimentos, na educação, na posição no mercado de trabalho ou na sociedade, por exemplo através do casamento. Essa mobilidade pode ter carácter ascendente (o indivíduo passa a gozar de melhores qualidades de vida), ou descendente (o indivíduo experimenta uma situação pior das suas condições de vida).

Os estudos de mobilidade social visam identificar as distintas características das mutações sociais e as suas origens. Uma grande parte dos autores que se dedicam ao estudo da estratificação/mobilidade social, afirmam que o fator educacional é um dos principais determinantes das condições de vida de um indivíduo.

Bernstein (1975, citado por Fonseca, 2008), desenvolveu um estudo de relações familiares ou de composições intra familiares, caracterizando famílias que têm “orientação pessoal” (categorias superiores) e famílias “posicionais” (grupos populares), tratando das relações entre “socialização escolar” e socialização nas origens e realçando que, para as crianças de classes superiores, a escolarização é “fonte de desenvolvimento cultural e simbólico”, e, para os meninos de classes populares (famílias operárias), ela é

uma “experiência de evolução simbólica e social” (Bernstein, 1975, citado por Fonseca, 2008, p.8). O número de anos de escolarização é habitualmente distinto entre pais e filhos: os pais de classes populares, tendo pouco (ou nenhum) domínio dos conhecimentos e das formas de aprendizagem escolar e dominando mal as normas da vida escolar, são, não obstante, constrangidos a tentar participar no processo da escolarização, cuja importância é boa para o futuro de seus filhos. Tal como acontecia nos outros níveis de escolaridade, o ensino superior também era frequentado principalmente por estudantes pertencentes às classes superiores, pois estes eram, não só os que possuíam mais capital cultural, como os que tinham mais facilidades económicas para tal. Se o acesso ao mercado trabalho estiver, em parte, relacionado com o nível e tipo de diploma obtido pelos indivíduos, pode-se antever que tal acesso é também condicionado por fatores sociais, os quais também estão, por sua vez, implícitos nas disparidades sociais que condicionam o acesso à educação.

As classes mais baixas da estratificação social são muitas vezes estereotipadas, sendo o sucesso dos alunos dessas classes pouco provável. Tal como referiu (Gomes, 2001, citado por Fonseca, 2008, p.11) há questões de hierarquização social que limitam o alcance da mobilização social. Ainda assim, esta limitação não é absoluta. Terrail (1997, citado por Fonseca, 2008) analisou casos de sucesso, improvável, e comprovou que a escola tem sido entendida pelos pais como uma boa probabilidade de mobilidade social dos filhos. Essa perceção leva ao investimento na educação dos filhos e nas práticas educativas.

Também a profissão exercida pelos pais, e a posição que nela ocupam, influenciam o percurso social, cultural, escolar e profissional dos filhos. “Pais com mais instrução e conhecimentos têm mais probabilidades de dotar os filhos com aptidões mais eficientes no mercado de trabalho, do ponto de vista da mobilização de recursos, conhecimentos e relações de modo a proporcionar-lhes um melhor e, principalmente, mais rápido acesso à atividade profissional” (Gonçalves, 2000, citado por Fonseca, 2008, p.11).

A mobilidade social tem sido analisada através do percurso socioprofissional dos indivíduos, remetendo para uma análise das posições ocupadas na estrutura ocupacional pelos indivíduos e seus progenitores, frequentemente partindo de matrizes teóricas funcionalistas, que concebem a estrutura social como essencialmente estratificada e não dividida em classes (Grácio, 1997 citado por Ramos, 2011). Num dos estudos

fundadores do estudo da mobilidade social, (Sorokin, 1994 citado por Ramos, 2011) notava que, apesar da complexificação da sociedade e da pluralização das diferentes ocupações, continuava a ser mais aceitável que um descendente acompanhasse a ocupação dos progenitores do que qualquer outra, salientando assim a dificuldade em promover a mobilidade social nas sociedades atuais.

2.2 Relação entre ensino superior e mercado de trabalho

A transição do sistema educativo para o mercado de trabalho é uma das etapas mais relevantes da vida dos jovens adultos, a qual, frequentemente é acompanhada por um aumento dos níveis de autonomia pessoal e familiar, coincidindo também com a saída de casa dos pais e constituição da própria família. A entrada no mercado de trabalho é, portanto, uma fase particularmente desafiante na vida dos indivíduos e na organização das sociedades. A adequação entre a oferta formativa disponível nas IES, as competências dos diplomados e as necessidades de emprego no mundo laboral, pode atenuar as dificuldades inerentes a esta importante etapa.

2.2.1. A inserção profissional dos diplomados e a melhoria das condições de competitividade e coesão

Antes de qualquer referência à inserção profissional convém defini-la. Assim, segundo Alves (1993, e Vieira e Santos, 2001, citado por Fonseca, 2008, p.16) a “inserção profissional geralmente é entendida como um período intermédio da saída dos sistemas de ensino ou de formação e a obtenção de um emprego. É durante esse período que o licenciado negocia no mercado de trabalho os saberes que adquiriu através de um diploma”. Alves (2003) entende a inserção profissional não simplesmente como a obtenção de um emprego, mas também e sobretudo como um processo de socialização e construção identitária, ou seja, como um processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

Nesta expressão cabem várias dimensões de um mesmo problema social - económica, social, cívica e simbólica - na medida em que o emprego é, simultaneamente, uma condição vital para a estabilidade económica, para o estabelecimento de redes sociais e para a construção da identidade do indivíduo, e uma

arma contra a exclusão social. Por isso, falar de inserção profissional é também falar de inclusão social.

Rose (1998) defende uma concepção de inserção (ou transição, no conceito que utiliza) como um processo socialmente organizado, na avaliação em que nele se intrometem diversos atores como o Estado ou as empresas. A principal dificuldade em termos de inclusão profissional dos jovens não se prende com a trajetória da escola para o mundo laboral, mas com as condições estabelecidas pelo próprio mercado de trabalho, que bloqueiam os profissionais em termos de ascensão na carreira e de solidez financeira, funcionando como fatores condicionantes ao seu acesso a uma inserção profissional plena, tanto em termos de direitos laborais como de reconhecimento das suas qualificações no mercado de trabalho (Tavares, 2012).

O estudo de Frazão (2005) intitulado “Da escola ao mundo laboral: capacidades e inclusão socioprofissional”, que se debruça sobre o tema do desenvolvimento de competências nos alunos como fator facilitador do seu desempenho profissional e da sua inserção profissional, discute o fenómeno da inserção profissional baseado no papel e funções da Escola, nomeadamente nas competências - em termos do conjunto de aptidões e capacidades - que os indivíduos devem possuir para que possam “desenvolver uma carreira profissional motivadora, gratificante e responsável” (Frazão, 2005 citado por Tavares, 2012, p.4).

Segundo Becker (1975, citado por Almeida, 2014), como já se afirmou antes, a escola assume o papel de instituição especializada na produção de formação, traduzido em competências que permitem ao aluno investir em si próprio como capital humano no mercado de emprego. Este investimento que o indivíduo faz no seu processo de inserção permite-lhe adquirir certo tipo de condições como sejam a maior possibilidade em obter um emprego, a progressão na carreira profissional, uma remuneração mais elevada, ou simplesmente realização pessoal. Um dos aspetos mais relevantes para a perceção do fenómeno da inserção profissional dos alunos é a questão das competências-chave proporcionadas pela escola. Estas competências permitem ao aluno enquanto futuro profissional garantir o seu sucesso pessoal e profissional através do desempenho da profissão que escolheu (Tavares, 2012).

A Universidade é considerada como uma das instituições mais valorizadas e que terá tido como excelência a garantia da sua continuidade desde a Idade Média até à atualidade. Vive-se hoje num mundo globalizado, em que o desenvolvimento veloz das

comunicações, físicas e virtuais, tem um papel de relevo e em especial as comunicações por via eletrónica, a internet, permitem a aproximação entre os povos e entre as pessoas. Este desenvolvimento fomenta as relações de interesse e culturais, independentemente da proximidade geográfica. Neste contexto, o Ensino Superior tem a valia na formação, no aprofundamento do conhecimento e na pesquisa de novos caminhos e na interação com o tecido social, sendo hoje reconhecido por todos como instrumento de desenvolvimento humano, científico, cultural e social. Os Estabelecimentos de Ensino Superior têm de ser capazes de refletir sobre si próprios e apostar na sua renovação, para fazer face às mudanças sociais, mantendo os valores essenciais que as caracterizam.

Sendo esta a responsabilidade do Ensino Superior, acresce a missão e o desafio de contrabalançar duas dimensões: (i) a aptidão técnica e (ii) a consciência ética, de forma a colaborar para o pleno progresso dos estudantes, a sua organização para o exercício da cidadania e, consecutivamente, a aptidão para o trabalho (Almeida et al., 2009 citado por Pires, 2013, p.14), dotando os estudantes de competências para que no futuro sejam profissionais à altura das exigências das organizações e da corporação em geral. Em suma, o importante é formar profissionais suficientemente competentes, criativos e inventivos que tenham condições de analisar criticamente a engrenagem sócio económica, interrogá-la e, se julgarem adequado, arriscar modificar-se (Almeida et al., 2009, citado por Pires, 2013, p.15). Sendo assim, a missão do Ensino Superior não se limita ao plano curricular e ao espaço físico da Universidade; muito pelo contrário, estende-se ao longo da vida, principalmente nos diferentes contextos em que os diplomados participam (Bisinoto et al., 2010; CRUP, 2004 citado por Pires, 2013, p.15). Assim sendo, cabe aos Estabelecimentos de Ensino Superior a responsabilidade pela habilitação dos cidadãos com melhores oportunidades, proporcionando uma integração na sociedade do conhecimento.

A verdade é que atualmente o diploma cumpre funções ao nível da satisfação pessoal e profissional, mas deixou de servir como um fator de distinção. Passou a ser um fator comum entre os que buscam colocação e por isso o emprego deixou de estar seguro pelo simples fato de um indivíduo ter uma formação superior (Alves, 2000). Segundo Alves (2008), desde a década de cinquenta que o ensino superior tem sido alvo de alterações e de uma franca expansão, nomeadamente nos países industrializados. E se até aos anos sessenta continuava a verificar-se que o problema do desemprego se

confinava à população operária juvenil com menos qualificações, a partir dos anos oitenta o contexto altera-se e o desemprego entre os diplomados também aumenta. O aumento da oferta formativa levou ao desajustamento entre o ritmo de produção dos títulos acadêmicos e a criação de emprego.

Desta forma, muitos diplomados encontram-se inseridos no mercado de trabalho, mas não integrados na área profissional de intervenção para a qual estudaram. Outros recém-diplomados encontram-se em situação de desemprego friccional, o que significa que não conseguem encontrar o primeiro emprego que procuram, apesar de existirem vagas: o empregador continua à procura no sentido de admitir um empregado o mais qualificado possível e o indivíduo desempregado pretende continuar à espera do emprego idealizado (Tristany, 1996). A busca e a oferta de emprego fazem parte de um procedimento que exige tempo, mas também conhecimento atualizado, o que nem sempre se verifica, pois o empregador não conhece a força de trabalho disponível no mercado e o indivíduo desempregado não está devidamente informado sobre as vagas de emprego disponíveis e os requisitos exigidos (Tristany, 1996). A melhoria da comunicação entre as IES e as empresas e instituições empregadoras pode contribuir para a minimização destas diferenças de conhecimento e de entendimento. Trigo (1982) considera que o problema da desadequação entre as competências dos diplomados e as necessidades do mercado de trabalho começa muito cedo, quando os estudantes do ensino secundário têm que fazer uma opção em relação ao curso a adotar no ensino superior, sem ter informação completa (nem teriam como ter) acerca da evolução das necessidades do mercado de trabalho nem das suas próprias potencialidades.

2.2.2. Determinantes da empregabilidade dos diplomados

As alterações tecnológicas, sociais e culturais que têm sucedido na sociedade e na economia dos distintos países, têm contribuído para a alteração das condições de funcionamento do mercado de trabalho, no sentido de uma máxima exigência e seletividade, condicionando, portanto, a empregabilidade. Tais exigências refletem-se por exemplo ao nível do recrutamento de mão-de-obra, atingindo deste modo sobretudo aqueles que apresentam baixas qualificações profissionais.

Quadro 1 – Alguns conceitos de empregabilidade

Autores	Conceito
(Hillage e Pollard, 1998)	Capacidade de um indivíduo encontrar e manter um emprego ou obter um novo se necessário.
(Gazier, 1990)	A atratividade de um indivíduo aos olhos de um empregador, apreciada através dos resultados dos testes que combinam a avaliação de aptidões e de comportamentos e privilegiam a integridade profissional.
(Almeida, 2006)	Baseia-se na atual terminologia dada à competência de adaptação do profissional ao mercado laboral.
(Minarelli, 1995 citado em Dias, 2015)	Como a agilidade de ter emprego. Nos significados de empregabilidade expostas, o termo é visto como a competência de adaptação da mão-de-obra frente às novas condições do mundo do trabalho e das organizações.

Fonte: Elaboração própria a partir das fontes identificadas.

A empregabilidade pode ser vista, de modo muito simples, como a capacidade dos indivíduos, com as suas competências, terem condições para dar resposta, com sucesso, às necessidades do mercado de trabalho.

A empregabilidade fundamenta-se numa terminologia dada à capacidade de adaptação do profissional às novas necessidades e dinâmica dos novos mercados de trabalho. Com as novas tecnologias, globalização da produção, abertura das economias, internacionalização do capital e as constantes modificações que vêm afetando o ambiente das organizações, surge a obrigação de adaptação a tais fatores por parte dos empresários e dos trabalhadores.

Quadro 2 - Apresentação de seis pilares da empregabilidade, segundo Minarelli

<p>1) Adaptação da profissão à vocação</p> <p>Alguma vez que para virar um adequado profissional e um ser humano realizado, a pessoa deve harmonizar a sua função com a competência e amor pelo que faz.</p>	<p>4) Saúde física e mental</p> <p>Cuidar do equilíbrio, do dano exagerado preocupar-se com o corpo, pessoas saudáveis tem bons relacionamentos e interage de maneira favorável, evitar vícios como fumo, álcool e drogas. Conservar sua amor-próprio e sua capacidade de alcançar planos.</p>
<p>2) Competências</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Preparação técnico; ✓ Aptidão de liderar pessoas; ✓ Agilidade política; ✓ Capacidade de comunicação oral e escrita em pelo menos dois idiomas; ✓ Competência em marketing; ✓ Competência de vendas; ✓ Capacidade de utilização dos recursos tecnológicos. 	<p>5) Reserva financeira e fontes alternativas de aquisição de renda</p> <p>A falta de emprego constitui a perda da entrada de rendimento. Você deve fazer uma reserva mês a mês; a reserva é uma defesa, uma garantia que o sustenta. O plano profissional deve acontecer ao mesmo tempo. Seu comércio próprio de qualquer volume, além disso pode ser uma fonte alternativa de renda.</p>
<p>3) Idoneidade</p> <p>A aptidão provoca confiança de parte a parte e entre outros fatores, podem-se considerar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ética; ✓ Comportamento; ✓ Correção; ✓ Respeito. 	<p>6) Relacionamentos</p> <p>Quem conhece pessoas, adquire elementos importantes e relevantes, uma pessoa cautelosa regista os seus relacionamentos. Guarda e cuida deles, retorna as ligações, que podem ser chances de trabalho. Em termos profissionais é muito importante ter <i>networking</i>, uma forma de se manter interligado a sua rede de relacionamentos. Conserve contato com essas pessoas.</p> <p>A atual conjuntura determina profissionais cada vez mais preparados e conscientes de sua atuação. O termo empregabilidade traz informações essenciais para se pensar em todo e qualquer profissional, pois estabelece capacidade e adaptação do profissional ao mercado de trabalho.</p> <p>O desenvolvimento de capacidades e habilidades torna-se uma premissa para a entrada de profissionais em um mercado tão competitivo e célere. A sociedade contemporânea e os avanços tecnológicos contribuem para a visão e atenção a esse novo olhar voltado para a empregabilidade.</p>

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Minarelli (1995) citado por (Dias, 2015).

De acordo com José Augusto Minarelli (1995, citado em Dias, 2015) o termo empregabilidade depende da interação entre o indivíduo e o mercado de trabalho, atribuindo uma ênfase nas capacidades técnico-profissionais e transversais do sujeito,

fundamentais para a procura ativa de emprego. Este autor institui o que chama de seis pilares da empregabilidade, que cobrem a segurança profissional do indivíduo. Quanto maior a adaptação do profissional, maior sua empregabilidade. Esta exigência apareceu nas últimas décadas, pela obrigação dos trabalhadores adquirirem novos conhecimentos que os capacitassem para seguir as modificações no mercado laboral. O mundo laboral, cada vez mais concorrente, procura profissionais com capacidades e competências renovadas. Atualmente, o profissional deve especializar-se continuamente, desenvolver as suas competências e capacidades e desenvolver uma postura de iniciativa e proatividade (Minarelli, 1995; Gresele et al., 2008 citados por Dias, 2015, p.47).

Atualmente as pessoas já não são consideradas meros recursos passivos, mas sim capital humano que dá competências, habilidades e conhecimentos à sua organização (Chiavenato e Matos, 2009, citado por Fonseca, 2008). Existem duas grandes razões para se analisar a empregabilidade, sendo que a primeira tem a ver com as mudanças do mercado de trabalho devido aos rápidos avanços tecnológicos, que exigem diferentes competências por parte dos trabalhadores, enquanto que o segundo motivo deve-se ao facto destes autores entenderem que há necessidade de clarificar o próprio conceito pois na perspectiva dos mesmos existem autores que definem empregabilidade numa ótica de um conjunto de fatores externos ao indivíduo e outros consideram-na como um conjunto de fatores internos (Fugate e Kinicki, 2008, citado por Fonseca, 2008).

2.2.2.1 Determinantes Institucionais

Os determinantes institucionais estão relacionados com as características das instituições de ensino superior bem como com as características das entidades empregadoras. O prestígio destas e a qualidade do ensino ministrado têm impacto sobre a empregabilidade dos diplomados. Do mesmo modo, as medidas de cooperação com entidades empregadoras (identificação de oportunidades de trabalho com os empregadores, organização de feiras de emprego, promoção de estágios de trabalho) e as medidas de apoio e orientação dos estudantes são iniciativas que parecem aumentar a confiança dos graduados em relação à sua preparação para a inclusão no mercado de trabalho (Cardoso et al., 2014a; Sin et al., 2016, citados em Neto, 2018, p.8). O ensino superior é um sistema complexo, sendo notória uma certa hierarquização, traduzida em níveis de atratividade/prestígio distintos, quer entre as instituições que o compõem

(Tomlinson, 2008; Sin et al., 2016a citados em Neto, 2018, p.8), quer entre as áreas disciplinares (Galego e Caleiro, 2011, citado em Neto, 2018, p.8). Os estudantes preocupam-se assim em ingressar na “universidade certa” para aproveitar o *status* institucional, de onde consideram que os empregadores inferem que estes obtiveram um “bom diploma” (Tomlinson, 2008 citado em Neto, 2018, p.8).

2.2.2.2. Determinantes Individuais

Relativamente às determinantes individuais contam-se, por exemplo, “fatores demográficos como a idade e o género. Neste caso, a literatura sugere que estas características têm influência sobre a empregabilidade” (Mallik et al., 2014; Sin et al., 2016b, citados em Neto, 2018, p.9). “As determinantes socioprofissionais, inseridas nas determinantes individuais, juntam determinantes relacionados com a educação/formação, desempenho académico, atividades extracurriculares (participação em associações, desporto, música, voluntariado), mobilidade académica e experiência profissional” (Cardoso et al., 2014b, citado em Neto, 2018, p.9).

Verifica-se que a educação tem um impacto positivo sobre a empregabilidade (Wittekind et al., 2010; Mallik et al., 2014 citados em Neto, 2018, p.10) facilitando a inserção profissional dos diplomados (Cardoso et al., 2014b, citado em Neto, 2018, p.10). Contudo, os níveis de empregabilidade diferem entre as áreas de formação (Sin et al., 2016b, citado em Neto, 2018, p.10).

Saúde (2008, citado por Almeida, 2014), por seu turno, mostra que a empregabilidade que é influenciada por fatores individuais e fatores contextuais, o que se admite romper com as conceções mais individualistas em que aquele termo é encerrado, na atualidade, quando se debatem os temas do emprego e desemprego para os jovens e não só. No mesmo estudo, a inserção profissional é explicada como “um trajeto no qual o indivíduo testa e reconfigura a sua empregabilidade e identidade profissional, fruto da combinação única que faz das informações que recebe das experiências e dos contextos profissionais e formativos por onde passa” (Saúde, 2008 citado por Almeida, 2014, p.124). A autora explica que os percursos de inserção profissional de maior ou menor instabilidade e qualificação influenciam o perfil de empregabilidade, especialmente no que respeita à fase inicial da trajetória, ou seja, na transição entre o ensino e o mercado de trabalho. Não deixa igualmente de enfatizar a

importância que têm o maior ou menor esforço dos diplomados na busca de emprego e a maior ou menor enaltecimento que fazem dos seus conhecimentos e capacidades.

Em suma, os determinantes da empregabilidade individual (Montané, 1990; Hyatt, 1995; Flanders, 1995; Purcell et al, 1999; Harvey, 2001; Knight e Yorke, 2002; Kluber e Forbes, 2004; Gripe t al., 2005 e Fonseca et al, 2005, citados em Saúde, 2008) são consensuais na perspetiva de que a empregabilidade é uma característica dependente de variáveis de natureza individual (as características individuais e familiares – que incluem as de natureza biográfica, a origem e o contexto familiar; o trajeto formativo; a trajetória e a atual situação profissional; os conhecimentos, as competências, as capacidades e qualidades pessoais tidas adquiridas para o exercício profissional, e no plano simbólico-valorativo; a representação tida da qualidade do percurso formativo e sua adequabilidade ao exercício profissional; as atitudes admitidas face à procura de emprego; as imagens/significados conferidos ao exercício profissional/profissão; autoconceito de conhecimentos, competências, capacidades e qualidades pessoais tidas para o exercício profissional) e de dimensões de natureza “coletiva” ou contextual (associadas ao efeito regulador dos contextos inerentes; às características do mercado de trabalho/ emprego; às características do sistema educativo/ de formação (Saúde, 2008).

2.2.2.3. Determinantes Contextuais

Fatores externos, como o ambiente no mercado de trabalho e o contexto político e económico, desempenham um papel igualmente relevante no processo de inserção profissional dos graduados (Hillage e Pollard, 1998 citado em Neto, 2018, p.14). Como tal, os indivíduos podem promover a sua empregabilidade através do conhecimento do mercado de trabalho (Petzold, 2017 citado em Neto, 2018, p.14) e da sua capacidade de adaptação às novas necessidades do mesmo (Cardoso et al., 2014a, citado em Neto, 2018).

Verifica-se que a conjuntura económica afeta significativamente as oportunidades de emprego em termos das condições quer de oferta quer de procura do mercado de trabalho (Tomlinson, 2007; Sin et al., 2016b, citados em Neto, 2018, p.14). Períodos de expansão económica favorecem a empregabilidade dada a maior oferta de emprego e, pelo contrário, crises/recessões contraem as ofertas de emprego, tendo um impacto negativo sobre a empregabilidade (Galego e Caleiro, 2011; Menon et al., 2012,

citado em Neto, 2018, p.14). Como mencionado anteriormente, em períodos de contração de emprego mesmo os que potencialmente seriam mais empregáveis poderão ficar desempregados (Brown et al., 2003 citado em Neto, 2018, p.14), e, portanto, na análise da empregabilidade é importante considerar o contexto macroeconómico envolvente.

2.2.3. Os efeitos da migração no mercado de trabalho

Uma das dificuldades que determinados países enfrentam é o da emigração de indivíduos portadores de elevadas qualificações académicas e profissionais. Esta migração é particularmente gravosa quando acontece dos países em desenvolvimento para os mais desenvolvidos, dado que essa emigração dos quadros altamente qualificados deixa as economias dos países menos desenvolvidos com oferta limitada de pessoas qualificadas na investigação, na produção e nos serviços públicos e privados.

Em termos de impactos negativos, a emigração poderá originar a chamada “fuga de cérebros”, com trabalhadores qualificados a deixar de achar atrativo o país de origem e a preferir o exterior. O país de origem, neste caso, não irá beneficiar do retorno do investimento em saúde e educação realizado, podendo a emigração comprometer o seu desempenho macroeconómico de longo prazo por via de uma redução da disponibilidade de capital humano (Arede, 2014). Numa expressão, a fuga de cérebros significa que os países recetores vão beneficiar de capital humano altamente qualificado a custo zero, financiado, em muitos casos por países com níveis de desenvolvimento mais baixos. Estes países ficam sem um retorno efetivo do investimento realizada em educação, originando, assim, uma substancial perda de recursos, bem como reduzindo a sua capacidade produtiva e de inovação e adoção de tecnologia (Ratha et al., 2011 citado por Arede, 2014).

Por outro lado, a receção de imigrantes qualificados, consequência do “brain drain”, torna-se uma enorme vantagem para o país que os recebe (Gibson e McKenzie, 2010, citado por Arede, 2014). Estes autores mostram que quem mais beneficia desta migração qualificada são os cidadãos dos países de acolhimento uma vez que, ao interagirem com estes emigrantes de alta qualificação, captam novos métodos de aprendizagem e novas metodologias de trabalho predominando, assim, uma transferência de conhecimentos. A emigração pode, igualmente, funcionar como um

canal para a adoção de novas técnicas e matérias-primas, por meio dos conhecimentos adquiridos no país de origem, podendo ser um complemento valioso para os esforços de desenvolvimento (Arede, 2014).

A “fuga de cérebros” resulta da dificuldade que os países de origem de emigração têm em competir em ambientes internacionais e, em muitos casos, de desajustamentos existentes no mercado de trabalho. A mão-de-obra altamente qualificada emigra à procura de melhores perspectivas de futuro (OIT, 2014).

Portes (1976), citado por Sabbadini e Azzoni, (2006) identifica três grupos de questões que justificam a “fuga de cérebros”. Os determinantes primários são as desigualdades entre os locais de origem e destino, pois alguns podem oferecer melhores ordenados e características sociais e de investigação. O processo de fuga de cérebros é tanto maior quanto maiores constituírem essas diferenças. Os determinantes secundários são compostos pelas diferenças entre oferta e procura de trabalhadores qualificados e investigadores nas empresas das regiões de acolhimento. Esses determinantes relacionam-se com a falta de perspectivas dos trabalhadores altamente qualificados de se realizarem nas suas profissões nos países de origem. Quanto maior o excesso de oferta, maior a migração. Já as causas terciárias são as diferenças entre os indivíduos, desde qualidade de formação ao círculo social em que a pessoa está inserida, como, por exemplo, se possui familiares ou amigos no local de possível destino. Quanto mais competências e qualificações tiver, mais estimulado será o indivíduo a partir.

Em suma, as migrações provocam sempre consequências positivas e negativas nos países de origem e nos países de destino. Nos países de origem, em geral menos desenvolvidos, as principais consequências prendem-se com a diminuição de uma importante parcela da população, em geral, a mais jovem, instruída e mais competente, limitando as possibilidades de desenvolvimento local no futuro; por outro lado, estes emigrantes enviam frequentemente remessas financeiras muito significativas para as famílias que ajudam a compor os orçamentos familiares e a balança de pagamentos destes países. No caso dos países que acolhem estes emigrantes, eles vão constituir um acréscimo de qualidade e quantidade de trabalho nos respetivos mercados; como fator negativo, muitas vezes estes indivíduos são encarados pela população local como uma ameaça na medida em que compete pelos mesmos postos de trabalho.

Sabemos que saem todos os anos milhares de jovens de países africanos e, em particular, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (por exemplo: Guiné-

Bissau, S. Tomé Príncipe, etc.) com bolsas de estudos para estudarem em universidades estrangeiras. O que seria um investimento no desenvolvimento desses países, tornou-se mais um fator de empobrecimento porque a maioria destes jovens estabelece-se nos países que lhes deram a formação sobretudo nos países ocidentais (Costa, 2008).

CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Neste capítulo pretendemos fazer uma breve caracterização de São Tomé e Príncipe em diversos contextos como a economia e a sociedade com destaque para o caso da educação em STP, passando em análise todos os níveis de ensino.

3.1. Aspetos físico-geográficos

São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular de língua portuguesa, situado no Oceano Atlântico, em pleno Golfo da Guiné, a aproximadamente 300 km da costa ocidental africana sobre a linha imaginária de Equador, constituído por duas ilhas (para além de alguns ilhéus desabitados), com uma área total de 1001 km², tendo São Tomé uma dimensão de 859 km² e Príncipe 142 km². A distância entre as duas ilhas é de cerca de 140 km, estando a ilha do Príncipe localizada a nordeste de São Tomé (Tenreiro, 1961; Neves, 1989; Cardoso, 2007; Lima, 2011; BAD, 2016 citado por Sousa, 2017, p.75).

Figura 1- Apresentação de um mapa de São Tomé e Príncipe



Fonte: Arquivo Histórico de STP

A população residente atualmente é de 201.874 de acordo com o recenseamento da população (Censo 2012 e projeções); 61% da população tem menos de 25 anos; a idade média da população é de 18,6 anos e 10% da população tem insegurança alimentar (ONU, 2021).

3.1.2. Organização política e administrativa

Tal como aconteceu com os outros países lusófonos, STP tornou-se independente em 1975 e logo em seguida adotou um regime autoritário de partido único, que vigorou até 1990, quando iniciou a abertura política. No regime autoritário, a Constituição deste arquipélago consagrava um sistema de governo presidencial e as eleições legislativas eram feitas por via indireta e com a apresentação de listas feitas pelo MLSTP que governou o país durante 15 anos (Seibert, 2005 citado por Sousa, 2017, p.195). Na perspetiva deste autor, as esperanças de um futuro melhor, alimentadas pelos santomenses na altura da descolonização não foram concretizadas durante os primeiros quinze anos da independência do país. O fracasso da política económica foi atribuído ao regime monopartidário e ao modelo de economia centralizada. Porém, apesar da concessão da ajuda internacional, per capita, ser a mais alta do mundo, também a introdução do sistema multipartidário e da economia de mercado livre não resultou num melhoramento palpável do nível de vida da população. Ao contrário, para a maioria dos santomenses a situação económica até piorou (Sousa, 2017).

Com efeito, STP foi o primeiro país africano a proceder à abertura política para a democracia em dezembro de 1989, através da realização de uma conferência nacional, onde participaram, entre outros, representantes do Benin e de Cabo Verde, tendo desta forma institucionalizado o multipartidarismo, através do referendo da primeira Constituição de cariz democrático. Segundo Branco (1998, citado por Sousa, 2017, p.195), a convocação dessa conferência nacional permitiu contornar os estrangulamentos que o MLSTP vinha experimentando internamente, ao nível sobretudo dos órgãos da cúpula, estrangulamentos esses que ameaçavam paralisar toda a dinâmica que se vinha imprimindo com as reformas políticas e económicas. Na perspetiva de Costa (2011, citado por Sousa, 2017, p.195), o partido que liderava teve a capacidade e a visão de antecipar a evolução da conjuntura internacional e regional.

Impulsionou e levou a cabo uma transição para o sistema democrático multipartidário, depois de um profundo e histórico debate na sua conferência nacional, realizada entre 5 e 8 de dezembro de 1989. Este evento presidido pelo então Presidente da República foi o momento político que marcou uma verdadeira revolução tranquila que conduziria à mudança de regime.

Este arquipélago divide-se em quatro regiões administrativas: Norte, Centro litoral, Sul e Príncipe, sendo esta ilha, desde 1994, uma região autónoma. As regiões subdividem-se em distritos: Norte (Lembá e Lobata), Centro litoral (Água Grande e Mé-Zochi), Sul (Cantagalo e Caué) e Príncipe (Pagué). O clima é tropical húmido com duas estações: a estação das chuvas e a estação seca, também conhecida como estação da gravana. Na época das chuvas, de setembro a maio, a chuva é frequente e o clima é mais quente, fazendo mais calor. Na estação seca, que vai de junho a agosto, a temperatura é mais baixa, há menos humidade e menor precipitação. Entre dezembro e janeiro pode ocorrer o chamado “gravanito”, uma pequena interrupção nas chuvas. As temperaturas do arquipélago variam de 21° C a 31°C, com uma temperatura média anual de 26° C, e a água do mar chega aos 28°C. Nas regiões de maior altitude a humidade relativa do ar ronda os 75% e chove até na estação seca (Tenreiro, 1961; Neves, 1989; Menezes, 2003; Costa et al., 2014 citado por Sousa, 2017, p.76).

3.1.3. Contexto social

Entre os principais indicadores sociais, destaca-se que em 2020, cerca de 85% da população tinha acesso a fontes de água melhoradas e 62,5% acesso a saneamento básico. Cerca de 83% da população teve acesso à eletricidade em 2019, mas o país enfrenta sérios desafios no fornecimento regular de energia. A importação de combustível para geração de energia elétrica é um dos fundamentais fatores que contribuem para o acréscimo da dívida externa. É por isso que o país está comprometido com a transição para energias limpas e maior eficiência energética (BAD, OECD, PNUD, 2021).

Em termos de proteção social, o sistema foi recentemente ampliado com um aumento de beneficiários, principalmente devido à pandemia de COVID-19. Antes da COVID-19, apenas cerca de 7% dos agregados familiares preenchiam os critérios de vulnerabilidade e recebiam transferências ou benefícios sociais, conforme evidenciado

pelos dados do mais recente inquérito aos agregados familiares do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) em 2019 (INE, UNICEF, 2020), enquanto cerca de 43% dos trabalhadores estavam incluídos no sistema de segurança social, segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (ONU, 2021). O orçamento para a segurança social e assistência aumentou de 0,13% do PIB em 2019, para 1,52% do PIB em 2020 em resposta à pandemia de COVID-19. O recém-implementado Cadastro Social registou cerca de 21.000 domicílios vulneráveis em 2021, enquanto 3 distritos restantes ainda precisam concluir a avaliação de vulnerabilidade. Em 2020, cerca de 16.314 domicílios foram beneficiados pelo sistema de proteção social. Cerca de 33% do Orçamento do Estado para 2022 é destinado aos setores da educação, saúde e segurança e assistência social (17,0%, 12,9% e 3,1%, respetivamente) (ONU, 2021). O Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) é o principal programa da rede de segurança alimentar em São Tomé e Príncipe, beneficiando mais de 50.000 mil crianças (aproximadamente 25% da população) dos 3 aos 14 anos. O PNASE desempenha um papel essencial para garantir a segurança alimentar e nutricional das crianças em idade escolar, especialmente os mais vulneráveis, e melhorar as taxas nacionais de matrícula e retenção escolar (ONU, 2021).

3.1.3.1. Redução da pobreza, proteção social e trabalho

Embora a taxa de crescimento económico de São Tomé e Príncipe tenha sido em média de 4.5% nos últimos quatro anos, os níveis de pobreza e desigualdade continuam a ser uma preocupação (BAD, OECD, PNUD, 2017). De acordo com as estatísticas nacionais (INE, 2014), 13.6% das pessoas no país estão desempregadas, com as mulheres (59%) desproporcionalmente afetadas em comparação com os homens (41%). Tal situação reflete os desafios que as autoridades enfrentam na criação de mecanismos adequados para a criação de emprego, bem como do espírito empresarial e de desenvolvimento de competências. Cerca de 66% das pessoas têm uma despesa anual per capita inferior a 10.9 milhões de Dobras (a linha de pobreza estimada para o país em 2010) e gastam menos de 30 071 Dobras por dia, que é equivalente a 1,23 Euros. Usando a abordagem da pobreza absoluta, o distrito de Caué é o mais afetado, com uma taxa de pobreza de 84.5%. Lemba, com uma taxa de 73.4%, é o segundo distrito mais afetado. Os distritos de Mé-Zochi (56.6%) e Cantagalo (65.9%) são os menos afetados,

em termos relativos. Em termos de desigualdade, a o Índice do país ficou em 0.418, representando um declínio global de 24.7% relativamente a 2014, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano da Desigualdade (BAD, OECD, PNUD, 2017). No orçamento geral do estado de 2016, a alocação de recursos para apoiar a população mais pobre foi estimada em mil milhões de dobras de São Tomé. Desta dotação, 42% destinaram-se a projetos relacionados com a saúde, 18.9% a agricultura e pescas, 18.3% a educação e 13% a iniciativas relacionadas com a energia. Estes dados refletem os esforços do governo para melhorar a qualidade do serviço nos setores que considera essenciais para a redução da pobreza (BAD, OECD, PNUD, 2017). Além disso, as estimativas indicam que cerca de 50 000 pessoas estão a beneficiar de programas de segurança, nomeadamente de refeições escolares, vacinas e ajuda na saúde às mulheres grávidas (BAD, OECD, PNUD, 2017). Os parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe proporcionaram ao país apoio e aconselhamento para ajudar a melhorar os serviços de segurança social. Por exemplo, os parceiros de desenvolvimento do país contribuíram para a concepção do programa de desenvolvimento da proteção social. Esta iniciativa visa contribuir para lançar as bases jurídicas para a reestruturação e melhorar a eficiência e a gestão dos serviços de segurança social, a fim de proporcionar melhores serviços à população subsariana (BAD, OECD, PNUD, 2017).

No orçamento geral do estado de 2020, a distribuição das despesas de investimentos públicos por órgãos permite constatar que 67,2% dessas despesas estão concentradas no Ministério das Obras Públicas, Infraestruturas e Recursos Naturais (MORPINA) com a maior fatia (32,6%), seguido do Ministério da Educação, e Ensino Superior (MEES) com 12,9%, Ministério da Saúde (MS) com 12,3% e, por último, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR) com 10,1% (MPFEA, 2019), o que revela as prioridades do Estado de STP.

3.1.3.2 Igualdade de género

O governo está empenhado em promover a igualdade de género tanto no âmbito internacional quanto nacional, tendo ratificado as convenções das Nações Unidas sobre os direitos da criança (1991) e a supressão de todas as formas de discriminação contra as mulheres (2003) e, ainda, no âmbito da CPLP, o Plano estratégico para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres (2010), bem como várias leis nacionais,

como a de 2008 contra a violência doméstica. No entanto, a desigualdade persiste em diversas áreas, nomeadamente no mercado de trabalho, nos órgãos de decisão (dos quais apenas 18% são mulheres) e no acesso à educação (BAD, OECD, PNUD, 2017). Na verdade, a partir de 2014 as estatísticas sobre a taxa de analfabetismo relataram diferenças expressivas: 5% entre os homens e 15% entre as mulheres. Ainda assim, para as pessoas com idades entre 15 e 24 não havia praticamente nenhuma diferença. As mulheres continuam a ser desproporcionalmente representadas em segmentos socioeconómicos relativamente precários, constituindo assim um grupo vulnerável (BAD, OECD, PNUD, 2017). Tradicionalmente, as mulheres desempenham um papel fundamental na segurança alimentar, sendo as principais responsáveis no que respeita à produção, preparação e distribuição de alimentos. Representam 62,5% da população urbana desempregada contra 37,5% dos homens. Contudo, de acordo com o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano 2015 do PNUD, São Tomé e Príncipe tem um Índice de Desenvolvimento de Género feminino-masculino de 0.891, o que está acima da média de 0.872 para a África subsariana (BAD, OECD, PNUD, 2017).

3.1.3.3 Nível e repartição da população ativa

Os resultados do Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH-2012) apontam que, em Maio de 2012, o volume da população ativa de 10 e mais anos de idade, recenseada em Maio de 2012, em STP, era de 65.968 indivíduos. Considerando somente a população ativa com idade igual ou superior a 15 anos, isto é, a idade a partir da qual se inicia a vida ativa, definida pela lei e internacionalmente aceite, o efetivo da população ativa era de 65.162 indivíduos, dos quais 38.400 (58,9%) homens e 26.752 (41,1%) mulheres. Em todos os escalões etários, a percentagem de homens ativos supera a de mulheres, sendo mais expressivo no grupo etário de 15-24 anos cujo valor é de 62% para os homens contra 38% para as mulheres (INE, 2014).

A evolução comparativa da população ativa entre os Recenseamentos de 2012 e de 2001 mostra que, ao longo desse período, a população ativa sofreu uma variação positiva na ordem dos 28,4% (INE, 2014). A maioria dos ativos (44.994), correspondente a 69,9% da população ativa total e reside em meio urbano. A taxa líquida de atividade é mais elevada em meio urbano, atingindo valor comparativamente mais alto do que a média nacional (64,1% contra 62,6% no meio rural).

Analisando a situação da população ativa segundo os distritos do país e por faixa etária, constata-se que uma concentração no grupo etário de 25-34 anos de idade, com intervalos de variação entre 28,4% em Caué e 33,5% em Água Grande, sendo este último valor superior à média nacional 32,2% (INE, 2014). Uma grande parte da população ativa possui nível de ensino básico (48%) e cerca de 41% possui o nível secundário, enquanto 6% não possui nenhuma instrução. Os que possuem nível profissional/ superior correspondem apenas a 4% desta população (INE, 2014).

Os indicadores estruturais da população ativa mostram que a população ativa potencial é de 54,6%, não havendo diferenças sensíveis entre os sexos, embora haja potencialmente mais homens ativos que mulheres ativas. Existe ainda um elevado potencial de renovação da população ativa, pois a relação entre a população ativa dos 20-29 anos e a dos 55-64 anos mostra que existe 4 vezes mais ativos jovens que ativos idosos (INE, 2014). Os dados do emprego, disponíveis no Banco Mundial (2019 é o ano mais recente disponível), mostram que a maioria dos trabalhadores empregados se concentra no setor dos serviços (mais de 50% dos empregados) e na agricultura (23%-24%); apenas cerca de 18% trabalha na indústria (Pontes, 2022). Também se conclui, a partir de Pontes (2022) que o emprego, que é predominantemente masculino (apenas 34% da população empregada com mais de 15 anos são mulheres), apresenta uma forte proporção de trabalho por conta própria. Neste caso, as mulheres estão em maioria. Além disso, este autor constata a natureza precária da relação laboral e da informalidade da economia de STP, uma vez que o emprego vulnerável representava quase 50% do total do emprego, sendo mais evidente no caso do emprego das mulheres (Pontes, 2022).

3.1.4. Contexto Económico

São Tomé e Príncipe, além do território e da população de reduzida dimensão, possui também uma economia débil, que o coloca na posição de recetor líquido de ajuda pública ao desenvolvimento, dependência essa que por diversos motivos é elevada (INE, 2014).

A atividade económica é ainda pobre e pouco diversificada, e consiste essencialmente na produção e exportação do cacau que representa cerca de 90% das receitas das exportações totais, constituindo assim a principal fonte de divisas para o

país (INE, 2014). Segundo os dados oficiais (INE, 2014), o sector de comércio é aquele que tem maior peso no Produto Interno e Bruto (PIB), e é também nesta área que o setor privado tem a sua maior expressão. O turismo é a fundamental componente de exportação de serviços, e recentemente, a sua importância como fonte de divisas é superior à das exportações de produtos agrícolas (INE, 2014). No entanto, a contribuição do turismo no PIB mantém-se ainda deficiente, apesar das potencialidades naturais e da grande diversidade cultural do país.

O sector privado nacional ainda é incipiente e com pouca expressão embora o país apresente excelentes oportunidades de investimento na agricultura (cacau, flores, frutos, e legumes para exportação), pesca, turismo e apoio à exploração de petróleo (INE, 2014).

Nos últimos 10 anos (dados até 2012) o país conheceu um ritmo sustentável de crescimento do PIB real na ordem dos 5,2 %, ligeiramente superior à taxa de crescimento médio dos países da África ao Sul do Sahara (4,8%). Este crescimento é justificado essencialmente pelo aumento dos fluxos de financiamento externo, especialmente de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), antecipando a potencial produção de petróleo, assim como a reafectação de recursos de fins menos produtivos (agricultura) para outros sectores mais produtivos como sejam os serviços (INE, 2014).

Todavia, o poder de compra dos santomenses continua muito baixo e o emprego também muito limitado, o que contribui para a existência de um fenómeno estrutural, que decorre, fundamentalmente, da falta de infraestruturas para o desenvolvimento do sector primário, por um lado, e da fragilidade do sector secundário e terciário (INE, 2014).

3.2 Sistema de educação de São Tomé e Príncipe: breve caracterização

A educação é um direito humano e é também uma pré-condição essencial para o desenvolvimento, para a redução da pobreza, para o progresso social e cultural e para a promoção de valores democráticos. Assim sendo, desde o limiar da independência, em 1975, que os sucessivos governos de STP têm definido a educação como uma das suas principais prioridades.

A política do Estado São-tomense em matéria de formação superior baseou-se numa primeira fase, no princípio de que as reduzidas dimensões do país não

justificavam a criação de uma instituição de nível universitário ou mesmo politécnico superior. Daí que a formação superior de quadros São-Tomenses tenha sido feita, durante algum tempo, no estrangeiro através da atribuição de bolsas de estudo postas à disposição do país pela cooperação externa.

De acordo com o art.º 13º da Lei nº 2/2003, que criou a nova Lei de Bases do Sistema Educativo, o ensino superior e a investigação passaram a estar contemplados no sistema educativo, que passou a prever a formação no ensino universitário, com atribuição de graus académicos de bacharel, licenciado, mestre e doutor, e do ensino politécnico (estatal) com a atribuição de graus de bacharel e licenciado (EPT, 2014, citado por Sousa, 2017, p.88).

Esta lei veio dar forma legal ao ensino superior, que começou a funcionar desde o ano letivo de 1997/98, com a institucionalização do Instituto Superior Politécnico (ISP), criado por Decreto-Lei nº 88/96. Para além do ISP, existem dois ensinos universitários privados. Um é o Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI), que iniciou a formação no ano letivo de 1997/98 e que forma quadros intermédios em administração e licenciaturas em diversas áreas científicas. O outro é a Universidade Lusíada de STP (ULSTP), que começou a funcionar no ano letivo de 2006/2007 (EPT, 2014, citado por Sousa, 2017, p.88).

Em termos de investigação é de assinalar a existência do Centro de Investigação Agrária e Tecnológica (CIAT), centro criado na época colonial, reapetrechado através da cooperação francesa em 1994, com elevada capacidade tecnológica, porém com muito pouco dinamismo após ter cessado, em 2002, a colaboração com o congénere francês, Centro Francês de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento Internacional (CIRAD), como consequência de restrições orçamentais (EPT, 2014 citado por Sousa, 2017, p.88). Assinale-se que toda esta oscilação nos indicadores de educação não estará desligada do respetivo financiamento. Dependendo o Orçamento Geral do Estado (OGE) de STP, regra geral, da ajuda externa em cerca de 90%, também as despesas com a educação, relativamente ao funcionamento e ao investimento, flutuam de acordo com a disponibilidade do OGE (EPT, 2006; 2014 citado por Sousa, 2017, p.195).

Porém, as autoridades pretendem continuar a envidar esforços para consolidar as conquistas já alcançadas no domínio da educação e prosseguir as ações destinadas ao reforço de qualidade e da eficiência do ensino, através da formação de professores e educadores e do aumento do número de manuais escolares e de horas de aulas, de entre

outros aspetos a exigirem melhorias. Importa salientar que as disparidades entre sexos reduziram sensivelmente no âmbito da escolarização primária, mas não evoluíram em relação ao ensino secundário. O índice de inscrição das raparigas em relação aos rapazes no período de 2006-2012, no ensino primário, é quase linear (0.96), enquanto no secundário/superior é de (1,07/1,02), para as raparigas, acima do normal (GOP, 2015 citado por Sousa, 2017, p.89).

Em Junho de 2012 foi aprovada a Carta de Política Educativa (CPE) do país, visão 2022, que estabelece um conjunto de estratégias para o ensino no país, tendo em vista o objetivo global de proporcionar uma educação e formação de qualidade para todos os santomenses, sem exceção, cumprindo assim as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), da Conferência Mundial de Jomtien, do Fórum de Dakar e da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, Espanha. Ao nível do ensino secundário, a Carta estabelece como meta garantir a universalidade e gratuitidade de acesso ao ensino secundário de boa qualidade até à 9ª classe, no horizonte de 2017 e, até à 12ª classe, no horizonte de 2022 (CPE, 2012, citado por Sousa, 2017, p.89).

Importa ressaltar que desde o ano de 2010 que o estado santomense vem introduzindo no ensino secundário cursos profissionalmente qualificantes e tem estado a expandir a alfabetização e o ensino básico no sistema de ensino de jovens e adultos. Atualmente o país possui uma das melhores taxas de alfabetização do continente africano. Em 1990, a taxa de alfabetização dos adultos rondava os 30% e, em 2012, situou-se nos 90.1%. Cerca de 5% da população santomense não tem instrução, 57% tem o ensino básico, 21.2% tem o ensino secundário e 1.4% tem o ensino superior (Daio, 2016, citado por Sousa, 2017, p.89).

3.2.1 Sistema Educativo Santomense por níveis de ensino

O Departamento de Estatística e Planeamento (DEP) afeto à Direção de Planeamento e Inovação Educativa (DPIE) do Ministério da Educação e Ensino Superior (MEES), no âmbito das suas atribuições, promoveu a edição 2019-2020 do Boletim Estatístico da educação, com objetivo de disponibilizar à comunidade educativa e todos quantos se preocupam com a educação em STP, um conjunto de informações estatísticas, tendentes à planificação e gestão dos recursos, por um lado, e por outro,

avaliar políticas e programas e tomar decisões com vista a melhoria do sistema educativo (INE, 2016).

As informações estatísticas então disponíveis referem-se ao efetivo escolar, pessoal docente e não docente assim como espaço físico e condições de funcionamento dos estabelecimentos escolares públicos e privados do país, incluindo serviços de base garantidos, desagregados por níveis de ensino, por distrito e por estabelecimentos escolares, em alinhamento com a carta de política educativa, objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) e a agenda 2030 (INE, 2016).

Para o Governo de São Tomé e Príncipe (STP), cabe ao sector educativo, proporcionar uma educação e formação de qualidade para todos os Santomenses, sem exceção. Esta visão global tem como meta final a garantia de 12 anos de escolaridade de boa qualidade, universal e gratuita, e o desenvolvimento de um Ensino Superior e Técnico Profissional de qualidade (MECF, 2012).

Em STP, a intervenção do sector privado na oferta educativa é ainda fraca, apesar de existir uma forte procura, particularmente no pré-escolar, ensino secundário e na formação técnico-profissional. Parte das iniciativas privadas nos diferentes ciclos de ensino em STP apresenta-se de seguinte forma:

- No Pré-Escolar, leciona a 6,6% das crianças;
- No Ensino Básico atinge 0,5% dos estudantes;
- No 1º ciclo do Ensino Secundário chega a 1,1% dos alunos;
- No 2º ciclo do Ensino Secundário atinge 12,1% estudantes;
- No Ensino Superior responde a 55,1% dos matriculados.

Para além do Ensino Superior denota-se a existência de uma importante margem para a intervenção das iniciativas privadas no sistema educativo Santomense (MECF, 2012).

A aposta das autoridades santomenses no sector educativo no horizonte de 2022 situa-se, essencialmente a dois níveis: garantir a gratuidade e a universalidade de 12 anos de escolarização, e desenvolver um ensino técnico-profissional e superior de qualidade, adaptado às reais necessidades do mercado de trabalho santomense (MECF, 2012). Para tal, as autoridades apostam no reforço das capacidades institucionais do MECF no domínio da gestão administrativa e pedagógica do sistema.

Os custos da formação superior são muito altos; em 2010, os pagamentos das bolsas de estudo no exterior representaram 44,5% das despesas correntes do

ministério da Educação, Cultura e Formação (MECF, 2012). Na altura, a formação de ensino superior fazia-se essencialmente no exterior, através da política de bolsas de estudos doadas pelos países amigos e da contribuição do próprio governo.

Alguns problemas do sistema educativo de STP estão relacionados com a insuficiência de estabelecimentos de Ensino Secundário e a sua disparidade em termos de localização geográfica a par da fraca qualificação do corpo docente. Relegado para segundo plano desde os primórdios da independência do país, o ensino técnico-profissional é pouco desenvolvido em STP. Portanto, o país é confrontado com graves problemas de mão-de-obra especializada. Dotar STP de recursos humanos capacitados com padrões aceitáveis de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de responder às exigências de uma economia moderna, projetando o país como “país de serviços”, constitui o principal desafio do governo para este sector (MECF, 2012).

Tabela 1 - Indicadores de desempenho e metas mensuráveis suscetíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2011	Metas fixadas para 2021
Taxa de admissão de jovens com+ de 20 anos ao Ensino Superior	10%	50%
Taxa de transição Secundária Superior	50%	85%
Taxa de absorção dos diplomados (Ensino superior) no mercado de trabalho nas suas áreas de formação	80%	100%
Taxa de conclusão no Ensino Superior	50%	85%
Número de cursos oferecidos no Ensino Superior	20%	30%
Total de mestres formados no país	50%	200%
Taxa de Doutorados formados no país	10%	80%

Fonte: MECF (2012), Política Educativa São Tomé e Príncipe, visão 2022. São Tomé e Príncipe.

As metas que em 2011 foram definidas para o ano de 2021 (Tabela 1) pressupunham a melhoria generalizada dos indicadores de escolarização, conclusão das formação e capacitação de quadros superiores no país, quer através dos contributos dos estabelecimentos de ensino como das empresas empregadoras.

No ano 2019/2020 existiam em STP cerca de 1062 salas de aulas em 289 escolas, para 77794 alunos de todos os níveis de ensino, os quais contavam com 3305

docentes (Tabela 2). Os alunos do ensino básico representam quase metade do total (49,6%) e o ensino técnico profissional quase não tem expressão (0,25%).

Tabela 2 - Números de escolas, salas, número de alunos e pessoal docente por níveis de ensino em STP, no ano letivo 2019/2020.

E-Ensino	Níveis Ensino	Ciclos	Nº Escolas	Nº Salas	Nº de Efectivos			Pessoal Docente		
					F	M	MF	F	M	MF
Público	Pré - Escolar		93	282	5832	5472	11304	724	44	768
	Básico	1º (1ª a 4ª Classe)	80	362	11955	12641	24596	461	257	718
		2º (5ª e 6ª Classes)	54	154	6470	6956	13426	278	291	569
		Geral (1º e 2º)	134	516	18425	19597	38022	739	548	1287
	Secundário	1º (7ª a 9ª Classe)	28	175	8242	7557	15799	313	483	796
		2º (10ª à 12ª Classe)	10	89	4784	4261	9045	115	229	344
		CSPQ	nd	nd	104	88	192	9	14	23
		Geral	38	264	13130	11906	25036	437	726	1163
	Técnico Profissional		1	nd	55	122	177	nd	nd	0
	Superior		3	nd	69	43	112	nd	nd	0
Total		269	1062	37511	37140	74651	1900	1318	3218	
Privado	Pré - Escolar		16	nd	341	325	666	nd	nd	0
	Básico	1º (1ª a 4ª Classe)	nd	nd	183	183	366	nd	nd	0
		2º (5ª e 6ª Classes)	nd	nd	135	86	221	nd	nd	0
		Geral (1º e 2º)	0	0	318	269	587	0	0	0
	Secundário	1º (7ª a 9ª Classe)	2	nd	215	129	344	nd	nd	0
		2º (10ª à 12ª Classe)	2	nd	183	100	283	nd	nd	0
		CSPQ	nd	nd	nd	nd	0	nd	nd	0
		Geral	4	0	398	229	627	0	0	0
	Técnico Profissional		nd	nd	9	9	18	6	81	87
	Superior		nd	nd	629	616	1245	nd	nd	0
Total		20	0	1695	1448	3143	6	81	87	
Ensino (Jovens e Adultos)		Básico	nd	nd	nd	nd	0	nd	nd	0
		Secundário	nd	nd	nd	nd	0	nd	nd	0
Total Ensino Recorrente			0	0	0	0	0	0	0	
Nacional	Pré - Escolar		109	282	6173	5797	11970	724	44	768
	Básico	1º (1ª a 4ª Classe)	80	362	12138	12824	24962	461	257	718
		2º (5ª e 6ª Classes)	54	154	6605	7042	13647	278	291	569
		Geral (1º e 2º)	134	516	18743	19866	38609	739	548	1287
	Secundário	1º (7ª a 9ª Classe)	30	175	8457	7686	16143	313	483	796
		2º (10ª à 12ª Classe)	12	89	4967	4361	9328	115	229	344
		CSPQ	0	0	104	88	192	9	14	23
		Geral	42	264	13528	12135	25663	437	726	1163
	Técnico Profissional		1	0	64	131	195	6	81	87
	Superior		3	0	698	659	1357	0	0	0
Total Geral Público e Privado			289	1062	39206	38588	77794	1906	1399	3305
Total Geral incl/ Curso recorrente			289	1062	39206	38588	77794	1906	1399	3305

Fonte: Boletim Estatístico INESTP (2019/2020), MECCF Fevereiro de 2021.

Em suma, os grandes investimentos nas instituições de ensino são feitos pelo Estado no sector público. Em contrapartida o setor privado investe muito pouco no setor educativo em São Tomé e Príncipe.

Os cursos de alfabetização e pós alfabetização têm total de 1104 inscritos. O Ensino recorrente (Educação de adultos, ou seja, ensino para quem já não tem idade para ensino normal), destinado a adultos que procuram frequentar o ensino básico, tem 608 estudantes. O Centro Escolar Madalena de Canossa acolheu 336 estudantes, 116 do nível básico e 220 do nível secundário.

3.2.1.1 Ensino Pré-Escolar

No ano 2013/2014 estavam inscritas no ensino pré-escolar um total de 7 989 alunos, sendo 4 168 de sexo feminino e 3 821 masculino. A Taxa de Escolarização (TE) na faixa etária dos (0-5 anos) é 23,4% a nível nacional, favorável em termos de género às meninas, com uma participação na ordem dos 25% e rapazes com um pouco mais abaixo, ou seja, 22%. Em relação a faixa etária da taxa de cobertura é de 42,3% a nível nacional, sendo feminino 44% e masculino 40% (INE, 2014).

No que toca ao pessoal docente, registaram-se a nível nacional 96 Educadores; 9 Monitores (estes com formação de 2 anos ou mais) e 277 Auxiliares Pedagógicos, esta última categoria na sua maioria com formações práticas de menos de 1 ano (INE, 2016). Em termos de crianças por sala de aula, registou-se em média 37 crianças/sala em Água Grande, 25 em Mé-Zochi, 47 em Cantagalo, 13 em Caué, 29 Lobata, 36 em Lembá, 20 na Região Autónoma do Príncipe e 30 a nível do País (INE, 2016).

3.2.1.2 Ensino Básico

No ano 2013/2014 o número de crianças inscritas no ensino primário foi de 34 353, sendo 16 699 de sexo feminino e 17 654 sexo masculino. (INE, 2014). A Taxa de escolarização neste nível de ensino é de 115,8% (quer dizer que houve um aumento de 15,8% da Taxa de escolarização neste nível, em relação ao ano anterior).

A aposta neste nível de ensino é na melhoria da qualidade de ensino, pelo que o Ministério da Educação Cultura e Formação (MECF) tem vindo a formar professores quer a nível de formação inicial como em exercício para melhores serviços educativos.

O número de professores no ensino básico (1^a à 6^a classes) totalizou 941 docentes com os seguintes perfis (INE, 2016):

- a) Com formação pedagógica -----317 (33.7%)
- b) Em formação pedagógica -----254 (27.0%)
- c) Sem formação-----194 (20.6%)
- d) Com formação área n/ pedagógica---58 (6.2%)
- e) Em formação área n/ pedagógica--118 (12.5%).

A maior parte dos estabelecimentos de ensino básico não oferecem as seis classes, sendo que apenas 26% o fazem (1^a à 6^a classes), 63% oferece apenas o primeiro ciclo (1^a a 4^a Classes) e 11% o segundo ciclo (5^a e 6^a classes). No final do ano lectivo 2014 -2015, as classes de passagem progressivas no 1^o ciclo do básico (1^a e 3^a classes) indica que, a graduação nacional foi de 76% para 1^a classe e 78% para a 3^a classe (INE, 2016). Esses resultados surgem como consequência da recente decisão do Ministro da Educação neste ano, por despacho, que confere a passagem de classe, exclusivamente aos alunos com aproveitamento no final do ano letivo (INE, 2016). No que toca a eficácia do sistema educativo, a repetência ainda se situa em 2 dígitos: em 2010-11 situou-se em 12,4%, tendo oscilado nos anos seguintes, atingindo 18,9% em 2014-2015. Registou-se uma descida na taxa de abandono, tendo-se situado em 2,2% em 2014-2015 contra 4,0% de 2013-2014 (INE, 2016).

3.2.1.3 Ensino Secundário

No ano letivo 2013/2014 o total de matriculados no 1^o ciclo do secundário foi 13 764 alunos, sendo 7180 do sexo feminino e 6584 do sexo masculino (INE, 2014).

A taxa de transição do ensino primário (básico) para o secundário, ao nível nacional foi 93,9%, sendo no caso do sexo feminino de 96,2% e 91,5% no caso dos estudantes do sexo masculino (INE, 2014).

No ano de 2013/2014, no Liceu Nacional, a maior escola secundária do país, o pessoal docente era de 219 professores, sendo os professores efetivos 92 e extraordinários 127. Nos outros estabelecimentos de ensino, registavam-se 607 professores sendo:

- a) Professores com formação pedagógica: 212 (35,0%),

- b) Professores com formação área não pedagógica: 103 (17,0%);
- c) Professores em formação pedagógica: 164 (27,0%);
- d) Professores em formação área não pedagógica: 61 (10,0%);
- e) Professores sem formação: 67 (11,0%).

No 2º ciclo do ensino secundário, o número de alunos foi 4008, sendo 2166 de sexo feminino e 1842 Masculino. A Taxa Bruta de Escolarização (TBE) no 2º ciclo do ensino secundário (10ª- à - 12ª classe) é 34,2 %, sendo 37,3% para o sexo feminino e 31,1% para sexo masculino. A taxa de acesso (TA) na 10ª classe foi de 56,8% no caso do sexo feminino foi 61,9% e no caso do sexo masculino foi 51,4%. (INE, 2014). As escolas que lecionam o 2º ciclo do ensino secundário são mencionadas a seguir: - Distrito de Água Grande (Liceu da capital e Instituto Diocesano João Paulo II), - Mézochi (M. Manuela Margarido), - Região A. do Príncipe - Secundária Sto António II, - Cantagalo-Secundária de Santana, - Caué-Secundária de Angolares e Lembá-Secundária de Neves (INE, 2014).

3.2.1.4 Ensino técnico e profissional

Nos centros profissionais, no ano 2013/2014 estavam matriculados um total 189 estudantes, distribuindo-se da seguinte forma (INE, 2014):

- Centro Politécnico: 89 estudantes, sendo 17 alunas e 72 alunos,
- Instituto Universitário Contabilidade e Administração e Informática (IUCAI): 18 estudantes,
- Liceu Nacional: 82 estudantes.

No ano letivo 2013/2014 inscreveram-se na Escola de Formação de Professores e Educadores (EFOPE) um total de 418 estudantes com vista a estudarem para professores do ensino básico e educadores de infância, distribuindo-se da seguinte forma (INE, 2014):

- Formação inicial de professores - 78 estudantes e formação em exercício - 85 estudantes;
- Formação inicial de Educadores - 40 estudantes e formação em exercício - 69 estudantes;
- Licenciatura de raiz – 23 estudantes;
- Nivelamento / complemento de Licenciatura – 123 estudantes.

A Escola de Formação de Professores e Educadores (EFOPE), tem poucas salas de aulas para alocar os estudantes e, por conseguinte, ingressam poucos alunos neste estabelecimento de Ensino.

Nos últimos anos, a tendência é um aumento de estudantes à procura de ingressar nesta Escola mas oferta continua sendo pouca devido ao baixo número de salas.

3.2.1.5 Ensino Superior

O ensino superior formal é uma realidade bastante recente em S. Tomé e Príncipe se o compararmos com as outras paragens, no seio da CPLP, em que tem décadas ou conhece uma existência multissecular. Existem atualmente 6 instituições de ensino superior no país, a saber:

- Universidade São Tomé e Príncipe de que são partes integrantes a Faculdade de Ciências e das Tecnologias, o Instituto Superior de Educação e Comunicação e o Instituto Superior de Ciências de Saúde Victor Sá Machado;
- Instituto Universitário de Contabilidade e Informática;
- Universidade Lusíada;
- Universidade Évora.

A história do ensino superior em STP começa em 1996 com a instituição do Instituto Superior Politécnico de S. Tomé e Príncipe – ISP STP, que entrou em funcionamento efetivo no ano letivo 1997-1998. O ISP STP foi definido como uma instituição pública, tutelada pelo Ministério da Educação tendo iniciado as suas atividades com cursos de bacharelato (3 anos) prioritariamente destinados à formação de professores para o ensino secundário nas áreas de Português/Francês, Matemática/Biologia, História. Outros cursos de bacharelato foram depois criados, contando em 2000/2001 com 117 alunos. A partir de 2002/2003 registou-se a abertura de novas valências, Línguas e Literaturas Modernas, Línguas e Administração, Física/Química e Educadores de Infância, aumentando a população escolar para 180 estudantes.

No novo enquadramento jurídico (Decreto Lei n.º 9/2014 publicado no DR n.º 41 de 22 de Maio que institucionalizou a Universidade de São Tomé e Príncipe), de que é parte integrante, o ISP em 2017 passou a ser denominado de Faculdade de Ciências e das Tecnologias.

Ao longo dos anos mais recentes tem sido sempre crescente o número de alunos matriculados no ensino superior (Tabela 3), o que potencialmente se traduzirá na melhoria das qualificações da população ativa, no futuro.

Tabela 3 - Evolução do número de alunos no ensino superior

Ensino Superior (nº de estudantes por 100000 habitantes)	Anos lectivos		
	2013/2014	2014/2015	2015/2016
	1296	1287	1580

Fonte: Boletim Estatístico INESTP (2015/2016), MECCC Setembro de 2016

No ano letivo 2015/2016 (Tabela 4), o número de estudantes matriculados nas instituições de ensino superior foi de 3219 estudantes (INE, 2016) sendo:

- 530 alunos do Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC), dos quais, 289 alunos em Licenciaturas e 241 no curso médio de professores do ensino básico, e Educador de Infância.
- 682 alunos na Universidade Lusíada,
- 649 alunos no Instituto Universitário de Contabilidade Administração e Informática (IUCAI),
- 1358 alunos na FCT-Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP).

Relativamente às áreas de formação académica, verifica-se que a menor proporção de diplomados provém das áreas de ciências exatas, que registam também menor número de estudantes (720 estudantes), sendo 313 de sexo feminino e 407 de sexo masculino, comparativamente com as áreas de ciências de humanidades (2499 estudantes), sendo 1388 de sexo feminino e 1111 de sexo masculino.

Tabela 4 - Estudantes inscritos por cursos nas IES de STP no ano letivo 2015/2016.

CENTROS E ENSINO	FORMAÇÕES/CURSOS	Feminino	Masculino	Total
USTP	Biologia	120	59	179
	Matemática	38	99	137
	Língua portuguesa	61	45	106
	Geografia	50	43	93
	Relações Públicas e Comunicação	48	63	111
	História	33	38	71
	Gestão Hoteleira	19	26	45
	Economia	62	58	120
	Direito	64	67	131
	Engenharia Eletrônica e Telecomunicação	7	44	51
	Engenharia Informática	13	25	38
	Agronomia	49	47	96
	Língua Francesa (Professor em Exercício)	11	27	38
	Língua Francesa (FE)	2	7	9
	Sistema e Tecnologia de Informação	5	11	16
	Gestão de Empresas	15	25	40
	Turismo	22	19	41
Física	12	24	36	
	TOTAL	631	727	1358
IUCAI	Assessoria de Direção	10	5	15
	Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria	25	31	56
	Direito	108	91	199
	Economia e Gestão Petrolífera	32	42	74
	Engenharia Agronómica	5	9	14
	Engenharia de Telecomunicações e Informática	3	42	45
	Engenharia do Ambiente	11	4	15
	Gestão Bancária Financeira e Seguradora	14	9	23
	Informática e Gestão de Empresas	12	25	37
	Organização e Gestão de Empresas	74	57	131
	Turismo	14	2	16
	Direito Ciências Políticas e Administração Pública	10	14	24
	TOTAL	318	331	649
LUSIADA	Direito	97	60	157
	Ciências Económicas	159	141	300
	Relações Internacionais	140	85	225
	TOTAL	396	286	682
ISEC	Educadores de Infância. Formação Média	46	2	48
	Ensino Básico. Formação Média	143	50	193
	Licenciatura em Ensino Básico	97	59	156
	Licenciatura na Área de Expressões	10	3	13
	Licenciatura em Humanidades	49	22	71
	Licenciatura na Área de Ciências	11	38	49
		TOTAL	356	174
TOTAL GERAL DE ESTUDANTES		1701	1518	3219

Fonte: Boletim Estatístico INESTP (2015/2016), MECCS Setembro de 2016

3.2.1.5.1 Breve caracterização da USTP – Universidade de São Tomé e Príncipe

O Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe (ISP), criado ao abrigo do decreto n.º 88/96 de 31 de Dezembro de 1996, como se disse antes, foi a primeira instituição pública de ensino superior no País. No quadro de desenvolvimento das suas atribuições, o ISP “desempenhou o seu papel, formando professores para o sistema nacional de ensino e técnicos em várias áreas do saber, realizando cursos de cariz meramente universitários e outros politécnicos” (Decreto-Lei n.º 9/2018 publicado no DR n.º 99 de 18 de Julho de 2018). “Na procura de solução para a formação de quadros no país e redução do custo de formação de nível superior de jovens santomenses no estrangeiro, tornou-se necessário o alargamento do leque da oferta formativa e a criação de melhores condições de instalações, de material à disposição dos professores e de investigação (laboratoriais, bibliográficas e informáticas)” (Decreto-Lei n.º 9/2018 publicado no DR n.º 99 de 18 de Julho de 2018). Face à necessidade de um novo enquadramento jurídico, o Decreto-Lei n.º 9/2014, publicado no DR n.º 41 de 22 de Maio, institucionalizou a Universidade de São Tomé e Príncipe. “A Universidade de São Tomé e Príncipe é constituída pela Faculdade de Ciências e das Tecnologias, o Instituto Superior de Educação e Comunicação, o Instituto Superior de Ciências de Saúde Victor Sá Machado, bem como os demais Institutos, Faculdades, Escolas e Centros que vierem a ser criadas no âmbito da Universidade de São Tomé e Príncipe” (Decreto-Lei n.º 9/2018 publicado no DR n.º 99 de 18 de Julho de 2018).

A missão e fins da USTP são descritas da seguinte forma (Decreto-Lei n.º 9/2018 publicado no DR n.º 99 de 18 de Julho de 2018):

1. “A USTP é um centro de criação, difusão e promoção da cultura, ciência e tecnologia, articulando o estudo e a investigação, de modo a potenciar o desenvolvimento humano, como fator estratégico do desenvolvimento sustentável do país.
2. A USTP prossegue, entre outros, os seguintes fins:
 - a) Promover o desenvolvimento humano na sua integralidade, relevando as dimensões científica, técnica, ética, social e cultural, e tendo por paradigma a busca incessante de padrões elevados de qualidade;
 - b) Fomentar atividades de investigação fundamental e aplicada que visem contribuir, de forma criadora, para o desenvolvimento do País;

- c) Promover a capacidade empreendedora da sociedade santomense, contribuindo para a capacitação dos recursos humanos nas áreas prioritárias do desenvolvimento”.

Com esta nova instituição, São Tomé e Príncipe prepara as condições para um melhor acesso ao ensino superior e uma mais diversificada formação dos seus estudantes, garantindo a muitos deles a possibilidade de prosseguirem os seus estudos no próprio país.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

Neste capítulo descrevem-se os procedimentos utilizados na recolha de dados e efetua-se uma descrição geral da amostra a utilizar. Os dados serão posteriormente analisados para estudar os percursos profissionais dos diplomados no mercado de trabalho.

Como já referido, uma das dimensões da relação que se estabelece entre as instituições de ensino superior e o sistema económico estrutura-se em torno da trajetória profissional dos graduados universitários, existindo interesse institucional em conhecer as condições de acesso dos diplomados ao emprego, particularmente num contexto de relevantes alterações no mercado de trabalho (Fernandes, 2008; Ramos *et al.*, 2014).

O presente estudo tem como objetivo de Identificar e compreender os fatores que influenciam e caracterizam os percursos dos diplomados do Ensino Superior em São Tomé e Príncipe.

Para alcançar o objetivo geral, alguns objetivos específicos serão necessários, tais como:

- Caracterizar os perfis dos diplomados, enquanto estudantes, da Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP);
- Caracterizar a trajetória formativa dos diplomados da USTP;
- Conhecer a situação atual e a evolução, no mercado de trabalho, dos diplomados da USTP;
- Identificar a relação existente entre a formação académica e as competências necessárias ao exercício profissional.

4.1. Procedimentos e instrumentos de recolha de dados

No plano das técnicas de recolha e tratamento da informação, utilizámos a análise documental e o inquérito por questionário. A primeira incidiu sobre documentos, de natureza vária, da Universidade de São Tomé e Príncipe, e fontes estatísticas disponibilizadas pelos serviços de estatística e outras entidades públicas, sobre a economia, a sociedade e a demografia escolar respeitante aos diversos níveis de ensino,

entre outros aspetos. Os resultados da análise destes documentos refletem-se no capítulo 3.

Como procedimento para recolha de informação primária a opção foi pela aplicação de um inquérito por questionário. Os inquéritos por questionários devem utilizar-se quando o interesse é recolher informações a partir de um grupo representativo da população em estudo.

Este inquérito foi desenhado para Identificar e compreender os fatores que influenciam e caracterizam os percursos dos diplomados do Ensino Superior em São Tomé e Príncipe e foi dirigido aos diplomados da Universidade de São Tomé e Príncipe¹.

O inquérito foi aplicado presencialmente entre Abril e Junho de 2021 – no que foi prejudicado pela existência de confinamentos decorrentes da pandemia de COVID-19 - e reporta-se à situação profissional, à data da aplicação dos questionários, dos diplomados da Universidade de São Tomé e Príncipe do ano letivo 2017/2018. A escolha deste ano letivo permite que os inquiridos já estejam – previsivelmente - no mercado de trabalho há mais de 2 anos, no momento em responderam ao questionário. O presente estudo vai assim utilizar essa informação debruçando-se, em particular, sobre a situação dos empregados e desempregados. O inquérito aplicado está estruturado em 5 grandes blocos de questões que se identificam agora: a) caracterização individual e familiar, b) trajetória formativa, c) trajetória profissional, d) situação profissional e e) relação entre o Curso e o exercício profissional.

A caracterização pessoal e familiar do inquirido foi produzida a partir de um conjunto de indicadores de natureza biográfica e de contexto familiar como: o sexo, a idade, o estado civil, números de filhos, a estrutura do seu agregado familiar e a tipificação da origem social. Em complemento, foram também construídas perguntas de caracterização do perfil académico, tais como: Curso frequentado na Universidade de São Tomé e Príncipe, nível académico conferido pelo mesmo, e anos letivos de início e de final da formação.

A percurso formativo foi outra das dimensões analisadas. Aqui as perguntas visaram identificar: a nota de acesso no Curso, as aptidões escolares à data de

¹ A construção do questionário foi baseada em outro, com propósitos idênticos, referenciado como Saúde (2008).

candidatura, o período de conclusão do curso, a nota final alcançada e as razões de preferência do curso.

Tabela 5 - Articulação entre os objetivos a alcançar e o questionário

Objetivo geral do estudo	Objetivos específicos do estudo	Objetivos do questionário	Questões ou identificação dos blocos de questões
Identificar e compreender os fatores que influenciam e caracterizam os percursos dos diplomados do Ensino Superior em São Tomé e Príncipe.	Caracterizar os perfis dos diplomados enquanto estudantes da USTP	Caracterização individual e familiar dos respondentes enquanto estudantes	O perfil dos ex-estudantes, incluindo origens sociais, área de residência e percurso educativo e profissional anteriores à realização do curso.
	Caracterizar a trajetória formativa dos diplomados da USTP;	Trajétória formativa.	Identificação de algumas características no percurso dos diplomados na Universidade de São Tomé e Príncipe.
	Conhecer a situação atual e a evolução, no mercado de trabalho, dos diplomados da USTP;	Trajétória profissional.	Como se processou a transição do ensino superior para o mercado de trabalho dos diplomados
		Situação profissional.	Situação atual face ao mercado de trabalho (empregado vs desempregado) e evolução neste contexto.
	Identificar a relação existente entre a formação académica e as competências necessárias ao exercício profissional.	Relação entre o curso e o exercício profissional.	Identificar se os diplomados consideram que a frequência dos cursos serviu como preparação para a vida profissional e em que medida.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A terceira dimensão deste questionário respeita ao percurso profissional e visa identificar situações de emprego ou de desemprego e, além disso, conhecer o momento

de obtenção do emprego atual, a profissão exercida e as principais alterações resultantes da conclusão do curso, na vida profissional dos diplomados. Em caso de desemprego procurou-se identificar quais as principais medidas tomadas para obter emprego.

Em seguida o questionário visa apurar acerca da Situação Profissional Atual, avaliando as características em caso de o respondente estar empregado ou desempregado. Este instrumento de recolha de informação conclui com uma seção de análise da relação entre o curso e o percurso profissional para o que se indagou acerca da adequação geral do Curso ao exercício profissional, algumas características do curso, e os respetivos efeitos nas competências para o desempenho no mercado de trabalho.

Para o tratamento dos dados obtidos, foi utilizado o *Statiscal Package for Social Sciences* (SPSS 23). No tratamento dos dados foi realizada uma análise descritiva.

Com a aplicação deste questionário visa-se contribuir para alcançar os objetivos deste estudo. Esta relação está patente na tabela 5.

4.2. Respondentes

O inquérito aplicado aos diplomados foi de carácter facultativo, pelo que a amostra obtida se encontra condicionada pelo grau de receptividade destes a responderem

Tabela 6 - Universo (amostra dos diplomados) e respondentes por cursos da Faculdade de Ciências e das Tecnologias da USTP do ano letivo 2017/2018.

Nº	CURSOS	Universo a)			Respostas		
		H	M	HM	H	M	HM
1	Licenciatura em Língua Francesa	0	2	2	0	2	2
2	Licenciatura em História	0	3	3	0	2	2
3	Licenciatura em Matemática	4	9	13	2	6	8
4	Licenciatura em Biologia	2	4	6	1	2	3
5	Licenciatura em Agronomia	1	1	2	1	1	2
6	Licenciatura em Direito	4	3	7	3	0	3
7	Licenciatura em Economia	1	2	3		1	1
8	Licenciatura em Sistema e Tecnologias de Informação	1	1	2	1	1	2
9	Licenciatura em Engenharia Informática	0	1	1	0	1	1
10	Licenciatura em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações	6	2	8	5	0	5
11	Licenciatura em Relações Públicas	6	3	9	1	3	4
12	Licenciatura em Relações Públicas e Comunicação	7	10	17	2	5	7
13	Licenciatura em Turismo	0	1	1	0	0	0
14	Licenciatura em Gestão de Empresas	3	1	4	3	1	4
TOTAL		35	43	78	19	28	44

Fonte: Serviços Académicos da Universidade de São Tomé e Príncipe.

O número total de licenciados USTP inquiridos foi de 78 (uma amostra de todos os diplomados pela USTP no ano em causa que foi possível contactar) sendo que o número de respostas obtidas foi de 44, o que representa uma taxa de resposta de 56,41%. A tabela 6, apresenta a distribuição do total de diplomados da FCT-USTP face ao total de diplomados respondentes, por grau académico. Todas as respostas obtidas (100%) são de licenciados. O pequeno número de respostas não permite realizar extrapolações dos resultados obtidos com este estudo para a população da Universidade de São Tomé e Príncipe, embora nos permita conhecer o comportamento dos respondentes.

A próxima seção pretende resumir, apresentar e discutir os principais resultados mais importantes recolhidos.

CAPÍTULO 5 - RESULTADOS

5.1. Análise estatística descritiva

Neste capítulo apresentam-se os resultados das respostas obtidas ao questionário, começando pela análise descritiva dos resultados e procedendo à explicação para as principais características obtidas. Os diplomados responderam ao inquérito tendo em consideração que já haviam obtido o grau académico há dois anos. Alguns dos respondentes não responderam a algumas perguntas da seção Situação Profissional, tais como: SP3 nos seus pontos 1.1 e 2.1 (acerca da situação de emprego no final do curso) e também questões de SP 12 à SP16 (relativas à situação de desemprego), o que também dificultou o processo de recolha de dados totais.

5.1.1 Perfil sociodemográfico dos diplomados da USTP

Na caracterização dos atributos pessoais e académicos dos diplomados analisaram-se, entre outras, variáveis como: sexo, idade, nacionalidade, cursos em que se diplomou, grau académico, ano de início e conclusão do curso, local de residência antes da frequência na USTP e local de residência atual, estado civil e existência de filhos, composição do agregado familiar atual, escolaridade dos pais e profissão dos pais.

**Tabela 7 - Idade dos diplomados da USTP no final da Licenciatura
(% por grupo etário).**

Género	Faixa Etária					Total Geral
	25-29	30-34	35-39	40-44	+45	
Feminino	25,00	15,91	6,82	4,55	4,55	56,82
Masculino	25,00	6,82	4,55	6,82	0,00	43,18
Total Geral	50,00	22,73	11,36	11,36	4,55	100,00

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Começando por traçar um breve perfil dos licenciados da FCT-USTP, constata-se que em termos etários são essencialmente indivíduos que se encontram (à data em que responderam ao questionário) nas faixas etárias entre 25 e os 45 anos (tabela 7), situação que se encontram quase 96% dos diplomados. Quanto à idade de conclusão de licenciatura, observamos que a maioria dos graduados terminou a licenciatura entre os 25 e os 27 anos (ver na tabela 8).

No que se refere à distribuição por sexo, as mulheres representam mais de metade da amostra (56,82%); a proporção de mulheres é superior em todas as faixas etárias, exceto na faixa etária 25 – 29 (Tabela 8).

Tabela 8 - Género e Nacionalidade dos diplomados da USTP em 2017/2018

			Nacionalidade		Total
			Camaronesa	Santomense	
Sexo	Masculino	Contagem	0	19	19
		% em Sexo	0,0%	100,0%	100,0%
	Feminino	Contagem	1	24	25
		% em Sexo	4,0%	96,0%	100,0%
Total		Contagem	1	43	44
		% em Sexo	2,3%	97,7%	100,0%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os diplomados são maioritariamente de nacionalidade São-Tomense, sendo 97,73%, e uma diplomada de nacionalidade Camaronesa que representa 2,27%. Relativamente à distribuição por licenciaturas, na Universidade São Tomé e Príncipe, entre os respondentes predominam os diplomados em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações, Relações-Públicas e Comunicações e Matemática (tabela 9).

As licenciaturas têm uma duração de quatro anos na USTP, pelo que, assumindo que os estudantes iniciaram em diferentes anos letivos (de ano letivo 2008-2009 até ano letivo 2013-2014), podemos concluir (tabela 10) que entre os respondentes todos realizaram o curso em mais de 4 anos. O melhor desempenho foi dos cerca de 30% que apenas gastaram mais um ano letivo na conclusão da licenciatura.

Tabela 9 - Diplomados em 2017/2018, segundo a nacionalidade e Licenciatura

Cursos	Nacionalidade		
	Cameronesa	Santomense	Total Geral
Biologia	0,00	6,82	6,82
Direito	0,00	6,82	6,82
Economia	0,00	2,27	2,27
Engenharia Agronómica	0,00	4,55	4,55
Engenharia Eletrónica e Telecomunicações	0,00	11,36	11,36
Engenharia Informática	2,27	2,27	4,55
Gestão de Empresas	0,00	9,09	9,09
História	0,00	4,55	4,55
Língua francesa	0,00	2,27	2,27
Línguas e Administração	0,00	2,27	2,27
Matemática - Variante Estatística	0,00	9,09	9,09
Matemática - Variante Matemática Pura	0,00	6,82	6,82
Relações Públicas	0,00	9,09	9,09
Relações Públicas e Comunicações	0,00	15,91	15,91
Sistema e Tecnologias de Informação	0,00	4,55	4,55
Total Geral	2,27	97,73	100,00

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Tabela 10 – Análise cruzada das variáveis Início do Curso e Data da Conclusão

		Data Conclusão
		2017/2018
Início do Curso	2008-2009	3
	2009-2010	3
	2010-2011	2
	2011-2012	9
	2012-2013	14
	2013-2014	13
Total		44

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Tabela 11 - Ano letivo em que iniciou os cursos (em %)

Iniciar Curso	Género		
	Feminino	Masculino	Total Geral
2008-2009	4,55	2,27	6,82
2009-2010	4,55	2,27	6,82
2010-2011	4,55	0,00	4,55
2011-2012	11,36	9,09	20,45
2012-2013	20,45	11,36	31,82
2013-2014	11,36	18,18	29,55
Total Geral	56,82	43,18	100,00

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Relativamente aos anos que os diplomados iniciaram as respetivas licenciaturas em diversos cursos na Universidade São Tomé e Príncipe (tabela 11) a maioria dos respondentes (cerca de 61,3%) iniciou as formações entre os anos letivos de 2012-2013 e 2013-2014. Do total de respondentes, verificamos que 56,82% são de sexo feminino e 43,18% são de sexo masculino.

Tabela 12 - Local de residência antes da frequência na USTP

		Residência Antes Curso								Total
		Bom Bom	Budo Budo	Camarões	Changra	São Gabriel	São Marçal	São Tomé	Trindade	
Resid Ant Curso	Água Grande	1	1	0	0	1	1	27	0	31
	Mé-Zochi	0	0	0	0	0	0	8	1	9
	Lobata	0	0	0	1	0	0	2	0	3
	Limbe	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total		1	1	1	1	1	1	37	1	44

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A proveniência geográfica dos atuais diplomados é bastante diversificada (tabela 12). Contudo, Água Grande é o Distrito de origem de mais estudantes da USTP. Se 70,45% dos respondentes residiam no distrito de Água Grande antes do curso, a sua importância aumentou para os 81,82% depois do curso (tabela 13). Podemos assim concluir que no final do curso houve fixação de diplomados no distrito de Água Grande e nos bairros urbanos da capital.

Tabela 13 - Local de Residência atual dos diplomados do curso (respondentes)

		Residência Atual					Total
		Água Grande	Mé-Zochi	Lobata	Limbe	Lisboa	
	Almeirim	1	0	0	0	0	1
	Boa Morte	1	0	0	0	0	1
	Camarões	0	0	0	1	0	1
	Campo de Milho	1	0	0	0	0	1
	Portugal	0	0	0	0	1	1
	Riboque-Capital	1	0	0	0	0	1
	São Gabriel	1	0	0	0	0	1
	Água Grande	26	8	2	0	0	36
	Trindade	0	1	0	0	0	1
Total		31	9	2	1	1	44

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Assim, a maior parte dos diplomados reside na zona urbana de Água Grande (81,82%), vivendo em bairro nobre do país, enquanto 2,27% está a realizar o mestrado em Portugal.

Tabela 14 - Estado civil dos diplomados inquiridos (respondentes)

		Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
	Solteiro(a)	29	65,9	65,9
	Casado(a)	12	27,3	93,2
	União de Facto	2	4,5	97,7
	Divorciado(a)/Separado(a)	1	2,3	100,0
	Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Analisando a tabela 14, respeitante ao Estado civil dos diplomados, constata-se que 65,9% dos inquiridos ainda permanecem solteiros. No entanto, verifica-se que a maioria de diplomados respondentes (32 dos diplomados, o que equivale a 72,7%) têm filhos, enquanto os restantes 27,3% não têm filhos.

Tabela 15 - Composição do agregado familiar dos diplomados (respondentes) por grupos etários (%)

Com quem Vive	Faixa Etária					Total Geral
	25-29	30-34	35-39	40-44	+45	
Vive com Cônjuge/Companheiro	25,00	20,45	11,36	9,09	2,27	68,18
Vive com Irmão (s)	2,27	0,00	0,00	2,27	0,00	4,55
Vive com os Filhos/Enteado	0,00	2,27	2,2	0,00	2,27	4,55
Vive com os Pais	15,91	0,00	0,00	0,00	0,00	15,91
Vive sozinho(a)	6,82	0,00	0,00	0,00	0,00	6,82
Total Geral	50,00	22,73	11,3	11,36	4,55	100,00

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Tabela 16 - Grau de escolaridade e situação profissional dos pais

		Sit.Prof.Pai				Total
		Empregado	Desempregado	Reformado(a)	Falecido	
Mestrado/ Doutoramento	Contagem	3	0	0	0	3
	%	9,4	0,0	0,0	0,0	6,8
1º ciclo do ensino básico (primário) incompleto	Contagem	1	0	1	0	2
	%	3,1	0,0	12,5	0,0	4,5
1º ciclo do ensino básico (4ª classe)	Contagem	7	0	2	0	9
	%	21,9	0,0	25,0	0,0	20,5
6º ano de escolaridade (ensino preparatório)	Contagem	8	1	1	0	10
	%	25,0	50,0	12,5	0,0	22,7
9º ano de escolaridade (antigo 5º ano)	Contagem	5	0	2	0	7
	%	15,6	0,0	25,0	0,0	15,9
11º/12º ano de escolaridade (ensino complementar/secundário)	Contagem	2	0	1	0	3
	%	6,3	0,0	12,5	0,0	6,8
Curso Médio / Bacharelato	Contagem	3	0	1	0	4
	%	9,4	0,0	12,5	0,0	9,1
Licenciatura	Contagem	3	1	0	2	6
	%	9,4	50,0	0,0	100,0	13,6
Total	Contagem	32	2	8	2	44
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Analisando a tabela 15, respeitante a idade e agregado familiar dos respondentes, verificamos que grande parte dos diplomados vive com cônjuge /companheiro (68,18%) – ainda que a esmagadora maioria permaneça solteira, de acordo com a informação anterior (tabela 15) - e também com pais (15,91%). Vivem sozinhos cerca de 6,82% dos respondentes.

Tabela 17 - Grau de escolaridade e situação profissional das mães

		Sit.Prof.Mãe			Total
		Empregado	Desempregado	Reformado	
Não sabe ler, nem escrever	Contagem	0	0	2	2
	%	0,0	0,0	25,0	4,5
Mestrado/ Doutorado	Contagem	1	0	0	1
	%	4,8	0,0	0,0	2,3
1º ciclo do ensino básico (primário) incompleto	Contagem	1	0	2	3
	%	4,8	0,0	25,0	6,8
1º ciclo do ensino básico (4ª classe)	Contagem	3	7	0	10
	%	14,3	46,7	0,0	22,7
6º ano de escolaridade (ensino preparatório)	Contagem	6	6	2	14
	%	28,6	40,0	25,0	31,8
9º ano de escolaridade (antigo 5º ano)	Contagem	1	2	1	4
	%	4,8	13,3	12,5	9,1
11º/12º ano de escolaridade (ensino complementar/ secundário)	Contagem	3	0	0	3
	%	14,3	0,0	0,0	6,8
Curso Médio / Bacharelato	Contagem	4	0	1	5
	%	19,0	0,0	12,5	11,4
Licenciatura	Contagem	2	0	0	2
	%	9,5	0,0	0,0	4,5
Total	Contagem	21	15	8	44
	%	100,0	100,	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Analisando os dados relativos à escolaridade dos progenitores e das progenitoras (tabelas 16 e 17) observa-se que cerca de 1/5 (22,7% das mães e 20,5% dos pais) dos diplomados respondentes a este inquérito têm progenitores com escolaridade inferior ou igual ao 1º Ciclo do ensino básico. Há um pouco mais de mães com ensino preparatório (31,8% das mães e 22,7%), mas há pais com o ensino superior (4,5% das mães e 13,6% dos pais), e 4,5% das mães não sabem ler nem escrever. A grande proporção dos pais e mães destes diplomados têm um nível de escolaridade que não ultrapassa o 6º ano (47,7% no caso dos pais e 65,8% no caso das mães) o que pode levar a concluir que a

frequência do ensino superior é, efetivamente, um fator promotor da mobilidade académica, e consequentemente, social.

Tabela 18 - Atual situação profissional dos Pais

	Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa
Quadro Superiores da Administração Pública e Quadros Superiores de Empresas	5	11,4	11,4
Especialistas de Profissões Intelectuais e Científicas	2	4,5	15,9
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	3	6,8	22,7
Pessoal Administrativo e Similares	2	4,5	27,3
Pessoal de Serviços e Vendedores	7	15,9	43,2
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1	2,3	45,5
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	9	20,5	65,9
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	1	2,3	68,2
Trabalhadores Não Qualificados	14	31,8	100,0
Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021

Verificamos que a maioria dos pais (72,7%) e uma grande proporção das mães (47,73%), se encontravam empregados. Os casos de pais e mães reformados são pouco expressivos, não ultrapassando os 18,2% em ambos os casos. Em termos das ocupações profissionais (tabelas 18 e 19) verifica-se uma distribuição relativamente heterogénea da ocupação profissional dos pais dos diplomados respondentes da USTP, englobando todas as principais categorias profissionais. Ainda assim, a maioria dos pais 31,82% são Trabalhadores Não Qualificados, Operários, Artífices (20,45) e Pessoal de Serviços e Vendedores (15,91%). No caso das mães, predomina a ocupação empregada domésticas (34,09%), trabalhadores não qualificados (22,73%) e Pessoal de Serviços e Vendedores (13,64%). Estas ocupações estão alinhadas com a baixa escolaridade que verificamos estar presente entre os pais e mães dos diplomados que responderam a este questionário.

Tabela 19 - Atual situação profissional das Mães

	Frequência	Percentagem (%)	Percentagem cumulativa
Quadro Superiores da Administração Pública e Quadros Superiores de Empresas	2	4,5	4,5
Doméstica	15	34,1	38,6
Especialistas de Profissões Intelectuais e Científicas	1	2,3	40,9
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	5	11,4	52,3
Pessoal Administrativo e Similares	2	4,5	56,8
Pessoal de Serviços e Vendedores	6	13,6	70,5
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	3	6,8	77,3
Trabalhadores Não Qualificados	10	22,7	100,0
Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os diplomados que responderam ao questionário são maioritariamente do sexo feminino, com idades compreendidas, predominantemente entre os 25 e os 45 anos. São indivíduos com nacionalidade São Tomense e todos são licenciados e, enquanto estudantes residiam muitos deles na zona rural de Água Grande. No final do curso verificou-se um aumento da residência de diplomados na zona Urbana de Água Grande. A maioria dos respondentes são solteiros, mas muitos vivem em união de facto e têm filhos. Nenhum dos respondentes concluiu a formação nos quatro anos esperados, mas uma proporção relevante apenas precisou de mais um ano para terminar a licenciatura. Os pais e as mães destes diplomados têm baixos níveis de escolaridade e, estando empregados, desempenham atividades profissionais que estão em consonância com estas baixas habilitações escolares. As mães, em muitos casos, são domésticas.

5.1.2 Trajetória formativa dos diplomados da Universidade de São Tomé e Príncipe

É muito importante conhecer os percursos de formação que os diplomados, que responderam a este questionário, percorreram na Universidade de São Tomé e Príncipe. Nesta secção as principais variáveis a identificar são as seguintes: habilitações académicas no acesso à USTP, nota de ingresso na USTP, o curso que concluiu foi a primeira opção, curso que foi a primeira opção, razões para a não conclusão no tempo curricular previsto, média final de curso, frequência de outro curso superior e razões

para a escolha do curso. Entre os licenciados e licenciadas que responderam ao inquérito, 100% referiu nunca tinha frequentado o ensino superior antes de realizar a licenciatura na Universidade São Tomé e Príncipe.

Tabela 20 - Habilitações escolares que tinha no momento que ingressou na USTP

	Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
11º ano – Via Ensino	21	47,7	47,7
12º ano – Via Ensino	15	34,1	81,8
12º ano – Via Tecnológica	4	9,1	90,9
Curso Técnico-Profissional	4	9,1	100,0
Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os diplomados respondentes quando acederam ao ensino superior já tinham experiência no ensino secundário (tabela 20): 47,7% tinham 11º ano e 34,1% possuíam o 12º ano de escolaridade, e apenas 9,1% chegava com um curso Técnico profissional. A maioria dos estudantes que acederam ao ensino superior foram provenientes de formações de via ensino e são pouco expressivos os que chegaram de cursos tecnológicos ou técnico-profissionais.

Tabela 21 - Nota de ingresso na USTP

	Nota de Ingresso				Total
	12,00	13,00	14,00	15,00	
11º ano – Via Ensino	7	9	4	1	21
12º ano – Via Ensino	1	10	3	1	15
12º ano – Via Tecnológica	0	2	1	1	4
Curso Técnico – Profissional	0	1	2	1	4
Total	8	22	10	4	44

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A maioria dos diplomados tem 13 valores (50%) com média de acesso ao ensino superior cerca de 31% ingressou com média de 14 ou superior (tabela 21).

Tabela 22 - Opção inicial da Licenciatura dos Diplomados da USTP

		Curso 1ª Opção		Total
		Sim	Não	
Economia	Contagem	1	0	1
	%	100,0	0,0	100,0
Relações Públicas e Comunicações	Contagem	2	5	7
	%	28,6	71,4	100,0
Relações Públicas	Contagem	3	1	4
	%	75,0	25,0	100,0
Matemática - Variante Estatística	Contagem	1	3	4
	%	25,0	75,0	100,0
Matemática - Variante Matemática Pura	Contagem	2	1	3
	%	66,7	33,3	100,0
Línguas e Administração	Contagem	1	0	1
	%	100,0	0,0	100,0
História	Contagem	1	1	2
	%	50,0	50,0	100,0
Engenharia Informática	Contagem	2	0	2
	%	100,0	0,0	100,0
Gestão de Empresas	Contagem	4	0	4
	%	100,0	0,0	100,0
Biologia	Contagem	2	1	3
	%	66,7	33,3	100,0
Língua Francesa	Contagem	1	0	1
	%	100,0	0,0	100,0
Direito	Contagem	3	0	3
	%	100,0	0,0	100,0
Sistema e Tecnologias de Informação	Contagem	2	0	2
	%	100,0	0,0	100,0
Engenharia Agronómica	Contagem	1	1	2
	%	50,0	50,0	100,0
Engenharia Electrónica e Telecomunicações	Contagem	5	0	5
	%	100,0	0,0	100,0
Total	Contagem	31	13	44
	%	70,5	29,5	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A tabela 22 mostra que para 70,5% dos diplomados, a Universidade São Tomé e Príncipe e o curso pretendido (par instituição/curso) constituiu a primeira opção para frequência do ensino superior em STP, o que parece ser um bom indicador da atratividade desta instituição junto dos estudantes candidatos.

Este inquérito permitiu constatar a grande variação na duração dos percursos académicos (cf. tabelas 10 e 11). É significativo que a totalidade dos diplomados respondentes demorou mais de 4 anos a completar a licenciatura. Uma das razões apontadas para a não conclusão do curso no tempo previsto é a falta de docentes para orientar a realização dos trabalhos de fim de curso (de tipo monográfico).

Tabela 23 - Frequência de outro curso superior

	Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
Não frequentou outra Instituição	39	88,6	88,6
Ecole National de la Statistique et de l'analyse Economique	1	2,3	90,9
FCT-USTP	1	2,3	93,2
IUCAI	1	2,3	95,5
Universidade de Évora	2	4,5	100,0
Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Do total de diplomados que frequentaram outros cursos superiores adicionais, 88,6% não obtiveram a formação superior em outras instituições de ensino (Tabela 23).

Tabela 24 - Nota Final da licenciatura

Classificação Final	Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
13,00	9	20,5	20,5
14,00	15	34,1	54,5
15,00	9	20,5	75,0
16,00	10	22,7	97,7
17,00	1	2,3	100,0
Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Em relação à distribuição das classificações finais dos cursos de licenciatura (tabela 24), os dados mostram alguma heterogeneidade no contexto da Universidade de São Tomé e Príncipe. A maioria dos diplomados respondentes (54,4) obteve o grau com classificações relativamente mais baixas (13 a 14 valores). Com a classificação mais alta (17 valores) apenas se registou um caso.

Sobre as razões que mais pesaram na decisão de ingressar no curso (tabela 25) podemos observar que os motivos mais invocados são o prestígio do curso (assinalado em 52,3% dos casos), a existência de saídas profissionais relevantes e a estrutura curricular (9,1% em ambos os casos) e “por ser um curso que permitia a aquisição de conhecimentos na sua área de interesse” e “por ser um Curso que permitia desempenhar uma profissão útil” (6,8% dos casos). Estes respondentes parecem revelar algum

pragmatismo, na medida em subjacente à opção do curso colocaram, em muitos casos, a ligação com o mercado de trabalho.

Tabela 25 - As principais razões que o levaram a ingressa no curso

Razões	Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
Por ser um Curso com prestígio.	23	52,3	52,3
Por ser um Curso que permitia desempenhar uma profissão útil.	3	6,8	59,1
Por ser um Curso que amigos também escolheram.	1	2,3	61,4
Por ser um Curso pouco trabalhoso.	1	2,3	63,6
Não escolhi. Foi o que estive ao meu alcance.	1	2,3	65,9
Por ser o Curso menos dispendioso.	1	2,3	68,2
Por não haver na Cidade onde estudei o Curso que mais gostaria de tirar.	1	2,3	70,5
Pela estrutura curricular do Curso.	4	9,1	79,5
Por ser um Curso essencialmente prático.	2	4,5	84,1
Por ser um Curso com várias saídas profissionais.	4	9,1	93,2
Por ser um Curso com boas saídas profissionais.	1	2,3	95,5
Por ser um Curso que permitia a aquisição de conhecimentos na sua área de interesse.	2	4,5	100,0
Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Em suma, verifica-se que a maioria dos respondentes ingressou no ensino superior com o 11.º ano do ensino secundário e 12.º ano - via ensino e com uma média global de colocação de 13 valores. Contribuir para o desenvolvimento pessoal e intelectual foi à razão que mais motivou para o ingresso no ensino superior. Para estes respondentes a Universidade São Tomé e Príncipe constituiu a primeira opção na frequência do ensino superior. A larga maioria escolheu a par instituição / curso que frequentou como 1ª opção e terminou a licenciatura com média não superior a 14 valores (a classificação de acesso ao ensino superior em STP parece ser um bom preditor do desempenho escolar). A escolha do curso está, em muitos dos casos relacionada com o prestígio da formação e a existência de saídas profissionais.

5.1.3. Trajetória profissional dos diplomados da Universidade de São Tomé e Príncipe

Nesta seção pretende-se obter informação sobre o percurso profissional dos diplomados da USTP. Neste caso, as principais variáveis a estudar serão as seguintes: situação profissional quando terminou o curso, existência de atividade remunerada antes de concluir o curso, relação entre esta atividade e a frequência do curso, identificação da profissão exercida, mudanças pelo facto de ter concluído o curso, medidas para aceder ao mercado de trabalho.

Mais de metade dos diplomados respondentes (77,4%, ou seja, 34 respondentes), já tinham uma atividade remunerada antes de concluir o curso. Esta situação, geralmente associada à necessidade de contribuir para orçamento do agregado familiar, através, de trabalho a tempo inteiro, coloca sérios desafios à grande maioria dos estudantes da USTP, dada a necessidade de conciliar os estudos com sua vida profissional e familiar. Apenas 22,7% dos respondentes estavam desempregados, à procura do 1º emprego quando concluíram a licenciatura. Quando questionados sobre o momento em que tinham começado a trabalhar, 47,2% dos inquiridos responderam que foi durante a frequência do curso que começaram a exercer uma atividade remunerada e 52,78% responderam que já antes do acesso ao ensino superior estavam integrados no mercado de trabalho.

Atendendo à situação particular dos diplomados da Universidade de São Tomé e Príncipe em 2017/2018, em que a maioria já era trabalhador/a antes de concluir a licenciatura, verifica-se que as profissões mais desempenhadas durante a permanência no ensino superior estão concentradas em categorias técnicas e administrativas (tabela 26). Ainda que a dispersão de atividades seja significativa, regista-se o facto de muitos casos (cerca de 34,5% dos respondentes) assinalarem que exerciam a profissão de professores.

No que se refere ao contributo que a licenciatura provocou na vida profissional, os diplomados respondentes privilegiam, aumento salarial (31,82%), melhor desempenho das funções profissionais (25%) mas também assinalam o facto de não ter havido nenhuma alteração (22,73%) (tabela 27). Foram menos valorizados aspetos como a mudança de categoria profissional (9,09%) ou a oportunidade de desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida no curso (11,36%). O facto de os

respondentes terem terminado as respetivas licenciaturas apenas 2 anos antes de responderem a este questionário pode justificar estes resultados.

Tabela 26 - Profissão exercida antes da conclusão do curso

	Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
Administrativa 3ª classe	9	20,7	20,7
Assistente biblioteca	1	2,3	23,0
Assistente de campo da Clínica Animal	1	2,3	25,3
Comerciante	1	2,3	27,7
Técnico de sistemas e aplicações	1	2,3	30,0
Professor (a)	15	34,5	64,5
Gestor	1	2,3	66,8
Jornalista	1	2,3	69,1
Militar proteção dos dirigentes	1	2,3	71,4
Rececionista	1	2,3	73,7
Rececionista e assistente de informática	1	2,3	76,0
Responsável de armazém	1	2,3	78,3
Secretária e Administrativa	2	4,6	82,9
Técnica Agraria	1	2,3	85,2
Técnica Bancária	1	2,3	87,5
Técnica de Farmácia	2	4,6	92,1
Técnica Recursos Humanos	1	2,3	94,4
Técnico 3ª classe	1	2,3	96,7
Técnico Informático	2	4,6	100,0
Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Tabela 27 - Mudanças pelo facto de ter concluído o curso

	Mudanças Fim Curso		Total
	Sim	Não	
Aumento salarial	14	0	14
Mudança de categoria profissional	4	0	4
Oportunidade de desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida no Curso	5	0	5
Melhor desempenho das funções profissionais	11	0	11
Nenhuma mudança	10	0	10
Total	44	0	44

Fonte: Elaboração própria, 2021.

No conjunto das medidas que os respondentes realizaram para se posicionarem como licenciados no mercado de trabalho, constam algumas das que habitualmente são utilizadas, como a resposta a concursos públicos de recrutamento, a procura de emprego através de relações pessoais e o envio de candidaturas espontâneas (tabela 28). Estas

ações revelam uma atitude pró-ativa, da parte dos respondentes, no sentido de procurarem melhorar o seu enquadramento no mercado de trabalho.

Tabela 28 - Medidas para iniciar uma atividade profissional

Opções	Frequência	Percentagem (%)
Respondeu a concursos públicos de recrutamento	10	22,7
Procurou arranjar emprego através de relações pessoais	10	22,7
Enviou candidaturas espontâneas (envio de curriculum)	10	22,7

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Em síntese, a larga maioria dos diplomados da USTP, quando terminou o curso já estavam a trabalhar. Este facto, geralmente associado à necessidade de contribuir para orçamento do agregado familiar dificulta a concentração na prossecução da atividade académica. Estes respondentes declararam exercer fundamentalmente atividades ligadas com o setor terciário da economia, em particular sendo “administrativo de 3ª classe” e professores. Quanto aos principais contributos da licenciatura para a vida profissional, os diplomados destacaram o aumento salarial e o melhor desempenho das funções profissionais. Os respondentes informaram que haviam acedido ao mercado de trabalho através de concursos públicos de recrutamento, através de contactos pessoais e através do envio de candidaturas espontâneas para diversas entidades empregadoras.

5.1.4 Situação profissional dos diplomados da USTP

Nesta secção do inquérito por questionário aborda-se o posicionamento atual dos diplomados no mercado de trabalho bem como o percurso profissional. Neste sentido consideram-se tópicos como: situação profissional atual, período de tempo entre a conclusão do curso e o início de uma atividade profissional remunerada, condição perante o trabalho, tipo de contrato de trabalho, identificação da profissão, categoria da profissão, localização do local de trabalho, compatibilidade entre a profissão e o curso.

Das respostas obtidas verifica-se que a maioria dos respondentes estava a trabalhar (84,1%) quando respondeu ao questionário. No que concerne ao tempo decorrido entre o final da formação académica e a entrada no mercado de trabalho

(tabela 29), 72,7% dos graduados já estavam empregados no momento de conclusão da licenciatura e os restantes conseguiram obter emprego ao longo dos três anos seguintes.

Tabela 29 - Período de tempo entre a conclusão do curso e o início de uma atividade profissional remunerada

Meses		Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
	0	32	72,7	72,7
	1	1	2,3	75,0
	2	1	2,3	77,3
	4	1	2,3	79,5
	12	1	2,3	81,8
	18	2	4,5	86,4
	24	3	6,8	93,2
	27	1	2,3	95,5
	36	2	4,5	100,0
	Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Tabela 30 – Caracterização da condição perante o trabalho

Condição perante o trabalho		Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
	Trabalhador por conta própria (isolado)	1	2,3	2,3
	Trabalhador por conta própria (empregador)	3	6,8	9,1
	Trabalhador por conta de outrem do sector privado	5	11,4	20,5
	Trabalhador por conta de outrem do sector público	35	79,5	100,0
	Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Como se pode observar (tabela 30), a maioria dos diplomados respondentes trabalhavam no sector público (79,55%) e 11,4% eram trabalhadores por conta de outrem do sector privado. Contavam-se menos os que trabalhavam por conta própria como empregador (6,8%). Estes resultados indiciam a forte importância do emprego público na economia santomense, em particular no que respeita ao trabalho qualificado. Mais de 3/4 dos diplomados respondentes têm uma posição relativamente estável no

mercado de trabalho (79,55% um contrato de trabalho sem termo) e os restantes encontram-se numa situação contratual individual de trabalho com termo.

A diversidade de profissões exercidas é muito significativa (tabela 31). Ainda assim, a profissão mais exercida no momento da resposta ao inquérito era a de Professores (31,9%), seguidos, embora com um valor mais reduzido, pelos Engenheiros. Estes resultados mostram que também ao nível da profissão exercida se verifica um processo de mobilidade profissional, quando comparamos as tipologias de profissões exercidas pelos diplomados respondentes com as profissões dos respetivos pais e mães (cf. a este respeito as tabelas 18 e 19).

Tabela 31 – Profissões exercidas pelos diplomados (respondentes)

Área Profissional	Frequência	Percentagem (%)
Informática	10	23,0
Assistente Profissional	1	2,3
Professores	16	36,8
Funcionário Público	1	2,3
Gestor de Empresas	1	2,3
Jornalista	2	4,6
Militar proteção dos dirigentes	1	2,3
Técnica Administrativa	3	6,9
Técnica Agrária	2	4,6
Técnica Bancária	1	2,3
Técnica de Farmácia	2	4,6
Técnica Recursos Humanos	2	4,6
Técnica Eng. de eletrónica	1	2,3
Total	44	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Dos respondentes, 45,5% considera-se um profissional qualificado e 38,6% classifica-se como um profissional altamente qualificado, o que está em consonância por um lado com o nível absoluto de escolaridade formal obtida, mas também por comparação com o nível médio de escolaridade do país, que é em geral ainda baixo (tabela 32). Como local de trabalho dos diplomados, a maioria concentra-se no distrito de Água Grande (79,5%) e uns pequenos grupos trabalham no distrito de Mé-Zochi (13,6%) e 6,8% dos diplomados respondentes trabalhavam no distrito de Lobata (tabela 33). A maioria destes diplomados exerciam as suas atividades profissionais na área urbana da cidade capital do país, o que está em consonância com a habitual confluência dos trabalhadores mais qualificados nas áreas urbanas mais especializadas e qualificadas.

Tabela 32 - Categoria Profissional dos diplomados

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Quadro médio	4	9,1	9,1
Encarregado, contramestre, chefe de equipa	2	4,5	13,6
Profissional altamente qualificado	17	38,6	52,3
Profissional qualificado	20	45,5	97,7
Profissional semiqualficadado	1	2,3	100,0
Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Tabela 33 - Localização do Local de Trabalho

Distritos	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Água Grande	35	79,5	79,5
Mé-Zochi	6	13,6	93,2
Lobata	3	6,8	100,0
Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Após a conclusão da licenciatura, analisando a situação ocupacional dos diplomados em 2017/2018, quando responderam ao inquérito, verifica-se que apenas 65,9% dos diplomados não estão à procura de emprego; assim, 34,1% encontra-se a procurar um novo posto de trabalho. Isto quer dizer que alguns dos respondentes que estavam empregados continuavam à procura de novo emprego, provavelmente porque não estavam satisfeitos com a sua condição perante o trabalho, naquela ocasião.

A análise da compatibilidade entre o atual emprego com o domínio de estudos de Licenciatura, revela que 70,5% dos diplomados afirmam trabalhar na área científica em que estudaram. Isto significa que as formações obtidas estão maioritariamente em consonância com as necessidades do mercado de trabalho. No que respeitas às exigências que os diplomados respondentes fazem para mudar de emprego, predomina a ligação entre a área científica do curso e a possibilidade de aplicar esses conhecimentos no mercado laboral (tabela 34). Esta atitude mostra a vontade, por parte dos

respondentes, de aplicarem no seu quotidiano os conhecimentos académicos que aprenderam e de lhes conferirem utilidade social e económica.

Tabela 34 - Atitude perante oferta emprego

	Frequência	Percentagem
Aceita qualquer atividade remunerada desde que seja no âmbito do seu curso	43	97,7
Só aceita uma atividade fora do curso desde que seja bem remunerada	1	2,3
Total	44	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2021.

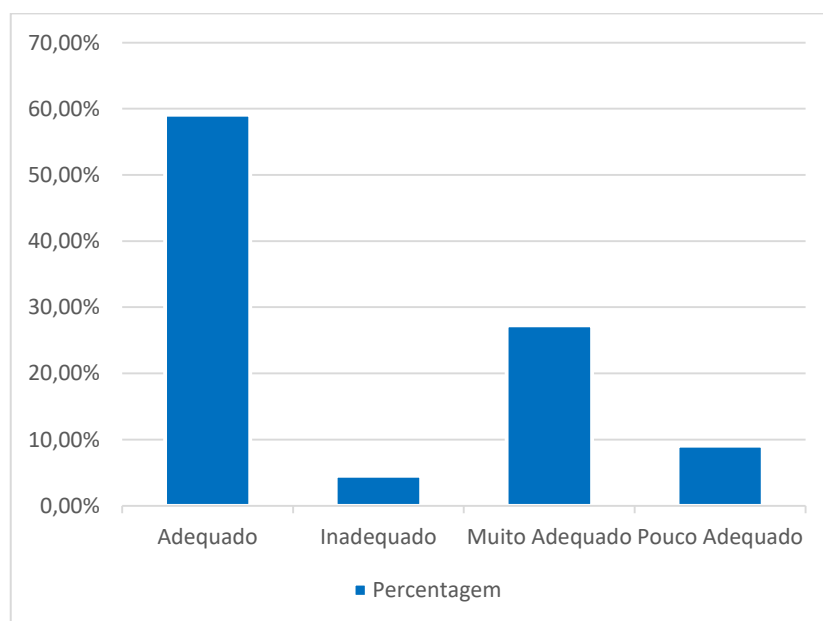
Em resumo, no que respeita à situação profissional dos diplomados da USTP, os respondentes que à data da conclusão da licenciatura não se encontravam a trabalhar, encontram emprego nos 3 anos seguintes. A maioria dos diplomados trabalha em empresas ou organismos públicos e têm uma posição estável no mercado de trabalho. Quando responderam ao questionário, a maioria dos diplomados exercia a profissão de Professores e de Engenheiros na área da informática. Os respondentes classificam-se como profissionais qualificados ou muito qualificados e exercem a sua atividade, maioritariamente, na área urbana no distrito de Água Grande.

Analisando a situação profissional dos diplomados 2017/2018, à data do preenchimento dos inquéritos, verifica-se que a maioria dos diplomados não estão à procura de emprego. Estes diplomados consideram que apenas aceitam mudar de emprego se for para uma nova ocupação na área do curso que realizaram.

5.1.5 Relação entre o curso e o exercício profissional dos diplomados da USTP

Nesta secção discute-se a relação entre a formação obtida na licenciatura e o exercício da atividade profissional. Aqui, as principais variáveis identificadas são as seguintes: avaliação da adequação da formação obtida e as necessidades profissionais, necessidade de formação complementar, frequência de formação complementar, articulação das capacidades pessoais com o exercício profissional, identificação das capacidades pessoais, pontos fortes e fracos do curso que frequentou, influencia do curso nas capacidades pessoais, apreciação de características distintas da organização do curso frequentado, nível de satisfação global com o curso.

Gráfico 1 – Adequação da formação académica ao trabalho profissional



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Na expectativa de perceber se existiu adequação da atividade profissional desempenhada à formação obtida, observou-se pelas respostas dos diplomados respondentes que a licenciatura era considerada fundamental para tal. A maioria dos respondentes considera adequada a formação académica ao exercício da atividade profissional (cerca de 59,09%) e em 27,27% dos casos essa formação foi considerada muito adequada (gráfico 1).

Tabela 35 - Necessidade de formação complementar

	Frequência	Percentagem	Percentagem cumulativa
Sim	26	59,1	59,1
Sim, apenas para progredir na carreira	12	27,3	86,4
Não	6	13,6	100,0
Total	44	100,0	

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A aquisição de outros conhecimentos e o aprofundamento de competências curriculares poderão ser um fator de motivação dos indivíduos. Depois de conclusão da licenciatura, 59,1% dos diplomados respondentes sentiu necessidade de frequentar um curso complementar e 27,3% sentiu-se na necessidade de o fazer apenas para progredir

na carreira; 13,6% não acharam necessário (tabela 35). Esta intenção de prosseguir os estudos e continuar a acompanhar a evolução do conhecimento revela que a passagem pela fase inicial do ensino superior revelou a sua relevância. Entre os respondentes, 70,5% frequentaram formação complementar.

A tabela 36 mostra, para os diplomados respondentes, como predominantemente muito importantes as distintas capacidades pessoais no contexto do exercício da atividade profissional. As competências mais referidas foram a Pontualidade e assiduidade (68,2%), Capacidade de aprender, compreender e raciocinar (70,5%), Autonomia e espírito de iniciativa (56,8%), Respeitar os colegas pessoalmente e profissionalmente (65,9%), Honestidade e integridade (65,9%). Por outro lado, quando atendemos ao que os respondentes menos valorizam, destaca-se a Capacidade de análise crítica (9,1%), a Capacidade de decisão de forma autónoma (9,1%) e a Capacidade de resolução de conflitos (11,4%). Ora, este resultado revela que os diplomados respondentes ainda apresentam alguma dificuldade em compreender o papel social e institucional que lhes cabe enquanto habilitados com um diploma de ensino superior, na medida em que valorizam mais comportamentos que devem ser inerentes a todos os profissionais, de um modo transversal, e não atribuem a importância necessária aos fatores de liderança.

A análise da identificação das capacidades pessoais permite-nos concluir que, para os diplomados respondentes, no seu processo de autoavaliação predominam características como Capacidade de aprender, compreender e raciocinar (100%), Honestidade e integridade (100%), Respeitar os colegas pessoalmente e profissionalmente (100%), Capacidade de trabalhar em equipa e cooperar (97,7%), Capacidade de ensinar os colegas (97,7%), Capacidade de resolução de situações difíceis (97,7%) e Capacidade de resolução de conflitos (97,7%) (tabela 37).

Entre as capacidades pessoais menos referidas estão a Capacidade liderar equipas ou grupos de trabalho (15,9%), Capacidade de gerir emoções e resolver situações difíceis (13,6%) ou a Capacidade de decisão de forma autónoma (13,6%), todas estas competências pessoais fundamentais para o exercício de funções de liderança e de direção de topo de organismos públicos ou privados, para os quais os respondentes deste questionário estão habilitados em termos académicos.

Tabela 36 – Articulação das capacidades pessoais com o exercício profissional

Opção	Escala de avaliação			
	1 Nada Importante	2 Pouco Importante	3 Importante	4 Muito Importante
1. Capacidade de ensinar os colegas	9,1	4,5	43,2	43,2
2. Pontualidade e assiduidade	4,5	4,5	22,7	68,2
3. Capacidade de trabalhar em equipa e cooperar				
4. Capacidade de aprender, compreender e raciocinar		9,1	20,5	70,5
5. Cumprir instruções e ordens	2,3	2,3	50,0	45,5
6. Autonomia e espírito de iniciativa	9,1	2,3	31,8	56,8
7. Respeitar os colegas pessoalmente e profissionalmente		9,1	25,0	65,9
8. Honestidade e integridade	9,1	2,3	22,7	65,9
9. Capacidade liderar equipas ou grupos de trabalho	9,1	2,3	63,6	25,0
10. Capacidade de identificar os seus defeitos	13,6	2,3	59,1	25,0
11. Capacidade de gerir emoções e resolver situações difíceis	9,1	4,5	38,6	47,7
12. Capacidade de adaptação à mudança		9,1	43,2	47,7
13. Capacidade de gerir o stress	9,1	2,3	40,9	47,7
14. Desejo de continuar a aprender a fim de dar resposta às mudanças no exercício profissional	9,1	50,0	40,9	
15. Capacidade de análise crítica	9,1	9,1	45,5	36,3
16. Criatividade	9,1	45,5	45,4	
17. Capacidade de resolução de situações difíceis		9,1	38,6	52,3
18. Capacidade de planeamento	11,3	2,3	45,5	40,9
19. Capacidade de argumentação / negociação	9,2	4,5	56,8	29,5
20. Capacidade de decisão de forma autónoma	9,1	4,5	56,8	29,6
21. Capacidade de comunicação oral e escrita	9,1	6,8	43,2	40,9
22. Capacidade de resolução de conflitos	11,4	2,3	56,8	29,5

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Tabela 37 – Identificação das capacidades pessoais (%)

Opção	SIM, tenho	NÃO tenho
1. Capacidade de ensinar os colegas	97,7	2,3
2. Pontualidade e assiduidade	88,6	11,4
3. Capacidade de trabalhar em equipa e cooperar	97,7	2,3
4. Capacidade de aprender, compreender e raciocinar	100	
5. Cumprir instruções e ordens	95,5	4,5
6. Autonomia e espírito de iniciativa	93,2	6,8
7. Respeitar os colegas pessoalmente e profissionalmente	100	
8. Honestidade e integridade	100	
9. Capacidade liderar equipas ou grupos de trabalho	84,1	15,9
10. Capacidade de identificar os seus defeitos	90,9	9,1
12. Capacidade de adaptação à mudança	95,5	4,5
13. Capacidade de gerir o stress	90,9	9,1
14. Desejo de continuar a aprender a fim de dar resposta às mudanças no exercício profissional	95,5	4,5
15. Capacidade de análise crítica	97,7	2,3
16. Criatividade	93,2	6,8
17. Capacidade de resolução de situações difíceis	97,7	2,3
18. Capacidade de planeamento	95,5	4,5
19. Capacidade de argumentação/ negociação	88,6	11,4
20. Capacidade de decisão de forma autónoma	86,4	13,6
21. Capacidade de comunicação oral e escrita	93,2	6,8
22. Capacidade de resolução de conflitos	97,7	2,3

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os principais pontos fracos que os diplomados respondentes mencionaram relativamente ao curso que frequentaram são predominantemente relacionados com a falta de aulas práticas, falta de equipamentos para aulas práticas, falta de estágios, morosidade no ato da defesa da monografia e falta de orientadores, inexistência de recursos bibliográficos, informáticos e laboratórios (tabela 38). A identificação destas lacunas mostra a preocupação dos estudantes com a aplicabilidade das aprendizagens, com os recursos disponíveis para o apoio ao processo ensino-aprendizagem bem como com a possibilidade de concluir as formações.

Tabela 38 - Pontos Fracos do curso que frequentou

Domínios	Frequência	Porcentagem
Falta de aulas e outras atividades práticas	12	27,6
Curso está direcionado unicamente para o Ensino	1	2,3
Falta de biblioteca, livros e acesso à internet	5	11,5
Disciplinas com conteúdos pouco importantes para curso	4	9,2
Falta de condições materiais	2	4,6
Falta de equipamentos de laboratórios	2	4,6
Falta de equipamentos para aulas práticas	2	4,6
Falta de estágios	8	18,4
Falta de orientador para monografia	4	9,2
Fracas capacidades de alguns docentes	1	2,3
Pouca carga horária para ensinamentos	1	2,3
Poucas aulas de campo e trabalho de laboratório	2	4,6
Total	44	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os principais pontos fortes, do curso frequentado, que os diplomados respondentes mencionaram estão relacionados com o desempenho dos docentes (tabela 39). Este resultado está em linha com outros já identificados em estudos sobre os determinantes do sucesso académico que comprovam a importância do papel e da influência dos professores na efetividade do processo ensino-aprendizagem e no conjunto de competências com que os diplomados abraçam o mercado de trabalho.

Tabela 39 - Pontos Fortes do curso que frequentou

	Frequência	Porcentagem
Qualidade dos Professores	34	78,2
Especialização nas diversas áreas científicas	4	9,2
Apresentação dos trabalhos de pesquisas com qualidade	1	2,3
Qualidade do curso	1	2,3
Desenvolvimento do sentido crítico e aumento do grau de conhecimento	3	6,9
Investigação	1	2,3
Total	44	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2021

Tabela 40 - Influência do curso nas capacidades pessoais

	Escala de avaliação			
	1	2	3	4
	Nenhuma Influência	Pouca Influência	Média Influência	Muita Influência
1.Capacidade de ensinar os colegas	11,3	9,1	34,1	45,5
2.Pontualidade e assiduidade	34,1	25,0	4,5	36,4
3.Capacidade de trabalhar em equipa e cooperar	13,6	6,9	13,6	65,9
4.Capacidade de aprender, compreender e raciocinar	6,8	4,5	13,6	75,1
5.Cumprir instruções e ordens	22,7	20,5	18,2	38,6
6.Autonomia e espírito de iniciativa	13,6	25,0	15,9	45,5
7.Respeitar os colegas pessoalmente e profissionalmente	20,5	31,8	9,1	38,6
8. Honestidade e integridade	31,8	20,5	13,6	34,1
9.Capacidade liderar equipas ou grupos de trabalho	29,5	13,6	9,2	47,7
10.Capacidade de identificar os seus defeitos	50,0	11,4	9,1	29,5
11.Capacidade de gerir emoções e resolver situações difíceis	40,9	11,4	6,8	40,9
12.Capacidade de adaptação à mudança	36,4	9,1	13,6	40,9
13.Capacidade de gerir o stress	43,2	4,5	15,9	36,4
14.Desejo de continuar a aprender a fim de dar resposta às mudanças no exercício profissional	6,8	11,4	31,8	50,0
15.Capacidade de análise crítica	20,5	9,1	31,8	38,6
16.Criatividade	15,9	4,5	27,3	52,3
17. Capacidade de resolução de situações difíceis	31,8	11,4	11,4	45,4
18.Capacidade de planeamento	27,3	15,9	6,8	50,0
19.Capacidade de argumentação / negociação	4,5	29,5	18,2	47,8
20.Capacidade de decisão de forma autónoma	13,6	9,1	29,5	47,8
21.Capacidade de comunicação oral e escrita	9,1	9,1	31,8	50,0
22.Capacidade de resolução de conflitos	36,4	4,5	15,9	43,2

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Analisa-se agora a importância do curso na construção das competências pessoais (tabela 40) dos respondentes. Verifica-se que estes, embora valorizem bastante a aquisição de conhecimentos e conteúdos específicos nas áreas em que se diplomaram, não deixam de realçar, em primeiro lugar, a influência de aspetos mais transversais tais como a capacidade de aprender, compreender e raciocinar (75,1%), a capacidade de

trabalhar em equipa e cooperar (65,9%), a capacidade de comunicação oral e escrita (50%) e a capacidade de planeamento (50%). Estas vertentes do conhecimento são habitualmente identificadas como essenciais aos processos de ensino e aprendizagem no ensino superior.

Tabela 41 - Importância das oito vertentes dos cursos (%)

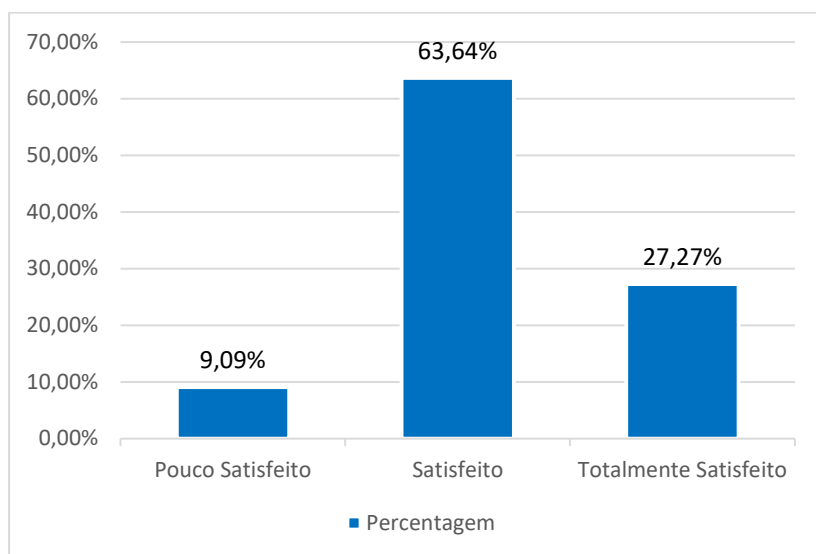
Opção	Maior importância	Igual importância	Menor importância
1.Vertente teórica	38,6	54,5	6,9
2.Vertente prática	65,9	25	9,1
3.Articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas	56,8	34,1	9,1
4.Relevância dos conteúdos	61,4	31,8	6,8
5.Actualização dos programas/ conteúdos	86,4	6,8	6,8
6.Relação com o mercado de trabalho	77,3	9,1	13,6
7.Estágio curricular	84,1	6,8	9,1
8.Realização de atividades práticas extracurriculares	63,6	29,5	6,9

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Uma apreciação acerca das diversas vertentes dos cursos frequentados (tabela 41) permite-nos concluir que para os diplomados respondentes as vertentes de maior importância são a atualização dos programas/conteúdos (86,4%), o estágio curricular (84,1%), e a promoção de relações com o mercado de trabalho (77,3%). Estes respondentes revelam uma atitude muito pragmática no que respeita à capacidade do curso os preparar devidamente para o mundo do trabalho.

Relativamente ao grau de satisfação quanto à frequência do curso na USTP, verifica-se que os respondentes revelam uma elevada satisfação. Através da análise do gráfico 2 verifica-se que 90,91% dos respondentes se encontram Satisfeitos ou Totalmente Satisfeitos com a frequência do curso na Universidade de São Tomé e Príncipe. Este é um sinal de que os diplomados respondentes a este questionário apreciam a qualidade da formação académica que obtiveram e sentem a respetiva relevância na sua atividade quotidiana.

Gráfico 2 - Grau de satisfação relativamente à frequência do curso



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Em síntese, e no que respeita à relação existente entre a formação académica e as competências necessárias ao exercício profissional, verifica-se que grande parte dos diplomados considera que a formação obtida foi fundamental para atividade profissional que exercem atualmente. Depois de conclusão da Licenciatura, uma parte dos diplomados sentiu necessidade de realizar formação complementar e uma pequena parte fê-lo apenas para progredir na carreira. Uma significativa proporção de diplomados frequentou formação complementar. Os respondentes consideram que entre as competências pessoais mais relevantes para o exercício profissional estão a pontualidade e assiduidade, autonomia e espírito de iniciativa, respeitar os colegas pessoalmente e profissionalmente, a honestidade e integridade. Os respondentes consideram na sua autoavaliação a capacidade de aprender, compreender e raciocinar, a honestidade e integridade, respeitar os colegas pessoalmente e profissionalmente, a capacidade de trabalhar em equipa e cooperar, a capacidade de ensinar os colegas, a capacidade de resolução de situações difíceis e a capacidade de resolução de conflitos. No que respeita à avaliação do curso, os principais pontos fracos que os diplomados mencionaram são a falta de aulas práticas, a falta de equipamentos para aulas práticas, a falta de estágios, a morosidade no ato da defesa da monografia, a falta de orientadores, e

a inexistência de recursos bibliográficos, informáticos e laboratórios. Pelo contrário, os principais pontos fortes destacados são relativos às competências dos docentes. Assim, associando as características pessoais com a formação obtida, os respondentes consideram que os cursos realizados contribuíram para melhorar a capacidade de aprender, compreender e raciocinar, a capacidade de trabalhar em equipa e cooperar bem como a melhoria da capacidade de comunicação oral e escrita e a capacidade de planeamento. Os diplomados que participaram neste estudo afirmaram valorizar mais, nas respetivas formações, a atualização dos conteúdos e a ligação ao mercado de trabalho, fazendo uma apreciação global positiva e muito positiva das respetivas formações.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES

6.1. Apresentação dos resultados

O conhecimento acerca de alguns dos efeitos das instituições de ensino superior, nos locais onde estão inseridas, é sempre um dos contributos relevantes que podem estar associados a uma dissertação de mestrado. Um dos principais efeitos com que as IES contribuem para a sociedade é através da formação de diplomados que, uma vez integrados no mercado de trabalho, melhoram de forma significativa a capacidade produtiva e a criação de valor económico e social.

Este estudo, que tem como objetivo identificar e compreender os fatores que influenciam e caracterizam os percursos dos diplomados do Ensino Superior em São Tomé e Príncipe, foi realizado, na sua componente prática em São Tomé e Príncipe, através da aplicação de um questionário aos diplomados da Universidade de São Tomé e Príncipe, da Faculdade de Ciências e das Tecnologias, que concluíram as licenciaturas no ano de 2017/18. O questionário foi aplicado no ano de 2021, pelo que a sua realização foi bastante condicionada pelos constrangimentos associados à pandemia COVID-19. O universo de diplomados no ano 2017/18, que aceitaram o questionário, foi de 78 indivíduos. Destes, responderam apenas 44 diplomados. A escolha do ano 2017/18 prende-se com o facto de este ter sido o ano em que mais estudantes concluíram as suas licenciaturas e permitir já ter uma ideia, ainda que muito breve, da integração destes diplomados no mercado de trabalho pós-licenciatura. Importa salientar que a Universidade de São Tomé e Príncipe é uma instituição muito recente, com ainda muito poucos licenciados. Os resultados obtidos devem ser por isso interpretados como uma primeira leitura acerca das trajetórias no mercado de trabalho e da importância que para elas tem a frequência do ensino superior.

Assim, começa-se por constatar que estes diplomados que responderam ao questionário, enquanto estudantes da universidade de STP, apresentavam um perfil muito próximo, em diversos aspetos, da generalidade dos estudantes do ensino superior nos mais diversos países: enquanto estudantes, os respondentes concentravam-se muito próximos das idades habituais – entre os 18 e os 29 anos – e são maioritariamente do

sexo feminino. São predominantemente naturais do próprio país e muitos oriundos da área rural próxima da cidade. Frequentaram diversas áreas de estudo, maioritariamente Matemática, Engenharia e Relações-Públicas e Comunicação. Nas suas licenciaturas ocuparam, pelo menos, mais um ano do que a duração regular de 4 anos dos cursos. No que estes diplomados diferem dos estudantes de ensino superior, nos mais diversos países do mundo, é na composição dos agregados familiares, na medida em que, neste caso, muitos, ainda que sejam solteiros, vivem em união de facto e têm filhos. Estas características de conjugalidade e parentalidade naturalmente que condicionam o sucesso e o desempenho no ensino superior, não apenas pelas funções familiares como pela necessidade de trabalhar para sustentar a família. Como na generalidade dos países menos desenvolvidos (e até em casos de países com níveis intermédios de desenvolvimento), os pais e mães destes diplomados apresentam níveis de qualificação em média baixos tal como as atividades profissionais que desempenham são coincidentes com estas qualificações. A chegada da geração mais nova ao ensino superior, na esmagadora maioria dos casos trata-se da primeira geração a alcançar este nível de ensino - traduz-se de imediato num processo de mobilidade académica que mais tarde há-de dar origem à mobilidade económica e social, a par da integração no mercado de trabalho em funções de liderança e chefia.

No que respeita ao objetivo específico de proceder à caracterização de alguns aspetos da trajetória formativa dos diplomados da USTP, verifica-se que a maioria dos diplomados chega ao ensino superior no final do ensino secundário de via ensino, e acedem com uma média de cerca de 13 valores. Esta média revela-se como um bom preditor do desempenho dos estudantes no ensino superior, uma vez que maioritariamente os diplomados não concluem as formações com mais de 14 valores. Em geral os estudantes acedem na sua primeira opção em termos do par instituição /curso, o que dado o facto das médias de acesso ao ensino superior serem relativamente baixas, indicia uma procura pouco expressiva pelo ensino superior público. Melhorar o desenvolvimento pessoal e intelectual foi a razão mais invocada para o ingresso no ensino superior e a escolha do curso está associada ao prestígio do curso e à sua relevância para a integração no mercado de trabalho. Estes diplomados revelam, assim, bastante pragmatismo na escolha das suas formações.

Uma das questões fundamentais deste estudo prende-se com a tentativa de ficar a conhecer melhor a situação atual e a evolução, no mercado de trabalho, dos diplomados da USTP. A grande maioria dos diplomados que responderam ao questionário realizaram as respetivas licenciaturas na condição de trabalhadores e estudantes, continuando integrados no mercado de trabalho como empregados após a conclusão das formações. Se enquanto estudantes desempenhavam funções de “administrativo de 3ª classe” e professores, depois da conclusão das formações passaram a desempenhar funções de Professores e Engenheiros. Esta alteração indicia já, como se afirmou antes, o desencadear de um processo de mobilidade social através da integração profissional. Ainda assim, e provavelmente porque os respondentes estavam no mercado de trabalho como licenciados apenas há 2 anos, consideram que o principal contributo que a licenciatura pode dar para a vida profissional é o aumento salarial e o melhor desempenho das funções profissionais. Muitos não registam ainda nenhuma mudança e outros ainda referem pouco a mudança de categoria profissional ou a oportunidade de desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida no curso. Os respondentes acederam ao mercado de trabalho através da resposta a concursos públicos de recrutamento, através de contactos pessoais e do envio de candidaturas espontâneas para diversas entidades empregadoras. Este comportamento revela bastante proatividade por parte dos diplomados com vista à integração no mercado de trabalho. A maioria dos diplomados trabalha em empresas e instituições públicas e tem uma posição estável no mercado de trabalho, através de contrato de trabalho sem termo. Consideram-se como profissionais qualificados ou altamente qualificados e o seu local de trabalho, que também coincide com o local de residência é a área urbana da cidade de São Tomé. Este é umas alterações, talvez das mais significativa, do ponto de vista simbólico, para os diplomados, uma vez que transitam das áreas rurais para a cidade, o que se traduz numa melhoria da qualidade de vida, dado que o acesso a bens e serviços fundamentais fica agora mais facilitado.

No que respeita à intenção de identificar a relação existente entre a formação académica e as competências necessárias ao exercício profissional importa começar por afirmar que grande parte dos diplomados inquiridos refere que a atividade profissional que desempenham se relaciona com a área do curso que frequentaram e destacam a importância da licenciatura para a atual atividade profissional. Além disso, verifica-se também que muitos revelaram a necessidade de realizar formação complementar após a

licenciatura por curiosidade em saber mais ou por necessidade de progressão na carreira. Das respostas obtidas pode-se concluir que, da formação obtida, os diplomados consideram que os principais contributos se fizeram sentir na consolidação e criação de competências ao nível da capacidade de aprender, compreender e raciocinar, capacidade de trabalhar em equipa e cooperar, da capacidade de comunicação oral e escrita e da capacidade de planeamento. Efetivamente, todas estas competências são transversais aos processos de ensino aprendizagem, nos vários níveis de ensino, não sendo o que mais deve ser destacado como contributos do ensino superior, que tem como missão formar indivíduos com capacidade de liderança e de pensamento crítico e estratégico. Os diplomados da USTP consideram, globalmente, que a formação obtida foi satisfatória e muito satisfatória, destacando como aspetos positivos o desempenho dos professores e identificando como aspetos menos bons as infraestruturas, sobretudo de apoio às atividades práticas e a fraca ligação ao tecido empresarial e institucional, uma vez que os respondentes valorizaram bastante a possibilidade de realizar estágios profissionais.

Frequentar e concluir o ensino superior num país em desenvolvimento, como STP, onde o nível médio de qualificação da população residente é muito baixo, e a carência de trabalhadores com níveis elevados de qualificações e competências, significa ainda enveredar num investimento com retorno garantido. Mesmo que o tempo de realização dos cursos seja um pouco superior ao que seria esperado da sua duração habitual, e a sua frequência e aproveitamento sejam relativamente prejudicados pela necessidade de conjugar o trabalho, a família e os estudos, o certo é que a chegada ao mercado de trabalho como diplomado permite estabilidade laboral e expectativas de mobilidade económica, através do aumento salariais, e mobilidade social por via do exercício de funções consentâneas com o nível académico.

Este estudo é um primeiro olhar sobre os percursos dos licenciados em São Tomé e Príncipe, em particular na etapa de transição entre a conclusão do ensino superior e o acesso ao mercado de trabalho como diplomados. Durante a realização desta dissertação não foi possível identificar outros estudos, realizados ou em curso, sobre esta importante temática, o que acresce relevância social e científica a este estudo.

6.2. Limitações da investigação

Durante o transcorrer deste estudo encontraram-se alguns contratempos, que condicionaram a realização do trabalho. Além do facto de grande parte do trabalho ter sido realizado durante o confinamento decorrente da pandemia COVID -19, uma das principais limitações deveu-se à constituição da amostra para realizar o inquérito, sobretudo motivada por dificuldades de comunicação com os diplomados, por dificuldades em aceder à informação sobre os diplomados que efetivamente concluíram as respetivas formações, mas também pelo facto de que alguns dos potenciais diplomados ainda não terem concluído os cursos. As melhorias da informação sobre os ex-alunos da USTP bem como o envolvimento institucional da Universidade no apoio a estudos desta natureza podem contribuir para alcançar taxas de resposta mais elevadas aos inquéritos. Outro dos constrangimentos diz respeito à data dos dados utilizados, muitos dos quais não têm a atualidade necessária para fazer a caracterização do país e do sistema e ensino superior. Tal facto decorre da inexistência de informação estatística mais atualizada no Instituto Nacional de Estatísticas de São Tomé e Príncipe e nas instituições de ensino superior.

6.3. Recomendações ou sugestões para futura investigação

A partir dos resultados já alcançados neste estudo, bem como da experiência obtida a partir de toda a construção da dissertação, deixam-se algumas sugestões para investigações futuras:

- Procurar obter uma maior representatividade da população, com o maior número de diplomados identificados e contactados;
- Aplicar o questionário em todas as Universidades públicas e privadas do país de modo a obter informação mais abrangente acerca dos percursos dos diplomados, de todas as instituições e todos os cursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M. (2014). *Diplomados e mercado de trabalho Estudo de uma Instituição do Ensino Superior Politécnico*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto.

Almeida, M. G. (2006). *Pedagogia empresarial: Saberes, Práticas e Referências*. Rio de Janeiro: Brasport.

Alves, N. (2000). *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa 1994-1998*. Gabinete de Apoio ao Estudante. Reitoria da Universidade de Lisboa. Lisboa.

Alves, M. (2003). *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Tese de doutoramento. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Alves N. (2008), *Juventudes e Inserção Profissional*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Educa Editora. Universidade de Lisboa. Lisboa.

Arede, A. (2014). *Migrações internacionais e desempenho macroeconómico: uma análise exploratória do caso português*. Tese de Mestrado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

BAD, OECD, PNUD (2021). São Tomé e Príncipe, *African Economic Outlook 2021: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

BAD, OECD, PNUD (2017), São Tomé e Príncipe, *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

Becerra, J. (1998). *Economía de La Educación*. Pirâmide.Madrid

Costa, A. (2008). *A problemática da fuga de cérebros em África: desafios e soluções*.

Disponível em:

<http://www.didinho.org/Arquivo/APROBLEMATICADAFUGADECEREBROSEMAFRICA.htm> (acedido em 2021).

Dias, M. (2015). *Estudantes do Ensino Superior e transição para mercado de trabalho*. Tese de Mestrado em Psicologia da Educação, Especialidade em contextos Educativos. Departamento de Ciências da Educação da Universidade dos Açores. Ponta Delgada

Delors, J. (coord). (2003). *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. Cortez Editora. ISBN: 9788524906732

Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por.

Gazier, B. (1990). L'employabilité: brève radiographie d'un concept en mutation. *Sociologie du Travail*, 4, 575-584.

Hillage, J., Pollard, E. (1998). *Employability: Developing a Framework for Policy Analysis*. London: Department for Education and Employment.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/225083565_Employability_Developing_a_framework_for_policy_analysis_London_DfEE

INE – Instituto Nacional de Estatística (2014). *Boletim Estatístico MECCC*. Setembro de 2014. Disponível em: <https://ine.st> (Consultado em Outubro 2020).

INE – Instituto Nacional de Estatística (2014). *IV Recenseamento geral da população e Habitação 2012*. Disponível em: <https://ine.st> (Consultado em Novembro 2021).

INE – Instituto Nacional de Estatística (2016). *Boletim Estatístico MECC*. Setembro de 2016, Disponível em: <https://ine.st> (Consultado em Outubro 2020).

INE e UNICEF. 2020. *Inquérito de Indicadores Múltiplos 2019, Relatório final*. São Tomé, Instituto Nacional de Estatística e Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Kelniar, V., Lopes, J., Pontili, R. (2018). *A Teoria do capital humano: Revisitando conceitos*. Universidade Estadual do Paraná.

MECF (2012), *Política Educativa São Tomé e Príncipe, visão 2022*. São Tomé e Príncipe.

Mendes, S. (2006). *Educação e desenvolvimento: as consequências do abandono escolar precoce na inserção na vida activa - estudo de caso sobre o ensino básico no concelho de beja*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Beja.

MPFEA (2019), *Orçamento geral do estado 2020*, São Tomé e Príncipe.

Neto, A. (2018). *Transição do ensino superior para o mercado de trabalho: o caso dos graduados da Universidade do Porto no ano letivo 2013/2014*. Dissertação de Mestrado Universidade do Porto, Porto.

OIT (2004). *Sobre o desenvolvimento dos recursos humanos: educação, formação e e Aprendizagem permanente*. Organização Internacional do Trabalho.

Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242765/lang-pt/index.htm. (Consultado em 15 de Maio de 2020)

Oliveira, D. (2009). *Conceito de Educação*. Paracatu: Faculdade do Noroeste de Minas.

ONU (2021), *Annual Report 2021* – Sao Tome and Principe. Organização das Nações Unidas. Nova York.

Pires, P. (2013). *O afecto na adaptação dos estudantes do primeiro ano do Ensino Superior e seus correlatos*. Tese de Mestrado em Psicologia do Trabalho e das Organizações. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa. Porto.

Pontes, C. (2022). *Política de criação de empregos e rendimentos. Ensaio sobre o desemprego jovem em São Tomé e Príncipe*. Tese de Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas. Universidade de Évora. Évora. <http://hdl.handle.net/10174/32297>.

Ramos, V. (2011). *Origens, destinos e trajectórias de classe: Uma análise exploratória da mobilidade social em 2 gerações de portugueses*. Tese de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa.

Rose, J. (1998). *Les Jeunes face a l'emploi*. Desclée de Brower. Paris.

Sabbadini, R., Azzoni C. (2006). *Migração Interestadual de Pessoal Altamente Educado: Evidências sobre a Fuga de Cérebros*. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A026.pdf>

Sachs, J. (2015). *The age of sustainable development*. Columbia University Press. New York.

Saúde, S. (2008). *Empregabilidade e percursos de inserção profissional: os diplomados no ensino superior politécnico*. Tese de doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve. Faro.

Sousa, M. (2017). *São Tomé e Príncipe como um Gateway Regional (Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável)*. Tese de doutoramento. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Lisboa

Souza, J., Santos, M. (2018). *Educação e história da educação no Brasil*. Educação pública. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>

Tavares, S. (2012). *A inserção profissional dos diplomados do 2º. Ciclo em serviço social*. Tese de mestrado. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4973/4/master_susana_isabel_tavares.pdf

Trigo, S. (1982). O Desemprego Diplomado. *Humanidades*, 2, 82-88. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/22100>. (Consultado em 14 de agosto de 2020)

Tristany, F. (1996). *O desemprego de média e longa duração dos jovens, um estudo de caso: Barreiro, Cascais e Torres Vedras*. Tese de Mestrado em Economia e Política Social, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa.

UNESCO (2005). *Educação para todos: o imperativo da qualidade: relatório conciso*. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137334_por. (Consultado em 15 de Maio de 2020).

Legislação

Lei n.º 2/2003 – Lei de Bases do Sistema Educativo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Decreto – Lei n.º 09/2018

Altera o Decreto-Lei n.º 03/2016, publicado no DR n.º 22 de 05 de abril, que republicou o Decreto-Lei n.º 9/2014 publicado no DR n.º 41 de 22 de Maio que institucionalizou a Universidade de São Tomé e Príncipe.

Repúblicação - Estatuto da Universidade de São Tomé e Príncipe

ANEXOS

Descrição para inquérito

Caro ex-aluno

O presente questionário enquadra-se no trabalho de conclusão do curso de Mestrado em Economia e Gestão Aplicada do Senhor Anain Pires dos Santos da Universidade de Évora, que está sob a orientação da Professora Doutora Maria Conceição Rego.

O presente estudo debruça-se sobre percursos de inserção profissional dos graduados da Faculdade de Ciências e das Tecnologias da Universidade de São Tomé e Príncipe, bem como identificar as determinantes de carácter institucional e individual (sociodemográficas e socioprofissionais) com maior relevância no processo de integração dos diplomados da Faculdade (Ex-ISP) no mercado de trabalho.

Neste sentido, solicita-se o seu contributo para a investigação em curso, através da resposta ao inquérito por questionário que em anexo remetemos, e para o qual se garante confidencialidade e anonimato nas respostas.

Anexo 1 - Inquérito por questionário aos alunos diplomados da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de São Tomé e Príncipe (EX-ISP)

Para indicar a resposta a cada pergunta, faça uma cruz no quadrado correspondente à resposta escolhida, ou preencha o espaço em branco para essa finalidade.

Sempre que lhe for solicitada uma resposta por extenso, procure responder de forma mais completa possível.

CI1 – Sexo: Assinale com um (x):

1. Masculino

2. Feminino

CI2 - Idade: _____ Anos

CI3 - Nacionalidade: _____

CI4 - Curso em que se diplomou pela Faculdade de Ciências e das Tecnologias(FCT-USTP) :

Assinale com um (x):

1. Economia	<input type="checkbox"/>	13. Física	<input type="checkbox"/>
2. História	<input type="checkbox"/>	14. Turismo	<input type="checkbox"/>
3. Biologia	<input type="checkbox"/>	15. Gestão Hoteleira	<input type="checkbox"/>
4. Língua Francesa	<input type="checkbox"/>	16. Matemática - Variante Estatística	<input type="checkbox"/>
5. Língua Portuguesa	<input type="checkbox"/>	17. Química	<input type="checkbox"/>
6. Direito	<input type="checkbox"/>	18. Matemática - Variante	<input type="checkbox"/>

		Matemática Pura	
7. Sistema e Tecnologias de Informação	<input type="checkbox"/>	19. Línguas e Administração	<input type="checkbox"/>
8. Eng. Agronomica	<input type="checkbox"/>	20. Enfermagem	<input type="checkbox"/>
9. Eng. Electrónica e Telecomunicações	<input type="checkbox"/>	21. Eng. Informática	<input type="checkbox"/>
10. Relações Públicas e Comunicações	<input type="checkbox"/>	22. Ensino Básico	<input type="checkbox"/>
11. Relações Públicas	<input type="checkbox"/>	23. Gestão de Empresas	<input type="checkbox"/>
12. Gestão e Administração de Saúde	<input type="checkbox"/>	24. Outro:	<input type="checkbox"/>

CI5 - À data da sua conclusão, qual o era o Grau académico conferido pelo Curso em que se diplomou na FCT-USTP?

Assinale com um (x):

1. Bacharelato

2. Licenciatura

CI6 – Qual foi o ano lectivo em que iniciou o Curso?

_____ / _____

CI7 – Identifique o ano lectivo em que terminou o Curso: **Assinale com um (x):**

1. 2010/2011

2. 2011/2012

3. 2012/2013

4. 2013/2014

5. 2014/2015

6. 2015/2016

7. 2016/2017

8. 2017/2018

9. 2018/2019

6. Outro:

Identifique: _____ / _____

CI8 – Onde residia antes de frequentar o curso em que se diplomou na FCT?

8.1. País: _____

8.2. Distrito: _____

CI9 – Onde é que reside hoje?

9.1. País: _____

9.2. Distrito: _____

CI10 – Estado Civil: *Assinale com um (x):*

1. Solteiro(a)

2. Casado(a)

3. União de facto

4. Divorciado(a)/Separado(a)

5. Viúvo(a)

CI11 – Tem filho(s)?

1. Sim

2. Não

CI12 – Como é composto o seu agregado familiar actual/ com quem vive? (**Escolha a(s) opção ou opções que estão correctas**)

1. Vive sozinho(a)	<input type="checkbox"/>
2. Vive com os pais	<input type="checkbox"/>
3. Vive com irmão(s)	<input type="checkbox"/>
4. Vive com o cônjuge/ companheiro(a)	<input type="checkbox"/>

5. Vive com os filhos/enteados	<input type="checkbox"/>
6. Vive com os avós	<input type="checkbox"/>
7. Vive com outros familiares	<input type="checkbox"/>
8. Vive com amigos	<input type="checkbox"/>
9. Outra situação: Identifique: _____	<input type="checkbox"/>

CI13 – Grau de escolaridade dos pais:

	PAI	MÃE
1. Não sabe ler, nem escrever	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Sabe ler e escrever, sem ter frequentado o 1º ciclo do ensino básico (primária)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. 1º ciclo do ensino básico (primário) incompleto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. 1º ciclo do ensino básico (4ª classe)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. 6º ano de escolaridade (ensino preparatório	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. 9º ano de escolaridade (antigo 5º ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. 11º/12º ano de escolaridade (ensino complementar/ secundário)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Curso Médio / Bacharelato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Licenciatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Pós-Graduação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Mestrado/ Doutoramento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

CI14 – Qual é a actual situação profissional dos seus pais (actividade principal)?

Assinale com um (x) a opção correcta).

	PAI	MÃE
1. Empregado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Desempregado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Estudante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Reformado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Outra:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identifique:		
_____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
_____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

CI15 – Qual é a actual profissão dos seus pais (no caso de reformado / desempregado/ falecido – indicar a antepenúltima profissão)

Assinale com um (x) a categoria correcta).

	PAI	MÃE
1. Quadro Superiores da Administração Pública e Quadros Superiores de Empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Especialistas de Profissões Intelectuais e Científicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Pessoal Administrativo e Similares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Pessoal de Serviços e Vendedores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Trabalhadores Não Qualificados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Doméstica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Outra: Identifique		

TRAJECTÓRIA FORMATIVA (TF)

Nesta parte pretende-se obter informação sobre o seu percurso escolar:

TF1 – Que habilitações escolares tinha no momento em que se candidatou ao curso em que se diplomou na FCT-USTP?

Assinale com um (x) a categoria correcta).

1. 11º ano – Via Ensino	<input type="checkbox"/>
2. 12º ano – Via Ensino	<input type="checkbox"/>
3. 12º ano – Via Tecnológica	<input type="checkbox"/>
4. Curso Técnico - Profissional	<input type="checkbox"/>
5. Exame Ad- Hoc	<input type="checkbox"/>
6. Bacharelato	<input type="checkbox"/>
7. Licenciatura	<input type="checkbox"/>

TF2 – Qual foi a nota de ingresso no Curso em que se diplomou na FCT-USTP?

_____ Valores

TF3 – O Curso, a que se refere o inquérito, correspondeu à sua 1ª opção de candidatura?

Assinale com um (x):

1. Sim (<i>Se Sim, passe para a pergunta TF5</i>)	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------

2. Não (<i>Se Não, passe para a pergunta seguinte</i>)	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------

TF4 - Se o Curso não correspondeu à sua 1ª opção, identifique o Curso que correspondeu, na altura, à sua 1ª opção e também a instituição onde o desejaria frequentar.

Curso (1ªopção):_____

Instituição:_____

Não Sei / Não me lembro

TF5 – Concluiu o seu Curso no tempo curricular mínimo (Bacharelato = 3 anos;
Licenciatura = 4/5 anos)

1. Sim

2. Não

2.1. Se **Não**, **concluiu o Curso no tempo curricular mínimo**, indique o número de anos que demorou para o concluir:

_____ anos

TF6 – Qual foi a sua nota final de Curso?

Média final _____ valores

TF7 - Frequentou outro Curso Superior além daquele em que se diplomou na FCT-USTP?

1. Sim

2. Não

(Se respondeu Não, passe para a pergunta TE9)

TF8 - Se Sim, qual foi o Curso e em que Universidade?

Curso _____

Escola _____

TF9 - Quais foram as principais razões, **num máximo de 5**, que o levaram a ingressar no Curso a que o inquérito se refere?

Assinale com um (x) as opções correctas.

1. Por ser um Curso com prestígio.	<input type="checkbox"/>
2. Por ser um Curso pouco trabalhoso.	<input type="checkbox"/>
4. Pela estrutura curricular do Curso.	<input type="checkbox"/>
5. Por ser um Curso essencialmente prático.	<input type="checkbox"/>
6. Por ser um Curso com várias saídas profissionais.	<input type="checkbox"/>
7. Por ser um Curso com boas saídas profissionais.	<input type="checkbox"/>
8. Por ser um Curso que permitia a aquisição de conhecimentos na sua área de interesse.	<input type="checkbox"/>
9. Por já ter trabalhado em áreas afins.	<input type="checkbox"/>
10. Por ser um Curso que permitia desempenhar uma profissão que o realizaria	<input type="checkbox"/>

pessoalmente.	
11. Por sentir vocação para a(s) profissão(ões) a que o Curso o habilita.	<input type="checkbox"/>
12. Por ser um Curso que permitia desempenhar uma profissão útil.	<input type="checkbox"/>
13. Por ser um Curso que permitia desempenhar uma profissão bem remunerada	<input type="checkbox"/>
14. Por ser um Curso que permitia desempenhar uma profissão que lhe deixasse tempo livre.	<input type="checkbox"/>
15. Por ser um Curso que permitia desempenhar uma profissão com prestígio social.	<input type="checkbox"/>
16. Por ser um Curso que correspondia ao desejo da família.	<input type="checkbox"/>
17. Por ser um Curso que amigos também escolheram.	<input type="checkbox"/>
18. Por ser um Curso que lhe permitia impor a sua vontade perante a família.	<input type="checkbox"/>
19. Por ser um Curso para o qual tinha média suficiente para entrar.	<input type="checkbox"/>
20. Por não ter média de candidatura que permitisse entrar noutro Curso mais desejado.	<input type="checkbox"/>
21. Não escolhi. Foi o que esteve ao meu alcance.	<input type="checkbox"/>
22. Por ser o Curso menos dispendioso.	<input type="checkbox"/>
23. Por não haver na Cidade onde estudei o Curso que mais gostaria de tirar.	<input type="checkbox"/>
24. Outra razão: Identifique: _____	<input type="checkbox"/>

TRAJECTÓRIA PROFISSIONAL (TP)

Nesta parte pretende-se obter informação sobre o seu percurso de inserção profissional:

TP1 – Qual era a sua situação profissional quando terminou o Curso em que se diplomou na FCT-USTP? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1. Empregado
2. Desempregado, à procura do 1º emprego
3. Desempregado, à procura de novo emprego
4. Outra situação

Identifique:

TP2 – Teve alguma actividade remunerada antes de acabar o Curso? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1. Sim 2. Não

RESPONDA ÀS PERGUNTAS TP3, TP4 E TP5 APENAS NO CASO DE ESTAR EMPREGADO À DATA DA CONCLUSÃO DO CURSO EM QUE SE DIPLOMOU NA FCT-USTP. SE NÃO FOR ESSE O CASO PASSE PARA A PERGUNTA TP6.

TP3 – A actividade profissional que desempenhava à data da conclusão do Curso, foi obtida durante a frequência do Curso ou já a exercia antes? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1. Já o tinha antes
2. Foi obtido durante a frequência
do Curso

TP4 – Qual a profissão exercida?

TP5 – Quais foram as mudanças mais significativas que resultaram do facto de ter concluído o Curso?

Assinale com um (x) as opções correctas.

1. Aumento salarial	<input type="checkbox"/>
2. Mudança de categoria profissional	<input type="checkbox"/>

3. Oportunidade de desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida no Curso	<input type="checkbox"/>
4. Melhor desempenho das funções profissionais	<input type="checkbox"/>
5. Mudança de emprego	<input type="checkbox"/>
6. Despedimento	<input type="checkbox"/>
7. Nenhuma mudança	<input type="checkbox"/>
8. Outra	<input type="checkbox"/>
Identifique: _____	<input type="checkbox"/>

TP6 – SE ESTAVA DESEMPREGADO NO MOMENTO DE FINALIZAÇÃO DO CURSO, que medidas tomou para iniciar uma actividade profissional?

Assinale com um (x) apenas 3 opções.

1. Inscreveu-se no Centro de Emprego	<input type="checkbox"/>
2. Frequentou cursos de formação	<input type="checkbox"/>
3. Re-ingressou na escola/universidade (licenciatura/ pós-graduação, mestrado ou doutoramento)	<input type="checkbox"/>
4. Realizou estágio profissional	<input type="checkbox"/>
5. Respondeu a concursos públicos de recrutamento	<input type="checkbox"/>
6. Realizou estágio não remunerado	<input type="checkbox"/>
7. Procurou arranjar emprego através de relações pessoais	<input type="checkbox"/>
8. Enviou candidaturas espontâneas (envio de curriculum)	<input type="checkbox"/>
9. Criou o próprio emprego (empresa/ gabinete)	<input type="checkbox"/>
10. Outra	<input type="checkbox"/>
Identifique: _____	<input type="checkbox"/>

SITUAÇÃO PROFISSIONAL (SP)

Nesta parte pretende-se obter informação sobre a sua actual situação profissional

SP1 – Qual é a sua actual situação profissional? Assinale com um (x) a opção correcta.

1. Empregado
2. Desempregado, à procura do 1º emprego (**passa para a pergunta SP17**)
3. Desempregado, à procura de novo emprego
4. Outra situação
- Identifique: _____

SP2 – Depois de acabar o seu curso quantos meses passaram até ao início do seu primeiro emprego remunerado como diplomado?

_____ meses

SP3 – Já estava empregado à data de conclusão do curso?

1. Sim 2. Não

1.1. Se Sim, quantas vezes já mudou de emprego? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1. Nenhuma vez	<input type="checkbox"/>
2. Uma vez	<input type="checkbox"/>
3. Duas vezes	<input type="checkbox"/>
4. Três ou mais vezes	<input type="checkbox"/>

2.1. Se Não, quantas vezes já mudou de emprego depois de obter o 1º emprego na qualidade de diplomado?

Assinale com um (x) a opção correcta.

1. Nenhuma vez	<input type="checkbox"/>
2. Uma vez	<input type="checkbox"/>
3. Duas vezes	<input type="checkbox"/>
4. Três ou mais vezes	<input type="checkbox"/>

SP4 – Qual é a sua condição perante o trabalho? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1. Trabalhador por conta própria (isolado)	<input type="checkbox"/>
2. Trabalhador por conta própria (empregador)	<input type="checkbox"/>
3. Trabalhador por conta de outrem do sector privado	<input type="checkbox"/>
4. Trabalhador por conta de outrem do sector público	<input type="checkbox"/>
5. Trabalhador familiar não remunerado	<input type="checkbox"/>
6. Trabalhador familiar remunerado	<input type="checkbox"/>
7. Outra situação: Identifique: _____	<input type="checkbox"/>

SP5 – Qual é o seu tipo de contrato de trabalho? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1. Contrato de trabalho sem termo	<input type="checkbox"/>
2. Contrato individual de trabalho com termo (a prazo)	<input type="checkbox"/>
3. Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	<input type="checkbox"/>
4. Situações de trabalho pontuais e ocasionais	<input type="checkbox"/>
5. Estágio	<input type="checkbox"/>
6. Outra situação: Identifique: _____	<input type="checkbox"/>

SP6 – Qual é a sua profissão?

SP7 – Como se classifica em relação à profissão exercida? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1. Quadro médio	<input type="checkbox"/>
2. Encarregado, contramestre, chefe de equipa	<input type="checkbox"/>
3. Profissional altamente qualificado	<input type="checkbox"/>
4. Profissional qualificado	<input type="checkbox"/>
5. Profissional semiquualificado	<input type="checkbox"/>
6. Profissional não qualificado	<input type="checkbox"/>

7. Praticante/ aprendiz	<input type="checkbox"/>
6. Outra situação:	<input type="checkbox"/>
Identifique: _____	

SP8 – Onde se localiza o seu local de trabalho?

Distrito: _____

SP9 – Se está actualmente empregado, continua a procurar emprego? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

SP10 – Se continua a procurar emprego, quais são as **3 principais razões** para o fazer? *Assinale com um (x) as opções correctas.*

- 1. Receio de perder o actual emprego
- 2. Pretende 1 emprego mais adequado às suas qualificações académicas
- 3. Pretende 1 emprego com remuneração superior
- 4. Pretende 1 emprego com um vínculo laboral mais estável
- 5. Pretende um melhor horário de trabalho
- 6. Deseja um segundo emprego para complemento da remuneração
- 7. Deseja um segundo emprego onde possa desenvolver outras actividades profissionais
- 8. Pretende trabalhar noutra região

Se sim, identifique a região para onde pretende ir trabalhar:

9. Outra razão:

Identifique:

SP11 – Exerce actualmente funções profissionais compatíveis/ na área do Curso que frequentou na FCT-USTP? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1.Sim

2. Não

SÓ RESPONDE ÀS PERGUNTAS: DA SP12 À SP18, SE SE ENCONTRAR ACTUALMENTE DESEMPREGADO. SE ESTÁ EMPREGADO PASSE PARA A PERGUNTA REPI.

SP12 – SE ESTÁ DESEMPREGADO À PROCURA do 1º EMPREGO, há quantos meses está desempregado?

_____meses

SP13 – SE ESTÁ DESEMPREGADO À PROCURA DE NOVO EMPREGO, quantos meses esteve desempregado entre a data em que acabou o curso e o início do seu 1º emprego?

_____meses

SP14 - SE ESTÁ DESEMPREGADO À PROCURA DE NOVO EMPREGO, quantas vezes mudou de emprego, depois de obter o 1º emprego na qualidade de diplomado? **Assinale com um (x) a opção correcta.**

1. Nenhuma vez	<input type="checkbox"/>
2. Uma vez	<input type="checkbox"/>
3. Duas vezes	<input type="checkbox"/>
4. Três ou mais vezes	<input type="checkbox"/>

SP15 - SE ESTÁ DESEMPREGADO À PROCURA DE NOVO EMPREGO, a sua situação actual é fruto de:

Assinale com um (x) a opção correcta.

1. Despedimento por iniciativa da entidade patronal	<input type="checkbox"/>
2. Falência / encerramento da entidade patronal	<input type="checkbox"/>
3. Despedimento por iniciativa pessoal	<input type="checkbox"/>
4. Não renovação do contrato	<input type="checkbox"/>
5. Fim do estágio	<input type="checkbox"/>
6. Outra situação: Identifique: _____	<input type="checkbox"/>

SP16 – SE ESTÁ DESEMPREGADO À PROCURA DE NOVO EMPREGO, na(s) sua(s) anterior(es) experiências profissionais exerceu funções compatíveis/ com a área do Curso que frequentou na FCT-USTP?

1.Sim 2. Não

SP17 – SE SE ENCONTRA DESEMPREGADO, qual/quais das estratégias seguintes está a seguir para conseguir emprego? *Assinale com um (x) as opções correctas, no máximo de 3.*

1. Faz todos os esforços para sair do País
2. Mudou de local de residência
3. Está à espera da primeira oportunidade que surja
4. Está à espera que surja uma oportunidade de acordo com as suas qualificações
5. Está à espera que surja uma actividade bem remunerada
6. Realiza estágios para ganhar experiência
7. Frequenta cursos de formação (contínua, de pós-graduação e/ou mestrado) para melhorar as qualificações obtidas na escola

SP18 – Em relação às ofertas de emprego qual é a sua atitude? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1. Aceita qualquer actividade remunerada ou não
2. Só aceita uma actividade fora do curso desde que seja bem remunerada
3. Aceita qualquer actividade remunerada desde que seja no âmbito do seu curso
4. Aceita qualquer actividade desde que remunerada

RELAÇÃO ENTRE O CURSO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL (REP)

Nesta parte pretende-se saber a sua opinião sobre o Curso que frequentou na FCT-

USTP

REP1 – Já exerceu e/ou exerce actualmente funções profissionais compatíveis/ com a área do Curso em que se diplomou na FCT-USTP?

- 1.Sim 2. Não

REP2 – Como avalia a adequação da formação desenvolvida no Curso que frequentou, para o exercício de funções profissionais na área? Utilize a escala de 1 (inadequado) a 4 (muito adequado). *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1	2	3	4
Inadequado	Pouco Adequado	Adequado	Muito Adequado

REP3 - Já sentiu necessidade de recorrer a cursos ou a acções de formação que complementassem a sua formação académica? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1. Sim	<input type="checkbox"/>
2. Sim, apenas para progredir na carreira	<input type="checkbox"/>
3. Não	<input type="checkbox"/>

REP3A - Já FREQUENTOU cursos ou a acções de formação que complementassem a sua formação académica? *Assinale com um (x) a opção correcta.*

1. Sim	<input type="checkbox"/>
2. Não	<input type="checkbox"/>

REP4 – QUER SE ENCONTRE ACTUALMENTE EMPREGADO OU DESEMPREGADO, classifique numa escala de 1(nada importante) a 4 (muito importante), o nível de importância que considera que as capacidades e qualidades pessoais abaixo enunciadas têm para o exercício profissional: *Assinale com um (x) a opção correcta, em cada um dos casos.*

	1	2	3	4
	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante
1. Capacidade de ensinar os colegas				
2. Pontualidade e assiduidade				
3. Capacidade de trabalhar em equipa e cooperar				
4. Capacidade de aprender, compreender e raciocinar				
5. Cumprir instruções e ordens				
6. Autonomia e espírito de iniciativa				
7. Respeitar os colegas pessoalmente e profissionalmente				

8. Honestidade e integridade				
9. Capacidade liderar equipas ou grupos de trabalho				
10. Capacidade de identificar os seus defeitos				
11. Capacidade de gerir emoções e resolver situações difíceis				
12. Capacidade de adaptação à mudança				
13. Capacidade de gerir o stress				
14. Desejo de continuar a aprender a fim de dar resposta às mudanças no exercício profissional				
15. Capacidade de análise crítica				
16. Criatividade				
17. Capacidade de resolução de situações difíceis				
18. Capacidade de planeamento				
19. Capacidade de argumentação / negociação				
20. Capacidade de decisão de forma autónoma				
21. Capacidade de comunicação oral e escrita				
22. Capacidade de resolução de conflitos				

REP5 – Da lista de capacidades e qualidades pessoais abaixo enunciadas, identifique, para cada caso, se as considera possuir ou não: *Assinale com um (x) a opção correcta, em cada um dos casos.*

	sim	não
1. Capacidade de ensinar os colegas		
2. Pontualidade e assiduidade		

3. Capacidade de trabalhar em equipa e cooperar		
4. Capacidade de aprender, compreender e raciocinar		
5. Cumprir instruções e ordens		
6. Autonomia e espírito de iniciativa		
7. Respeitar os colegas pessoalmente e profissionalmente		
8. Honestidade e integridade		
9. Capacidade liderar equipas ou grupos de trabalho		
10. Capacidade de identificar os seus defeitos		
11. Capacidade de gerir emoções e resolver situações difíceis		
12. Capacidade de adaptação à mudança		
13. Capacidade de gerir o stress		
14. Desejo de continuar a aprender a fim de dar resposta às mudanças no exercício profissional		
15. Capacidade de análise crítica		
16. Criatividade		
17. Capacidade de resolução de situações difíceis		
18. Capacidade de planeamento		
19. Capacidade de argumentação / negociação		
20. Capacidade de decisão de forma autónoma		
21. Capacidade de comunicação oral e escrita		
22. Capacidade de resolução de conflitos		

REP6 – Na sua opinião, quais foram os principais pontos fracos e fortes do Curso que frequentou?

Pontos fortes:

Pontos fracos:

REP7 - Tendo em conta a sua experiência, indique a influência que o Curso que frequentou teve no desenvolvimento de cada uma das capacidades e qualidades pessoais abaixo enunciadas. Classifique numa escala de 1 (nenhuma influência) a 4 (muita influência). *Assinale com um (x) a opção correcta.*

	1	2	3	4
	Nenhuma Influência	→		Muita Influência
1. Capacidade de ensinar os colegas				
2. Pontualidade e assiduidade				
3. Capacidade de trabalhar em equipa e cooperar				
4. Capacidade de aprender, compreender e raciocinar				
5. Cumprir instruções e ordens				
6. Autonomia e espírito de iniciativa				
7. Respeitar os colegas pessoalmente e				

profissionalmente				
8. Honestidade e integridade				
9. Capacidade liderar equipas ou grupos de trabalho				
10. Capacidade de identificar os seus defeitos				
11. Capacidade de gerir emoções e resolver situações difíceis				
12. Capacidade de adaptação à mudança				
13. Capacidade de gerir o stress				
14. Desejo de continuar a aprender a fim de dar resposta às mudanças no exercício profissional				
15. Capacidade de análise crítica				
16. Criatividade				
17. Capacidade de resolução de situações difíceis				
18. Capacidade de planeamento				
19. Capacidade de argumentação / negociação				
20. Capacidade de decisão de forma autónoma				
21. Capacidade de comunicação oral e escrita				
22. Capacidade de resolução de conflitos				

REP8 – Tendo em conta a sua experiência, pensa que deveria ter sido atribuída “Maior importância”, “Igual importância” ou “Menor importância” às 8 vertentes do Curso, abaixo enunciadas? *Assinale com um (x) a opção correcta, em cada vertente.*

	Maior Importância	Igual Importância	Menor Importância
1. Vertente teórica			
2. Vertente prática			
3. Articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas			
4. Relevância dos conteúdos			
5. Actualização dos programas/ conteúdos			
6. Relação com o mercado de trabalho			

7. Estágio curricular			
8. Realização de actividades práticas extra-curriculares			

REP9 – De uma forma geral, como qualifica o seu nível de satisfação em relação ao Curso que frequentou? Utilize a escala de 1 (insatisfeito) a 4 (totalmente satisfeito).

Assinale com um (x) a opção correcta.

1	2	3	4
Insatisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Totalmente Satisfeito

O QUESTIONÁRIO TERMINOU!

Muito obrigada pela sua colaboração!